


Bruna Lessa e Ivana Lins
Organizadoras

PARA QUE SERVE A BIBLIOTECA PÚBLICA?

NOVAS CONFIGURAÇÕES
PARA O SÉCULO XXI





Refletir sobre uma biblioteca pública brasileira de qualidade, que disponibiliza serviços e recursos à sociedade de modo a favorecer o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes da humanidade, está diretamente relacionado à discussão de novas políticas públicas voltadas para essas bibliotecas; às ações e atividades culturais oferecidas por elas para aproximar a população de suas estruturas físicas, transformando-as também em um espaço social e de interação; às competências em informação e comunicação necessárias aos profissionais que nelas trabalham; às grandes coleções valiosas e raras existentes em seus acervos especiais; e às ações e serviços voltados ao combate das *fake news* e, conseqüentemente, da desinformação. Este livro ajuda a compreender também nosso papel social enquanto cidadãos no contexto de grandes mudanças e inovações, face às multiplicidades existentes na conexão entre leitura, informação, cultura e biblioteca, e como podemos utilizar o conhecimento de tais conexões para ampliar nossa ação sobre o mundo.

PARA QUE SERVE A BIBLIOTECA PÚBLICA?

NOVAS CONFIGURAÇÕES
PARA O SÉCULO XXI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Instituto de Ciência da Informação



PARA QUE SERVE A BIBLIOTECA PÚBLICA?

NOVAS CONFIGURAÇÕES
PARA O SÉCULO XXI

Bruna Lessa e Ivana Lins

Organizadoras

Ana Virginia Pinheiro

Alberto Calil Elias Junior

Cecília Leite

Emir José Suaiden

Fabiano Cataldo de Azevedo

Fabício José Nascimento da Silveira

Fabício Reiner de Andrade

Frederico Antonio Ferreira

Hildenise Ferreira Novo

Leonardo da Silva de Assis

Magnólia Felix de Araújo

Marina Brito Rodrigues

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Salvador
Edufba
2021

2021, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Susane Santos Barros

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Edson Nascimento Sales

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Gabriela Nascimento

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Larissa Vieira de Oliveira Ribeiro

VETORES DA CAPA

svstudioart via Freepik

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Tikinet

SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE BIBLIOTECAS - UFBA

P221 Para que serve a biblioteca pública? : novas configurações para o século XXI / Bruna Lessa, Ivana Lins (Organizadoras). - Salvador: EDUFBA, 2021.
259 p.

ISBN: 978-65-5630-212-6

1. Bibliotecas públicas - Brasil - Finalidades e objetivos.
2. Bibliotecas públicas - Séc. XXI. 3. Bibliotecas e Estado. I. Lessa, Bruna. II. Lins, Ivana. III. Título: novas configurações para o século XXI.

CDU: 027.4

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

EDITORA AFILIADA À



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n - Campus de Ondina

40170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
BIBLIOTECA PÚBLICA <i>do conceito às políticas públicas</i> BRUNA LESSA	15
A BIBLIOTECA EXIBIDA <i>da formação à gestão de coleções bibliográficas especiais na biblioteca pública brasileira</i> ANA VIRGINIA PINHEIRO	45
AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS PODEM TRANSFORMAR A VIDA DAS PESSOAS? FABRÍCIO JOSÉ NASCIMENTO DA SILVEIRA	65
CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE PARA A AUTONOMIA EDUCACIONAL DO CIDADÃO <i>por uma readequação do paradigma de bibliotecas públicas</i> FABRÍCIO REINER DE ANDRADE	91
BIBLIOTECA PÚBLICA, BIBLIOTECA ALTERNATIVA, BIBLIOTECA PARQUE <i>espaços de transformação, de refúgio ou de reprodução?</i> OSWALDO FRANCISCO DE ALMEIDA JÚNIOR	105

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS
EM TEMPOS DE CRISE**

*a prática da ação cultural na superação das
vulnerabilidades socioeconômicas*

**ALBERTO CALIL ELIAS JUNIOR E
MAGNÓLIA FELIX DE ARAÚJO**

123

**A BIBLIOTECA PÚBLICA NO CONTEXTO
HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES**

EMIR JOSÉ SUAIDEN E CECÍLIA LEITE

153

**BIBLIOTECA PÚBLICA E
AS DINÂMICAS DO TEMPO**

LEONARDO DA SILVA DE ASSIS

167

**COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO NO
CONTEXTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA**

HILDENISE FERREIRA NOVO E MARINA BRITO RODRIGUES

191

**A PESQUISA E A ESCRITA
DA HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS**

*uma proposta de abordagem metodológica a partir
do caso da Bibliotheca Publica da Bahia (1811-1818)*

**FABIANO CATALDO DE AZEVEDO E
FREDERICO ANTONIO FERREIRA**

209

**RELAÇÕES ENTRE A BIBLIOTECA
PÚBLICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

*cenários do passado e do presente,
perspectivas para o futuro*

IVANA LINS

233

SOBRE OS AUTORES

251

PREFÁCIO

As bibliotecas, embora existam desde a Antiguidade, se transformam e se renovam de modo a se adaptar aos novos modelos de sociedade e aos modos de convivência humana. A biblioteca pública (BP) é constituída historicamente como equipamento cultural, por cumprir o papel de democratizar o acesso à informação, à educação e à cultura, e pelo seu caráter de um espaço de sociabilidade. Na contemporaneidade, portanto, se torna imperativo aos seus agentes conhecer o lugar que ela ocupa, seus conceitos, as políticas públicas que incidem na sua gestão e seus impactos para atender as demandas sociais advindas das mudanças culturais em curso, bem como das novas formas de produzir e disseminar o saber.

Este livro, em formato de coletânea, trata da ressignificação da biblioteca pública no século XXI. Para tanto, compila textos escritos por autores de reconhecida contribuição às reflexões acerca da biblioteca pública e traz um amplo panorama teórico composto por diversos olhares, alguns deles transversais, sobre o tema.

A ideia de organização desta obra se inscreve na preocupação com as possíveis lacunas identificadas nos estudos voltados para a temática em foco, visto que existe a necessidade de reavaliar a missão e o papel da biblioteca pública na contemporaneidade, em especial, no momento político-social vigente no Brasil e no mundo. É importante promover novas reflexões que conduzam ações em defesa da importância desta instituição na sociedade para a formação de cidadãos mais críticos.

O desafio que a biblioteca pública enfrentará nos próximos anos deste século é, sem dúvida, complexo para o campo da biblioteconomia, ao se considerar, principalmente os países do hemisfério sul do planeta,

integrantes de economias que enfrentam grandes dificuldades para se constituírem como sociedades igualitárias.

Nesse contexto desafiador, é possível conceber a biblioteca pública emergindo como importante instituição representativa do poder público e grande responsável por promover, democraticamente, o acesso aos conteúdos informacionais tanto nos formatos físicos quanto nos modelos mais avançados de tecnologia de informação. Para que esse papel seja de fato cumprido com qualidade, é imprescindível que as bibliotecas integrem as agendas dos governos, visando investimentos constantes que permitam que esses equipamentos socioculturais acompanhem os avanços e atendam as mais variadas demandas.

A biblioteca pública no Brasil contemporâneo expressa progressos no modo como a oferta de informação é tratada e disponibilizada aos interessados. Verifica-se que as bibliotecas possuem tecnologias capazes de permitir que seus acervos sejam acessados presencial ou virtualmente, além de uma série de serviços que contribuem para quebrar as barreiras da decifração da escrita para analfabetos e da “leitura” de textos para os deficientes visuais, conforme a necessidade. Contudo, a grande maioria das bibliotecas públicas dispersas pelo país ainda funciona com estruturas e recursos tecnológicos de tempos pretéritos, resultado de limitadas políticas públicas para este setor.

Assim, assiste-se a emblemáticas bibliotecas públicas brasileiras passarem por toda ordem de dificuldade para se manterem em funcionamento, justamente quando deveriam ter alcançado um patamar de respeito e acolhimento do poder público e de reconhecimento coletivo que valorizasse seu papel social. As BP, se bem estruturadas, são capazes de contribuir para atenuar os problemas verificados no campo da educação e da cultura do país, mas, desde os primórdios até o momento presente, as BP no Brasil lutam para cumprirem plenamente o seu papel.

Dessa forma, o livro discorre sobre a BP e considera também questões do tempo presente, em que a busca pela verdade está em xeque, dado o crescimento exponencial de informações não genuínas que circulam pelas redes sociais e que contribuem para a desvalorização e camuflagem de fatos históricos, bem como para a depreciação de carreiras

profissionais voltadas para a formação intelectual. A BP, nessa conjuntura, desponta como um ambiente seguro para se encontrar informações confiáveis, registradas nos documentos físicos ou digitais, além de ser o lugar em que as ações culturais são elaboradas visando a construção de novos saberes individuais e coletivos.

O objetivo das discussões aqui apresentadas é refletir brevemente sobre os processos históricos, políticos e culturais por meio dos quais a BP foi estruturada, lançando mão também das análises das escassas políticas públicas existentes para o setor. A partir do olhar sobre o passado, busca-se inferir, no presente, as possibilidades que se desenham para as nossas bibliotecas públicas em um futuro não muito distante.

Norteia o livro a ideia de que a BP atua em frentes sociais importantes: educação e cultura. Há de se destacar que, sem dúvida, se trata de uma instituição totalmente dependente das demandas sociais e das estruturas do poder, e sujeita às flutuações políticas no Estado, assim como das demandas por elaboração de políticas públicas que assegurem o seu bom funcionamento e sobrevivência.

Reforça-se a compreensão de que as BP devem estar equipadas para promover a mediação humana utilizando-se das tecnologias vigentes.

Portanto, este livro apresenta em onze capítulos uma discussão em torno do conceito de biblioteca pública e sua atual função na sociedade para a definição deste termo que orienta a construção de suas políticas e atuação, trazendo uma retrospectiva do seu desempenho ao longo de sua existência, tal como a conhecemos hoje – no sentido de ser pública – no Brasil e no mundo. Aborda os desafios do século passado, ainda por serem superados, a exemplo da organização do conhecimento e formação de leitores, sobretudo no Brasil, país onde a biblioteca pública pouco esteve na agenda de prioridades do governo, e os novos desafios da modernidade, a saber: revolução tecnológica, recursos em rede, metadados e o acesso a documentos digitais, globalização, aumento do processo de desinformação, manipulação da informação, *fake news* e, especialmente, sua reconfiguração como espaço de diálogo e de exercício da cidadania, com competência para identificar as formas de registro e assimilação das informações dos seus diferentes públicos ao longo do tempo. Discute,

também, a importância do seu papel social no século XXI, atuando como um centro cultural, informacional e tecnológico no atendimento às necessidades dos seus usuários, trazendo exemplos de bibliotecas públicas brasileiras – Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Biblioteca Mário de Andrade e a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais – e dialogando com os conceitos de biblioteca alternativa e biblioteca parque, e sua des-territorialização, uma vez que na contemporaneidade as bibliotecas não devem permanecer restritas ao seu espaço físico. Trata das coleções bibliográficas especiais como recursos de preservação de memória na biblioteca pública brasileira, abordando desde os motivos de sua formação aos perfis de seu curador e de seus usuários, e destacando a necessidade de conhecimento de suas coleções especiais como uma “biblioteca exibida”, o lugar de conservação dos vestígios de determinada comunidade e que, por este e por outros motivos, impõe dignidade. Não se pode olvidar que a biblioteca pública é uma importante instituição representante do poder público e, portanto, dependente de políticas públicas para sua sobrevivência.

Assim, ao longo dos capítulos se apresentam reflexões sobre o passado, presente e futuro das bibliotecas públicas, não de forma cronológica, mas, sim, ora iniciando pelo fim, ora pelo início e, algumas vezes, pelo meio, a fim de estabelecer uma pragmática para que, no interior das discussões aqui expostas, os debates ganhem velocidade, tornem-se transversais e potencializem a criação de novas estratégias de ação.

Conclui-se que dois fatores impedem maiores saltos das BP no país: os poucos recursos a elas destinados e a ausência de um projeto nacional que responda às seguintes perguntas: por que ainda precisamos de bibliotecas públicas? Bibliotecas públicas para quem? De qual modelo de biblioteca pública nós precisamos?

**HILDENISE FERREIRA NOVO &
MARIA ISABEL DE J. S. BARREIRA**

APRESENTAÇÃO

O livro *Para que serve a biblioteca pública: novas configurações para o século XXI* trata do conceito de biblioteca pública desde sua criação até a atual função e seu papel na modernidade. Os temas aqui abordados propiciam reflexões sobre a construção de um novo modelo de biblioteca pública, com ênfase em seu protagonismo social para a formação de cidadãos mais críticos. Assim, pensar em uma reconfiguração e ressignificação de sua atuação na sociedade se torna necessário, haja vista as mudanças sociais ocorridas em todo o mundo e, em especial, no Brasil.

A concepção desta coletânea resultou da contribuição de pesquisadores da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os autores apresentam suas reflexões em um momento que a humanidade vivencia a importância de equipamentos que propiciem a interação social, visando a participação da pessoa humana na sociedade para provocar mudanças voltadas ao seu desenvolvimento.

Nesta perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao completar vinte anos de existência, decide, com o apoio da Capes, patrocinar obras que contribuam para reflexões fundamentais no âmbito da Ciência da Informação de autores do PPGCI e, também, de outros programas de pós-graduação, visando a interlocução entre pares, assim como o engajamento interinstitucional e a ampliação do escopo das discussões sobre a temática.

A coletânea é aberta com o artigo da professora Bruna Lessa, “Biblioteca Pública: do conceito às políticas públicas”, que apresenta a criação e a evolução da biblioteca pública e de seu conceito, assim como os avanços nas discussões em torno da sua importância na sociedade como

instrumento de apoio ao desenvolvimento intelectual e social dos sujeitos, das políticas públicas até a consolidação de sua imagem na sociedade.

O texto de Ana Virginia Pinheiro, “A biblioteca exibida: da formação à gestão de coleções bibliográficas especiais na Biblioteca Pública brasileira”, oportuniza pensar a biblioteca como um espaço do Estado que garante o acesso à cultura, à educação e à informação com enfoque na responsabilidade de conservação de coleções especiais de livros raros em bibliotecas públicas.

O texto de Fabrício José Nascimento da Silveira, “As bibliotecas públicas podem transformar a vida das pessoas?”, nos convida a refletir sobre os fundamentos sociais das bibliotecas públicas e o papel que ocupam na vida de seu público, através das dimensões simbólicas, afetivas e estruturais que permeiam este lugar.

Aprofundando a temática abordada, encontra-se a narrativa de Fabrício Reiner de Andrade “Contribuições da Biblioteca Mário de Andrade para a autonomia educacional do cidadão: por uma readequação do paradigma de bibliotecas públicas”, que nos apresenta a biblioteca pública sob a luz da proposta de ser um centro de recepção e produção de conhecimento e difusão cultural.

O texto do professor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior “Biblioteca pública, biblioteca alternativa, biblioteca parque: espaços de transformação, de refúgio ou de reprodução?” versa sobre o seu interesse pelo tema biblioteca pública em sua trajetória profissional. Além disso, reivindica que as bibliotecas não se restrinjam ao espaço físico da biblioteca tradicional, mas que sejam transformadoras a ponto de, como dito pelo autor, “estar[em] na escola, na Igreja, na sede dos movimentos organizados da população, no rádio, no WhatsApp, no Facebook e tudo o mais que surgir no âmbito virtual”.

Os autores Alberto Calil Elias Junior e Magnólia Felix de Araújo, no capítulo “Bibliotecas públicas em tempos de crise: a prática da ação cultural na superação das vulnerabilidades socioeconômicas”, apresentam o resultado de pesquisa no âmbito das bibliotecas públicas e a carência de ações voltadas para classes sociais menos favorecidas com ações de leitura e outras expressões artísticas.

O texto dos autores Emir José Suaiden e Cecília Leite “A biblioteca pública no contexto histórico das desigualdades” apresenta a biblioteca pública através do contexto de desigualdades de uma visão construída “sem livros, sem bibliotecas de qualidade”, realidade que dificilmente será alterada por gestões municipais, estaduais e nacionais.

Na sequência, Leonardo da Silva de Assis discorre no texto “Biblioteca pública e as dinâmicas do tempo” sobre o papel da biblioteca pública ao longo do tempo, as novas demandas, atualizações e atuações no mundo contemporâneo sem a materialidade de uso, tratamento e organização, especialmente no universo das bibliotecas digitais.

As autoras Hildenise Ferreira Novo e Marina Brito Rodrigues, no texto “Competências em informação no contexto da biblioteca pública”, abordam as competências em informação de bibliotecários que atuam no contexto atual das bibliotecas públicas, na perspectiva da formação continuada, do uso das tecnologias de informação e da responsabilidade social.

O texto “Relações entre a biblioteca pública e as políticas públicas: cenas do passado e do presente, perspectivas para o futuro”, da autora Ivana Lins, traz à tona a discussão acerca das políticas públicas, dotando-as de sentido e da missão de transformá-las em *res publica*, para além da preocupação com a infraestrutura física.

Por fim, no encerramento desta coletânea, encontra-se o texto dos autores Fabiano Cataldo de Azevedo e Frederico Antonio Ferreira “A pesquisa e a escrita da história das bibliotecas: uma proposta de abordagem metodológica a partir do caso da *Bibliotheca Publica da Bahia* (1811-1818)”, que nos presenteia com o conhecimento historiográfico de reconstrução da trajetória da Biblioteca Pública do Estado da Bahia através da memória de sua coleção formadora.

MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA

BIBLIOTECA PÚBLICA

DO CONCEITO ÀS
POLÍTICAS PÚBLICAS

Bruna Lessa

Biblioteca pública: breve histórico e evolução

O nascimento da biblioteca pública, em meados do século XVI, está relacionado a uma série de transformações socioculturais. A partir da Renascença, o conceito em torno do que seria “biblioteca” foi aos poucos perdendo seu significado original – a era da biblioteca proibitiva, sectária e mantenedora de manuscritos, “[...] uma espécie de mosteiro, no qual uma pequena elite de textos marcava o ritmo das orações, balançava os turíbulo e entoava num cantochão o grande diálogo dos séculos.” (BATTLES, 2003, p. 122)

Conforme Serrai (1975, p. 147), as bibliotecas que surgiram a partir de 1700 possuíam as seguintes características:

[...] constituídas por fundação ou por dotação; [...] nacionais (em geral derivam das reais); [...] circulante, com pagamento de certa importância por parte do usuário; as filantrópicas, com base financeira mista; as públicas anglo-americanas, mantidas por contribuições fiscais.

Este processo de mudança deve-se, sobretudo, à condição do homem como consumidor e produtor de informação. A relação entre a biblioteca e os dogmas religiosos perdeu espaço para a democratização do conhecimento, embora ainda tenha permanecido por muito tempo como um lugar restrito a uma parcela da sociedade, demarcando a fronteira entre intelectuais e leigos.

Nesse contexto, a biblioteca foi pensada como parte de um tripé intelectual com a finalidade essencial de classificar e organizar o conhecimento. Com a invenção da imprensa por Gutenberg, houve uma enorme multiplicação do número de livros para a época e, desta maneira, a ampliação do acesso aos livros e à leitura. Nesse espaço de tempo, a biblioteca passou por uma nova reestruturação – a necessidade eminente de

ampliar seu ambiente físico para abrigar uma maior quantidade de livros e, ao mesmo tempo, uma biblioteca-enciclopédia, que possuísse um esquema de classificação simples, mas que abrangesse todos os campos do conhecimento. (BURKE, 2003)

Para Burke (2003, p. 67), nos séculos XVII e XVIII, havia bibliotecas “quase públicas”, pois o acesso era apenas para pesquisadores, e ainda assim, de forma limitada, abrindo somente duas vezes por semana e, em alguns casos, a consulta aos acervos era concedida apenas com a permissão do bibliotecário e de sua equipe. De acordo com o autor, um dos principais impedimentos para o acesso à biblioteca era a sua localização geográfica. Na Europa do Norte e do Leste existiam poucas bibliotecas, o que levou muitos estudiosos a migrarem para a Europa Ocidental em busca de bibliotecas famosas, especialmente as parisienses. O autor cita algumas dessas bibliotecas, ditas públicas: a biblioteca do cardeal Mazarino, a biblioteca de Saint-Victor e a biblioteca do Jardim Real.

Nesse período, a ideia de biblioteca “pública” se estendia na Europa como um equipamento intelectual que servia aos estudiosos como um espaço de leitura, recepção, apropriação e aquisição de conhecimento. Contudo, mesmo com esta configuração, o conceito de biblioteca pública excluía o acesso indiscriminado para todos os cidadãos.

A verdadeira natureza da biblioteca ganha sentido à medida que o restrito mundo de informações começa a ficar pequeno diante da especialização dos interesses informativos de cada leitor. Desse modo, a necessidade de socialização do conhecimento instrumentaliza o caráter público e social das bibliotecas. Nesse sentido, como pontua Martins (2001, p. 325), a junção do substantivo biblioteca associado ao adjetivo pública “[...] não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados.”

A resignificação da biblioteca como um serviço público à disposição de todos começa a ser largamente discutida. Seus objetivos são reestruturados e relacionados à difusão da cultura, à educação e à formação de cidadãos críticos por meio de coleções cada vez mais especializadas, atendendo as necessidades de cada grupo de leitores.

Este conceito, tal como é entendido atualmente, surge na segunda metade do século XIX, possuindo alguns aspectos que o caracterizam: mantida totalmente pelo Estado; com funções peculiares; e comprometida a atender toda a sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 86)

Em estudo elaborado por Nogueira (1986, p. 223), o conceito contemporâneo de biblioteca pública é o resultado dos avanços tecnológicos e sociais que demandaram mais atenção à educação em virtude do desenvolvimento socioeconômico. Diante de tais mudanças, houve movimentos em prol da promoção da equidade e igualdade na educação para todos os cidadãos, elevando a escola pública como um veículo de emancipação do povo, o que demandou a qualificação e aperfeiçoamento especializado, valorizando desta forma os estudos científicos e favorecendo a criação de novas máquinas e descobertas tecnológicas. Dessa maneira, para a autora citada, a biblioteca pública surge como “[...] um artifício de garantia da democratização do saber.”

Por volta de 1850, a propagação das bibliotecas públicas nos Estados Unidos (EUA) se deu a partir de uma campanha em favor do letramento da sociedade norte-americana, financiada tanto por verbas públicas quanto privadas. (GALVÃO, 2014, p. 215) Na Inglaterra, o Parlamento do Reino Unido criou a Lei de 1850, que estabeleceu o princípio de bibliotecas públicas gratuitas. Esta lei representou a primeira iniciativa inglesa para a criação de uma instituição nacional responsável pelo acesso universal e gratuito à informação e à literatura, conferindo à biblioteca o papel de atuar como agente de legitimação no desempenho da sociedade por meio de práticas de leitura. (HAMMOND, 2002)

Para Serrai (1975, p. 157), tais ações dos EUA e Inglaterra caracterizam-se como “[...] o primeiro passo para a realização de uma capilar e eficiente rede nacional de bibliotecas destinadas à consulta, à leitura e ao empréstimo para o grande público.” Infere-se, portanto, que estas ações representam o marco legal na construção do conceito atual de biblioteca pública.

No artigo “Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca”, Muller (1984, p. 13) relaciona o surgimento das bibliotecas públicas no século XIX ao desenvolvimento da indústria

e ao processo de urbanização. A autora, ao discorrer sobre a postura do norte-americano Stanley Jevons e do inglês Melvin Dewey em relação à criação de bibliotecas públicas, diz que

[...] Jevons (EUA) e Dewey (Inglaterra) exemplificam as expectativas dominantes no final do século passado, acerca da biblioteca pública. A ela era atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes. Esperava-se que os recursos investidos nas bibliotecas públicas dessem divididos em termos de ganhos sociais e para tanto seus serviços deveriam ser orientados.

A partir da interpretação de Muller sobre a origem da biblioteca pública, entende-se que esta biblioteca, além de possuir uma função educativa, servia como veículo para fortalecimento dos princípios da sociedade da época e para a manutenção da democracia. Mesmo sendo pública, a biblioteca ainda operava de forma hegemônica, favorecendo, sobretudo, os objetivos da classe dominante. Entretanto, o conceito de biblioteca pública e popular, cada vez mais próxima do povo e da cultura, foi implantado. Nesse momento, o bibliotecário emerge como principal mediador entre a imagem da biblioteca e a sociedade, tendo como responsabilidade atrair o público à biblioteca e incentivá-lo à leitura.

No caso francês, em 1860 foi determinado pelo Ministro da Instrução Pública e dos Cultos, Gustave Rouland, que cada município instalasse em todas as escolas uma biblioteca-armário, criada para conservar livros e materiais escolares, e desenvolver a leitura dos alunos e de suas famílias. (GALVÃO, 2014, p. 213) Tal estratégia ampliou o acesso ao livro e à leitura por todo o país, utilizando como ferramenta a própria rede de escolas, o que configura a ideia de uma biblioteca escolar.

Tais transformações, segundo Muller (1984), culminaram na reestruturação também das escolas de biblioteconomia, especialmente na Universidade de Chicago em 1920, atribuindo à área uma responsabilidade social, e não apenas tecnicista. De acordo com Ortega (2004, p. 2),

De fato, em função do surgimento da biblioteca pública, geral e aberta e do crescimento dos periódicos e de sua importância na divulgação científica, a Biblioteconomia trilhou novos caminhos, passando a dividir seus espaços com as atividades desenvolvidas pela Documentação.

Conforme aponta Ortega (2004), os avanços na biblioteconomia se devem também ao conceito moderno de biblioteca pública, ligado ao acesso indiscriminado de suas coleções e de seu espaço, e à função social no compartilhamento do saber. Assim, começa-se a pensar numa biblioteca pública voltada para o indivíduo que atuasse como agente mediador do acesso ao livro e à leitura, disponibilizando conhecimento para o benefício de toda sociedade.

Desse modo, ampliaram-se as funções da biblioteca pública. Agregou-se a função de armazenadora da memória da sociedade, a função educativa, apoiando à escola nas atividades educacionais; a função de lazer, disponibilizando seu ambiente para a leitura informal; a função cultural, potencializando, por meio de ações, a apropriação da identidade dos sujeitos de modo a ampliar sua criticidade em relação ao mundo; a função de assessoria; dando suporte à sociedade na busca por informação; a função de disseminação, divulgando informações e promovendo atividades de interesse da comunidade. (OLIVEIRA, 1994, p. 14-15)

Dessa maneira, na medida em que a sociedade foi evoluindo e se tornando alfabetizada, principalmente após as revoluções francesa e industrial, quando a educação se torna obrigatória e gratuita, um direito de cada cidadão, (SERRAI, 1975, p. 156) a necessidade de uma instituição pública que desse suporte a estas questões ficou ainda mais evidente. Muito antes de esse pensamento surgir, o bibliotecário Gottfried Wilhelm Leibniz, da biblioteca de Hanover no século XVII, já idealizava a biblioteca como uma instituição pública, colocando-a numa posição semelhante à da escola:

[...] o conhecimento [...] pode progredir somente quando cada indivíduo tem a possibilidade de informar-se sobre o que já foi escrito sobre um certo assunto, daí a função es-

sencial e insubstituível das bibliotecas no progresso das ciências e na pesquisa em geral. (SERRAI, 1975, p. 152)

O acesso à informação que a biblioteca possibilita por meio dos seus acervos dá condições a qualquer indivíduo avançar em conhecimento, afinal, a biblioteca é, literalmente, a porta de entrada para que se conheça o desconhecido. A imagem da biblioteca pública, semelhantemente à justificativa para sua existência, foi sendo definida de acordo com cada mudança social, como foi salientado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN): (BRASIL, 2000b, p. 19)

- a) crise econômica dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial: a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia, e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosa;
- b) publicação pela Unesco, em 1949, da primeira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular;
- c) década de 1950: início de questionamentos crescentes por parte da classe bibliotecária, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobre o papel da biblioteca pública e sua permanente identificação com os valores da classe média e a cultura de elite;
- d) décadas de 1960 e 1970: os movimentos culturais contestatórios desencadeiam novos questionamentos sobre o papel da biblioteca pública. Procura-se uma nova função - voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade - de caráter mais social;
- e) publicação pela Unesco, em 1972, da segunda versão do Manifesto da Biblioteca Pública: sintetizando como suas funções a educação, cultura, lazer e informação;
- f) década de 1980: informação e comunicação são vinculadas ao desenvolvimento das sociedades. Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se reflete em suas funções e conceito;
- g) década de 1990: Sociedade da Informação/Conhecimento, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. Necessidade dos indivíduos e das sociedades de adaptarem-se às rápidas e crescentes mudanças;

- h) publicação pela Unesco, em 1994, da terceira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação.

Em todos os episódios citados, percebe-se a preocupação em fazer da biblioteca pública uma instituição voltada para funções socioeducativas, logo, seus objetivos podem ser resumidos, como salientou o bibliotecário Barry Totterdell (1978 apud FONSECA, 2007, p. 55), em educar, informar, promover cultura e lazer.

A atualização do Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas, no ano de 1994, aconteceu em virtude das transformações sociais e, sobretudo, as causadas pelo uso de tecnologias. Esta atualização ocorreu durante a reunião do PGI Council Meeting da Unesco, realizada em Paris, aprovando a versão conhecida atualmente, na qual estão descritas a missão das bibliotecas públicas:

- a) criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- b) apoiar a educação individual e a autoformação, bem como a educação formal em todos os níveis;
- c) oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- d) estimular a imaginação e a criatividade das crianças e jovens;
- e) promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- f) facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- g) fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- h) apoiar a tradição oral;
- i) assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informações úteis à comunidade;
- j) proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- k) facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;

- l) apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários. (UNESCO, 1994)

O manifesto determina, ainda, que a biblioteca pública deve ser projetada e relacionada às bibliotecas nacionais, regionais e especializadas, bem como às bibliotecas escolares e universitárias, ou seja, ela precisa manter relações com as diferentes categorias de bibliotecas, pois, configurando-se como espaço de informação, precisa estar pronta e acessível para as necessidades informacionais de todos os gêneros.

Sobre a importância das bibliotecas públicas em relação aos outros tipos bibliotecas, Fonseca (2007, p. 56) argumenta que esta

[...] é mais importante de todas as categorias, pois, além de seus objetivos específicos, pode complementar as atribuições das demais categorias e até, como serviços adequados, substituir algumas delas, como a infantil e a escolar. Como costumam dizer os ingleses, 'tudo para todos é exatamente o que a biblioteca pública deve ser'.

Sobre os seus serviços, o texto da Unesco deixa claro que estes devem ser acessíveis a todos, inclusive àqueles que estejam impossibilitados de frequentá-la; o mesmo deveria valer para a localização e o horário de funcionamento. Menciona a função mediadora do profissional bibliotecário, o qual precisa ser capacitado de forma contínua para exercer sua profissão, sugerindo também programas de extensão e capacitação do usuário a fim de que tenha as competências necessárias para utilizar todos os recursos disponíveis da biblioteca. (UNESCO, 1994)

No referido manifesto, a biblioteca pública é pensada como um ambiente democrático e público, local onde qualquer indivíduo pode compartilhar ideias, encontrar amigos e fazer novas amizades, conhecer seus direitos e deveres como cidadão e atuar como protagonista nas atividades desenvolvidas pela biblioteca.

Outro documento elaborado nesse período foi o relatório *Construir a Sociedade da Informação para todos*, publicado pela União Europeia em 1998, sobre o papel das bibliotecas na sociedade contemporânea. No texto é descrita a importância do acesso ao conhecimento, já que

As bibliotecas são um *elemento crucial do processo e do fenômeno relacionado com a sociedade da informação*, embora atualmente ainda sejam subestimadas. Em termos de conteúdo, a influência que têm é muito mais ampla do que o seu volume econômico deixaria supor. As bibliotecas ocuparão um lugar mais importante na sociedade da informação do que o que tinham sociedade industrial. Tal realizar-se-á, por exemplo, sob a forma das bibliotecas virtuais. Na sociedade moderna *cabe precisamente às bibliotecas garantir que todos tenham a possibilidade, caso necessitem, de obter a informação e os conhecimentos culturais que desejem*. É de extrema importância organizar o acesso a documentos importantes para o exercício da cidadania, tal como a legislação e outras decisões administrativas, bem como os jornais, que permitem que as pessoas se mantenham atualizadas. *Sem um serviço deste tipo, a democracia, a abertura e a transparência da sociedade não serão realizadas*, visto ser impensável que todos tenham a possibilidade de adquirir para si próprios uma quantidade muito elevada de documentos. *Investir nas bibliotecas significa investir na democracia e na igualdade*. (UNIÃO EUROPEIA, 1998, p. 7, grifo nosso)

Neste relatório são preconizadas novas práticas e atitudes para a biblioteca moderna, adaptada à Sociedade da Informação, que segundo Castells (1999) possui cinco características fundamentais: a informação como matéria-prima; os efeitos da tecnologia; estrutura básica em redes; flexibilidade e crescimento do desenvolvimento tecnológico.

Publicada em 2014, a Declaração de Lyon coaduna-se com o relatório publicado pela União Europeia, quando ressalta o uso de tecnologias, dizendo que “bibliotecas e outros intermediários da informação podem utilizar as TICs para reduzir a lacuna entre a política nacional e a implementação local para assegurar que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todas as comunidades”. (IFLA, 2014)

Outro documento, publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) – *Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*, traz dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável que abrangem as esferas econômica, ambiental e social.

A partir de tal documento a Internacional Federal of Library Associations and Institutions (IFLA) elaborou o folheto *Acceso y oportunidades para todos: cómo contribuyen las bibliotecas a la Agenda 2030 de las Naciones Unidas*, publicação que integra as bibliotecas públicas na implementação da Agenda 2030 da ONU, com base nas seguintes ações:

- Promover a alfabetização universal, incluindo a alfabetização e as habilidades digitais, midiáticas e informacionais com o apoio de equipe especializada;
- Superar as dificuldades no acesso à informação e ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a compreenderem melhor as necessidades locais em matéria de informação;
- Promover um serviço em rede contendo os sites e programas governamentais;
- Promover a inclusão digital por meio das TICs;
- Atuar como centro da comunidade acadêmica e de pesquisa;
- Preservar e proporcionar o acesso à cultura e ao patrimônio do mundo. (IFLA, 2016)

É evidente que, assim como outros países do mundo, o Brasil também avançou nas discussões em torno da importância da biblioteca pública na sociedade como um instrumento de apoio ao desenvolvimento intelectual e social dos sujeitos. Na próxima seção será apresentado o cenário histórico e político das bibliotecas públicas no Brasil.

Bibliotecas públicas no brasil: panorama histórico-político

No Brasil, desde 1808 já se pensava na criação de bibliotecas. (SUAIKEN, 1979) No século XIX, em virtude da ocupação pelas tropas napoleônicas de Portugal, a coroa portuguesa transferiu-se para o Brasil, trazendo consigo uma parte considerável das coleções da Biblioteca Real em três momentos: a primeira em 1810, a segunda no início de 1811 e a úl-

tima no final desse mesmo ano, as quais foram alocadas no Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, Rio de Janeiro. (SCHWARCZ, 2002)

Obviamente, esta biblioteca não tinha um caráter popular e era, pelo contrário, destinada à família real e a alguns integrantes da corte, sendo aberta ao público somente em outubro de 1814, por ordem do então príncipe regente D. João. Outro fato importante a citar é que a Real Biblioteca só passou a pertencer ao Brasil em 1825, após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade. Depois de um século, no ano 1948, tornou-se a Biblioteca Nacional e, em 7 de abril de 2004, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.038,¹ como Fundação Biblioteca Nacional. (BETTENCOURT, 2014)

A vinda da família real ao Brasil e, conseqüentemente, de sua biblioteca possibilitou a reflexão da sociedade da época sobre a necessidade de criação de uma biblioteca popular e aberta ao público. Para Schwarcz (2002), mesmo não possuindo caráter de biblioteca pública, a Real Biblioteca foi aos poucos fazendo parte do cotidiano da sociedade brasileira da época. Seu acervo foi se tornando cada vez mais extenso devido à grande quantidade de doações e compras. Para Moraes (1979, p. 89),

De qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna. A Biblioteca Pública aberta, no sentido que hoje tem, desenvolveu-se com as ideias democráticas norte-americanas. É das contribuições mais relevantes dos Estados Unidos à cultura universal.

Na cidade de Salvador, na Bahia, um rico senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, conjuntamente com outros cidadãos soteropolitanos, já idealizara a criação de uma biblioteca pública, conceitualmente mais próxima de como é caracterizada atualmente.

1 Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.748, de 6 de junho de 2012 e, posteriormente, pelo Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, o qual traz em anexo o Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, instituída por meio de autorização contida na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

Com o apoio do Conde dos Arcos, governador da Bahia, a partir de um projeto chamado Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca pública na Cidade de S. Salvador, Castelo Branco criou a primeira biblioteca pública brasileira, e da América Latina, concebendo-a “[...] para promover a instrução do povo. Seria formada pela cooperação de todos os cidadãos que desejassem dela fazer parte. A administração seria exercida pela sociedade e os fundos necessários proviriam dos sócios.” (MORAES, 1979, p. 143) Este plano elaborado por Castelo Branco é considerado o “[...] primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrando, dessa forma, uma grande preocupação com a área da educação.” (SUAIDEN, 2000, p. 52)

Fundada em 13 de maio de 1811, aniversário do então príncipe regente D. João, foi aberta ao público em 4 de agosto do mesmo ano e teve como sede inicial o antigo Colégio dos Jesuítas. Os primeiros volumes desta Biblioteca foram doados por Castelo Branco; seu primo, Alexandre Gomes Ferrão; pelo padre Francisco Agostinho Gomes, cuja biblioteca para alguns ingleses era notável; e das duplicatas da Real Biblioteca. (MORAES, 1979, p. 146-147; SCHWARCZ, 2002, p. 281)

O bibliotecário da Real Biblioteca Luís Joaquim dos Santos Marrocos contribuiu, mesmo sem saber, para o aumento do acervo da Biblioteca Pública de Salvador, pois “[...] havia sugerido ao rei que estabelecesse uma biblioteca pública em Salvador, com os livros dobrados da Real [...] dava-se destino aos livros que, não cabendo mais na Biblioteca, restavam em caixotes fechados [...] além de garantir a leitura para o público de Salvador.” (SCHWARCZ, 2002, p. 282)

A importância desta biblioteca para a cultura brasileira, em especial a dos baianos naquele período histórico, configura-se como o apoio intelectual aos magistrados da época, a disponibilização do acesso aos livros e ao universo do saber, bem como a “[...] promoção da instrução e acesso ao livro como um meio de progresso.” (AZEVEDO, 2012, p. 10)

A Biblioteca Pública do Estado da Bahia pode ser caracterizada como uma fênix. Esse adjetivo é compreendido por meio de vários momentos em que a biblioteca sofreu fenômenos externos e circunstâncias de cunho administrativo para que se estabelecesse física e socialmente.

Após sua primeira instalação em 1811, passa pela Casa do Senado (Praça 13 de Maio), depois para o Supremo Tribunal de Justiça (rua Chile) e em 1912 para o Palácio do Governo (atualmente Palácio Rio Branco), o qual, neste mesmo ano, foi bombardeado e seu acervo reduzido a quase trezentos exemplares. (AZEVEDO, 2012)

No ano de 1919 ganhou a primeira sede própria na Praça Tomé de Souza, comparada à Public Library de Nova Iorque, no entanto em 1961 é acometida por um incêndio que destruiu livros e coleções de revistas. Depois de tantas voltas, é no dia 5 de novembro de 1970 que inaugura sua segunda sede própria, localizada à rua General Labatut, no bairro dos Barris, a qual permanece até os dias atuais. (SOARES et al., 2011) Com a criação da primeira biblioteca pública brasileira, foram criadas outras bibliotecas de mesmo caráter no Brasil (Figura 1), a partir de então, sempre por iniciativa governamental.

Contudo, até o início do século XX, tais bibliotecas não possuíam qualquer planejamento de infraestrutura básica. Os ambientes, por vezes improvisados, acomodavam um acervo desatualizado, oriundo de doações. As instalações eram precárias e havia poucos funcionários para atender ao público. E, mesmo com a facilidade no acesso aos livros, sobretudo após a Independência do Brasil em 1822, grande parte da população era analfabeta, o que excluiu muitos brasileiros de se apropriarem do mundo da leitura. A imagem da biblioteca não era das melhores perante a sociedade, culminando no afastamento de alguns usuários e levando-os a pensar na biblioteca como um espaço de castigo ou reservado a uma elite minoritária composta de eruditos. (SUAIDEN, 2000, p. 52)

É importante ressaltar que a configuração das bibliotecas públicas brasileiras seguiu o padrão das bibliotecas criadas nos EUA e na Inglaterra. Embora o ideal fosse a instrução do povo brasileiro, conforme orientou Castelo Branco (fundador da biblioteca pública no Brasil), não houve qualquer adaptação à realidade brasileira. Era comum para a elite da época guiar-se pelo modelo de cultura estrangeira, o que se refletiu na caracterização dos acervos das bibliotecas públicas, compostos em sua totalidade por coleções eruditas que continham livros clássicos, em francês e inglês, limitando, desta forma, o acesso de leitores que não dominavam tais idiomas. (OLIVEIRA, 1994, p. 21)

Figura 1 – Período de criação das primeiras bibliotecas públicas no Brasil – início do século XIX até o final do século XX

1811	1831	1848	1852	1855	1857	1865	1867	1870	1871	1873	1883
Biblioteca Pública de Salvador	Biblioteca Pública do Maranhão	Biblioteca Pública do Sergipe	Biblioteca Pública do Pernambuco	Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	Biblioteca Pública do Estado da Paraíba	Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	Biblioteca Pública do Ceará	Biblioteca Pública do Estado de Amazonas	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	Biblioteca Estadual do Piauí
				Biblioteca Pública do Estado de Espírito Santo	Biblioteca Pública do Estado do Paraná				Biblioteca e Arquivo Público do Pará		
1912	1926	1945	1948	1954	1963	1967	1969	1981	1990	1994	
Biblioteca Pública Estadual do Mato Grosso	Biblioteca Municipal de São Paulo	Biblioteca Pública do Amapá	Biblioteca Pública do Acre	Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Norte	Biblioteca Pública Estadual de Goiás	Biblioteca Pública Dr. José Pontes Pinto, do Estado de Rondônia	Biblioteca Pública Dr. Isaias Paim, do Estado do Mato Grosso do Sul	Biblioteca Pública de Brasília	Biblioteca Pública do Estado do Tocantins	

Fonte: Adaptado de Suaiden (1979) e pesquisa da autora.

Sobre o processo de consolidação das bibliotecas públicas no Brasil, Oliveira (1994, p. 25) diz que

Na época colonial, as bibliotecas públicas foram produto do interesse das ordens religiosas e de indivíduos isolados. No Império e nas primeiras décadas da República, a ideologia liberal vigente na economia também influenciou as ações do Estado nos setores socioculturais [...] Até os anos 30 as bibliotecas públicas tiveram como objetivos o apoio às atividades catequéticas e de ensino, a guarda e disseminação da cultura europeia, trazida para cá pelos colonizadores e servir como objeto de distinção intelectual para indivíduos ou grupos. Quaisquer que tenham sido estes objetivos, as bibliotecas públicas brasileiras constituíam um universo fragmentado e sem coordenação, atendendo a uma parcela reduzida da população e prestando serviço de informação de limitada utilidade para uma sociedade em processo de mudança. Um serviço que no futuro seria confrontado pelos processos de comunicação e informação, dos emergentes meios de comunicação de massa.

A importância de manter bibliotecas públicas com uma identidade nacional emerge na Semana de Arte Moderna de 1922, pois, naquele momento, houve um grande apelo social realizado por um grupo de artistas do movimento denominado Modernismo brasileiro em favor da renovação e transformação da cultura brasileira, a fim de estruturar uma cultura nacional que se identificasse com a realidade brasileira. Nessa perspectiva, é criada através da Lei nº 2.836, de 25 de fevereiro de 1925, a Biblioteca Municipal de São Paulo, inaugurada em 14 de janeiro de 1926. (ASSIS, 2013)

A criação da Biblioteca Municipal de São Paulo² tem importante significado nas ações pela reconfiguração da cultura brasileira. Faz parte de uma série de iniciativas no país, sobretudo em São Paulo, lideradas especialmente por Mário de Andrade, para a emancipação cultural no Brasil

2 No ano de 1960, a biblioteca passou a se chamar Biblioteca Mário de Andrade e se tornou uma das mais importantes bibliotecas públicas no país. Seu histórico está disponível no Portal da Prefeitura de São Paulo, cf. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>.

por meio de ações do Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas que incluíam a criação e organização de bibliotecas públicas como contribuição para a difusão da cultura. (ASSIS, 2013; SUIAIDEN, 2000)

Nesse contexto, com a popularização das bibliotecas públicas a partir dos anos de 1930, pôde-se analisar sua importância social, bem como identificar suas reais deficiências. Com isso, no intuito de melhorar os serviços oferecidos (naquele momento, a catalogação, classificação e o atendimento ao público) criou-se, em 1936, o curso superior em Biblioteconomia pela prefeitura de São Paulo para aperfeiçoar o funcionamento das bibliotecas. (ASSIS, 2013)

O principal diferencial desse curso é que, além de conceder bolsas de estudo para candidatos de outros estados, tinha como objetivo preparar os profissionais para trabalhar em qualquer tipo de biblioteca, e não somente para a Biblioteca Nacional, a exemplo do curso para formação de bibliotecário disponibilizado no início da década de 1910 pela Biblioteca Nacional e, em 1929, pelo Instituto Mackenzie. (OLIVEIRA, 1994)

Com a constituição do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, pelo governo Vargas, que passou a utilizar a cultura como instrumento de um projeto político-hegemônico, a biblioteca pública passa a ser financiada totalmente pelo Estado. (OLIVEIRA, 1994) Para Suaiden (1979), o INL tinha como propósito

[...] propiciar meios para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários, [...] passando esse órgão do Ministério da Educação e Cultura a dar prioridade, em seu trabalho, à formação de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

O então presidente, Getúlio Vargas, iniciou seu plano de disseminação do livro e da biblioteca pública no país propondo a criação de 25 bibliotecas populares no Rio de Janeiro. O foco principal do Instituto era promover o livro como uma ferramenta de estabilidade social e difusão da cultura nacional, tal como foi definida pelo Estado. Por meio do incentivo à produção de obras que enaltescessem a cultura brasileira, bem como

da propagação de bibliotecas públicas no território nacional, cresceu o mercado livreiro no país. (OLIVEIRA, 1994, p. 44)

Apesar do foco do INL ter sido a promoção do livro e não da biblioteca pública, vê-se a importante contribuição do INL no desenvolvimento e estruturação desta instituição, já que lhe coube criar, implantar e demandar políticas públicas.

Segundo Oliveira (1994, p. 188-190), suas principais contribuições foram:

- a) a expansão da biblioteca pública no Brasil a partir de sua incorporação à agenda governamental;
- b) o crescimento dos acervos das bibliotecas públicas no período de 1937 a 1963;
- c) o desenvolvimento dos cursos superiores em Biblioteconomia no Brasil.

Cabe-nos ressaltar, conforme análise realizada por Oliveira (1994), que as políticas voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil poderiam ter avançado muito mais se o INL compreendesse a biblioteca como espaço múltiplo de informação e cultura, e não apenas como lugar que armazenava livros à espera de leitores ávidos.

A ausência de um conceito sólido para a biblioteca pública e para sua missão na sociedade culminou, por exemplo, na tentativa de renomear estas instituições entre os anos de 1955 e 1979, quando foram denominadas bibliotecas populares. A criação de bibliotecas em todos os estados brasileiros foi uma excelente estratégia para disseminar o livro, sobretudo, o livro nacional, contudo não houve nenhum diagnóstico para identificar quais livros os leitores desejavam.

Com a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) no final da década de 1970, sob coordenação do INL, nasce também o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) como apoio aos recursos humanos e financeiros de cada biblioteca do estado. Para Suaiden (1979, p. 14), foi nesse período que a biblioteca pública brasileira passou a fazer parte das políticas de governo em prol da educação e cultura, tendo a partir desse período a função de incentivar a comunidade, por meio dos hábitos de leitura, a participar do desenvolvimento sociocultural no Brasil,

seguindo, desta maneira, os parâmetros da segunda versão do Manifesto da Unesco de 1972, o qual destacou as suas funções relacionadas à educação, cultura, lazer e informação.

Na década de 1980, o estudo realizado por Suaiden sobre a condição das 23 bibliotecas públicas estaduais com maior destaque no Brasil traz os principais problemas dessas bibliotecas, salientando a precariedade das instalações físicas, do acervo e mobiliário; a ausência de profissionais qualificados; a falta de investimentos da parte governamental e, conseqüentemente, de visibilidade na sociedade.

Em contrapartida, é criada a Lei nº 7.505 de 1986 (Lei Sarney), “[...] que incentivou doações ou patrocínios a instituições e eventos culturais e artísticos [...]”, e com isso, favoreceu a ampliação dos acervos das bibliotecas públicas. (PAIVA, 2008, p. 41) Outra novidade foi a inserção de periódicos nesses acervos e a configuração de novos serviços, adaptando a biblioteca para torná-la um espaço de cultura e convivência. (OLIVEIRA, 1994; PAIVA, 2008)

Nos anos 1990, segundo uma pesquisa realizada pelo Sistema Brasileiro de Televisão, o índice de analfabetismo no Brasil estava muito alto. Além disso, 25% dos alfabetizados não estavam aptos para exercer o hábito da leitura nem muito menos para frequentar a biblioteca pública como apoio à educação continuada. Tais dados evidenciam a pequena parcela da sociedade que usava a biblioteca. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 21)

É importante ressaltar que na década de 1990 o Brasil passou por transformações políticas que, de certa forma, influenciaram a cultura, por exemplo, a extinção do Ministério da Cultura (Minc) no mandato do presidente Fernando Collor de Melo em 1990 e a sua recriação em 1992 no governo de Itamar Franco. Contudo, conforme Paiva e Andrade (2014, p. 103), houve nesse período medidas governamentais voltadas para a biblioteca pública, para o livro e a leitura:

- a) criação da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) em 1992 por meio da Lei nº 8.029;
- b) criação do Programa Nacional e Incentivo à Leitura (Proler) no ano de 1992, por meio do Decreto nº 519;
- c) criação, em 1992, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP);

- d) inauguração do Programa Uma Biblioteca em cada Município, do Minc, e Livro Aberto da FBN;
- e) inserção da Secretaria do Livro e da Leitura (SLL) na estrutura do Minc, em 1999.

No início dos anos 2000, já no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de um modelo pró-globalização, as medidas voltadas para a área da informação são reconfiguradas pelo conceito de Sociedade da Informação. Nesse momento, é publicado no Brasil o *Livro verde da Sociedade da Informação*, (BRASIL, 2000a) o qual propunha sete linhas de ação para a concretização de alguns objetivos:

- a) mercado, trabalho e oportunidades;
- b) universalização de serviços para a cidadania;
- c) educação na Sociedade da Informação;
- d) conteúdos e identidade cultural;
- e) governo ao alcance de todos
- f) pesquisa e desenvolvimento, tecnologia-chave e aplicações; e
- g) infraestrutura avançada e novos serviços.

Em relação às bibliotecas públicas, o *Livro verde* as considera uma importante estratégia nacional para difusão, captação e processamento de conteúdos do interesse do Estado. O texto diz que

Aparelhá-las como pontos focais para ampliar as oportunidades de acesso aos serviços e produtos já disponíveis e estender seu uso a outros grupos sociais constitui oportunidade ímpar para aumentar a potencialidade de criação de conteúdos locais e a capilarização do acesso. (BRASIL, 2000a, p. 64)

No ano de 2002, a Secretaria do Livro e da Leitura do Minc inaugura o Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB), cujos objetivos são: “[...] reunir e gerenciar o conhecimento sobre a realidade das bibliotecas brasileiras; cadastrar todas as categorias de bibliotecas; emitir certificado para as bibliotecas cadastradas; e criar catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas, com consulta *on-line*.” (PAIVA, 2008, p. 87)

Com a criação do CNB, elaboraram-se critérios que ampliariam os investimentos para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), os quais eram designados, especificamente, para Programa chamado Fust-Bibliotecas. Este programa tinha como objetivo inserir no conceito e nas práticas da Sociedade da Informação as bibliotecas brasileiras. Desse modo, pretendia-se expandir a quantidade de bibliotecas públicas conectadas à internet e, conseqüentemente, automatizar seus serviços e acervos. (PAIVA, 2008, p. 88)

Contudo, mesmo com tais iniciativas, segundo o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre o acompanhamento de políticas e programas governamentais na área da cultura, ao incluir as bibliotecas, aponta alguns desafios a serem atendidos pelo Minc:

A implantação de bibliotecas em municípios enfrenta a herança das desigualdades regionais nas mais diferentes dimensões: no que se refere à capacidade implementadora local, à capacidade técnica na formulação de projetos e à capacidade de oferecer contrapartidas – que vão desde a complementação de recursos financeiros até a existência de equipamentos e locais adequados. Com efeito, o maior desafio é atender à demanda por bibliotecas, ampliar acervos e desenvolver ações de fortalecimento das capacidades locais mediante treinamentos e capacitação a distância. (BRASIL, 2003b, p. 71)

No ano de 2003, já com o presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi criada a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, conhecida como Lei do Livro, que instituiu a Política Nacional do Livro. Esta lei possui dentre seus objetivos “[...] assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro [...] promover e incentivar o hábito da leitura [...] instalar e ampliar no país livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro [...]”, cabendo ao Poder Executivo “[...] implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas [...]”, incluindo obras no Sistema Braille.

Nas disposições finais, a lei responsabiliza a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a consignarem, em seus orçamentos,

verbas para a manutenção de bibliotecas e aquisição de livros. No final do texto, para controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro passa a não ser considerado material permanente. (BRASIL, 2003a) Esta é considerada a primeira ação do governo Lula direcionada à biblioteca pública no país.

Logo após, vieram outros projetos e ações, tais como:

- a) o Programa Fome de Livro, também chamado de Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura, criado em 2004;
- b) o Programa Livro Aberto, voltado para a implantação e modernização de bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros, também em 2004.
- c) a Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), em 2005, instituída para contribuir no avanço das políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas no Brasil;
- d) a proclamação do ano de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura;
- e) a inserção das bibliotecas no Prêmio Vivaleitura do Minc, do Ministério da Educação e da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI);
- f) a instituição do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em agosto de 2006 pela Portaria Interministerial Ministério da Educação/Ministério da Cultura nº 1442 e, nos anos seguintes, em cada governo local;
- g) o primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (BRASIL, 2009) encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) pelo Minc e pela FBN, realizado em 2009, o qual mostrou que 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios.
- h) a Portaria MinC nº117, de 1 de dezembro de 2010, que “[...] estabelece como condição para a liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população.” (BRASIL, 2010)

Na área do livro, leitura e biblioteca, há um importante exemplo de movimento social representado pelo Manifesto do Povo do Livro, assinado por escritores, editores, livreiros, bibliotecários, professores, estudan-

tes e artistas, e entregue ao presidente Lula no ano de 2006. O Manifesto ressalta que

A biblioteca é um serviço público e dever do Estado, tal como a saúde e a educação. Para tanto, o Estado deve cumprir, de forma cabal, a Política Nacional do Livro e dar, a partir de 2007, prioridade total à revitalização da biblioteca pública. É ela o meio mais eficiente de proporcionar educação continuada à população e, dessa forma, ser instrumento de democracia e de política social. É, pois, fundamental e urgente que todos os municípios brasileiros tenham pelo menos uma biblioteca e que [...] seja fortalecidas e reequipadas para atender ao cidadão brasileiro dentro dos padrões mínimos internacionais: com bons e diversificados acervos de livros e outros materiais; pessoal qualificado e estimulado; e recursos permanentes para manutenção, atualização, formação e fomento. (MANIFESTO..., 2006, grifo nosso)

No governo posterior, da presidenta Dilma Rousseff, o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, traz alguns eixos que complementam a estratégia de planejamento voltada para ações de fomento à leitura no Brasil, por meio do PNLL, mencionando a questão da acessibilidade em bibliotecas de acesso público, contemplando o uso e a disponibilização de tecnologias assistivas e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura.

Em 2012, o deputado José Stédile propôs o Projeto de Lei nº 3727/2012, que dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no país e a criação de uma biblioteca pública em cada município. Na sua proposta, tal legislação seria inserida no artigo 3 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; entretanto, até a presente data, o projeto encontra-se sujeito à apreciação conclusiva das comissões.³

Outro Projeto de Lei, criado pelo deputado Carlos Bezerra, de nº 7.750/2014, traz a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou mon-

3 A tramitação do Projeto pode ser acompanhada no link: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541906>.

tagem de museus, bibliotecas e teatros públicos da União, nos casos em que haja extinção ou demolição de unidade existente, e aprovada em 2015.

No início de 2015 foi encaminhado ao Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 28/2015,⁴ que institui a Política Nacional de Bibliotecas. Criado pelo então senador Cristovam Buarque, o documento até o momento encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto traz conceitos de bibliotecas e suas tipologias (nacional, pública, escolar, universitária e especializada) e, um dos seus objetivos, discutidos em Audiência Pública em abril de 2014 com profissionais da informação e educação, sociedade civil e órgãos de classe, é resolver questões relacionados aos conceitos que interferem na compreensão da missão, usuários, acervos e serviços oferecidos à comunidade em geral.

Entretanto, no que se refere às bibliotecas públicas, a partir do que tem sido discutido em pesquisas sobre essas bibliotecas e, até mesmo na síntese histórica apresentada neste estudo, nota-se lacunas no desenvolvimento dos conceitos e missão destas bibliotecas, uma vez que se limita a algumas missões, já apropriadas e definidas em diretrizes internacionais, a exemplo do Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas de 1994.

De certo modo, a iniciativa do projeto representa um marco legal no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a biblioteca pública, contudo é necessária uma compreensão mais ampla sobre a real função da biblioteca a partir do contexto brasileiro, de forma a estabelecer um diagnóstico que possa solucionar efetivamente os principais problemas que afetam seu desenvolvimento e ações em prol do acesso à informação e à cultura.

Torna-se relevante destacar que todas as iniciativas governamentais configuradas como políticas públicas são respostas às questões levantadas pela sociedade civil em benefício de determinadas áreas.

4 BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Reflexões finais

Conforme a síntese histórica apresentada neste capítulo sobre a criação e a evolução da biblioteca pública e o seu conceito, percebe-se que as transformações pelas quais passou, desde a consolidação das políticas públicas até as relações que foi desenvolvendo com sociedade para a construção de sua imagem, refletem as mudanças de configuração do seu espaço físico, desde sua estrutura física até os serviços prestados e a sua função como dispositivo sociocultural. Nessa trajetória, pode-se observar que a biblioteca pública está sendo conduzida a repensar os meios e formas que, na contemporaneidade, se acessa, usa e dissemina a informação.

A biblioteca não é mais vista, apenas, como espaço onde se armazenam informações - é também um espaço de participação social, construção da cidadania, um importante instrumento social para a configuração da cultura brasileira. Percebe-se que ao longo da construção da sua identidade no Brasil, a biblioteca pública passou por inúmeras transformações, principalmente, no que se refere à reconfiguração do seu conceito e à identificação do seu foco real - os usuários. A biblioteca pública como instrumento de socialização da cultura e mediadora do conhecimento amplia sua expressão e significado à medida que se coloca a serviço da sociedade, quando ganha forma a partir da geração de conteúdos. Por este aspecto, identifica-se um ciclo relacional em que a biblioteca pública tem um papel importante na manutenção cultural, histórica e social de uma sociedade. Nesse sentido, exerce sua função mediadora entre o homem, o conhecimento e o mundo, definindo-se pelas práticas e interferências que exerce no contexto social.

Talvez a problemática que envolve o novo papel e função da biblioteca pública resida na valorização não apenas dos seus serviços, mas também do seu espaço físico, pensado como um espaço de convivência, um espaço de formação de relações sociais. Este espaço deve ser atrativo e permitir a livre circulação de ideias e deve ser flexível em sua estrutura de modo a atender às necessidades de adaptações futuras. Deve con-

tar com profissionais capacitados para a realização de ações e atividades que estimulem a criatividade e a experiência cultural coletiva, orientando o usuário no acesso e uso da informação, mas também no processo de apropriação dessa informação. Deve ser o lugar onde se possa desenvolver a autoestima das pessoas. O lugar da biblioteca na sociedade contemporânea deve inspirar confiança, deve ser um local de encontro.

Diante dessas possibilidades, a biblioteca pública precisa ser vista pela sociedade e, principalmente, pelo poder público como o núcleo sociocultural de um povo, uma referência no espaço urbano onde se cultiva e produz ideias, além de preservar a memória.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: EDUEL, 2003.

ASSIS, Leonardo da Silva de. *Bibliotecas públicas e políticas culturais: a divisão de bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-28012014-121948/pt-br.php>. Acesso em: 17 jan. 2017.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1390> . Acesso em: 20 jan. 2017.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução João Virgílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta, 2003.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. (Coleção Ramiz Galvão, v. 1). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Sociedade da Informação no Brasil*: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento de Processos Técnicos. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Biblioteca pública*: princípios e diretrizes. Brasília, DF: Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2000b. (Documentos técnicos, v. 6).

BRASIL. Lei no 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 31 out. 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.753.htm. Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas sociais*: acompanhamento e análise. Rio de Janeiro: IPEA, 2003b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_06.pdf. Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. *Censo nacional das bibliotecas públicas municipais*: estudo quantitativo: principais resultados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Portaria MinC nº 117, de 1 de dezembro 2010. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-secult/2010/portaria-no-117-de-10-de-dezembro-de-2010>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. v. 1.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Velhos problemas? Público, acervos, leitura e bibliotecários em cenas da história da biblioteca pública. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, p. 211-226, 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2277>. Acesso em: 8 jan. 2017.

HAMMOND, Mary. “The great fiction bore”: Free Libraries and the Construction of a Reading Public in England, 1880–1914. *Libraries & Culture*, Austin, v. 37, n. 2, p. 83108, 2002.

IFLA. *Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas*. Tradução Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições. The Hague: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

IFLA. *A Declaração de Lyon*. The Hague: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11146?og=7409>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MANIFESTO do povo do livro. *Undime*, Brasília, DF, 20 set. 2006. Disponível em: www.oei.org.br/manifesto.htm. Acesso em: 23 jan. 2014.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MULLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7–54, 1984.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 222–248, set. 1986.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937–1989*. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_48cabfd9b6_0007649.pdf. Acesso em: 17 jan. 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. *Bibliotecas públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas

Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID7HUKTJ/disserta__o_marilia.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 jan. 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990–2006. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, p. 95–114, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500009&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141–161, 1975. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABORcAF/serrai-historia-biblioteca-como-evolucao-ideia-sistema>. Acesso em: 15 dez. 2013.

SOARES, Francisco Sérgio Mota *et al.* *A Biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52–60, 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/252/220>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. 1979. 93 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12718?mode=full>. Acesso em: 12 dez. 2013.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/Unesco sobre bibliotecas públicas 1994*. The Hague: IFLA, 3 nov. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão para a cultura, a juventude, a educação e os meios de comunicação social. Relatório A4-0248/98 sobre o papel das bibliotecas na sociedade moderna. *Parlamento Europeu*, Bruxelas, 1998. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1998-0248+0+DOC+XML+Vo//PT&language=PT>. Acesso em: 12 abr. 2017.

A BIBLIOTECA EXIBIDA

DA FORMAÇÃO À GESTÃO DE
COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS
ESPECIAIS NA BIBLIOTECA
PÚBLICA BRASILEIRA

Ana Virginia Pinheiro

Introdução

O objetivo desta explanação não está em afirmar a importância da coleção especial em uma biblioteca pública, à luz do valor atribuído por cultores do livro raro ou consagrado pelos cânones literários. A biblioteca pública aqui referida é a de âmbito estadual, aquela que se insere na hierarquia administrativa da unidade federativa brasileira e que deve cumprir, como os museus e os arquivos estaduais, o poder-dever do Estado de garantir acesso à cultura, à educação, à informação, oferecendo a todos, indiferentemente, o direito de obter esses bens – os meios para o alcance e continuidade desse poder-dever, em todas as suas circunstâncias, constituem objeto das Ciências da Documentação.

É oportuno ressaltar que as bibliotecas públicas não são benesses estatais. São instrumentos para garantir a prevalência dos direitos fundamentais, edificados sob o princípio da dignidade da pessoa humana. As bibliotecas públicas são recursos para a efetivação da ainda utópica promessa constitucional de “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, (BRASIL, 2016) especialmente, através do direito à informação. A pluralidade de sua representação, que envolve cidadania e sociabilidades, diversidade e multiculturalidade, educação e cultura, ciência e tecnologias, desenvolvimento e pesquisa, requer abordagem sistêmica e criteriosa, que escapa aos singelos objetivos deste texto.

Não se pretende, portanto, realçar as qualidades da coleção especial como testemunha de cultura local, ou exaltar os retratos das muitas faces e os sons das muitas vozes, delineados e gravados nas páginas dos livros preciosos que acumula.

O objetivo é abordar a coleção bibliográfica “antiga” como coleção especial sob a guarda da Biblioteca Pública, no âmbito da Biblioteconomia de Livros Raros, do Colecionismo e da Preservação de Memória. Pretende-se explicar ou entender, à luz da literatura especializada e, particu-

larmente, de boas práticas, o que é, como surge, para quem é, para que é e por que é a responsabilidade de guarda de uma coleção especial de livros raros numa biblioteca pública.

Alguns conceitos fundamentais

É preciso compreender o que é uma coleção especial e o que é uma coleção bibliográfica especial na biblioteca pública.

O conceito de coleção especial compreende “diferentes formas de registro, segmentadas em coleções distintas, conforme sua materialidade - o conjunto dessas diferentes coleções especiais constitui um acervo especial”; (PINHEIRO, 2015, p. 34) é a dessemelhante materialidade do item que lhe confere o caráter de especial.

Nesse contexto, por exemplo, uma coleção de livros infantis é uma coleção especial, assim como uma coleção de vinis ou de fotografias.

Mas, o conjunto que é objeto desta abordagem é o bibliográfico, de caráter erudito, comumente, designado como raro; desenvolvido para um tipo de usuário apto à apreensão de seu conteúdo e cômico das responsabilidades decorrentes; que prima pela “antiguidade” e pelo aspecto artesanal dos itens que acumula, podendo abrigar, também, itens que demandam tratamento focado numa necessária e justificável extensão de sua longevidade.

A coleção bibliográfica especial na biblioteca pública deve relevar a missão institucional, isto é, o compromisso que a biblioteca pública tem com a preservação da memória registrada que lhe compete salvar, promovendo acesso aos registros bibliográficos que patenteiam essa memória em longo prazo.

O *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994* ([2000?]), pelo menos, na quinta e na nona missões-chave que atribui à biblioteca pública, ratifica esse compromisso: “promover o conhecimento sobre a herança cultural [...]” e “assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local”. Para o sucesso dessas missões, “é importante que a biblioteca esteja assente na cultura, ou cultu-

ras, do país ou região onde opera”, (KOONTS; GUBBIN, 2013, p. 19) e este posicionamento deve ser explícito, como ocorre no portal da Biblioteca Pública do Espírito Santo, que se apresenta como “instituição responsável pela guarda e preservação da memória capixaba”. (SILVA, [2018?])

O Brasil tem bons exemplos de desenvolvimento de coleções de livros raros que compõem acervos especiais em bibliotecas públicas estaduais e que consagram aquele compromisso.

A Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, de Minas Gerais, por exemplo, foi instituída por Decreto Governamental de 5 de agosto de 1969 como “um conjunto de obras de autores de Minas Gerais”. Uma comissão de ilustrados foi designada para defini-la e o resultado alcançado foi que a Mineiriana seria “um acervo de *obras sobre Minas Gerais*”. (SOUZA, 2009 apud SUPLEMENTO LITERÁRIO, 2009, p. 29, grifo nosso) Essa confusão de conceitos sobre o perfil da coleção, regularmente utilizados como equivalentes, foi esclarecida pelo bibliógrafo Hélio Gravatá (2009 apud SUPLEMENTO LITERÁRIO, 2009, p. 30), ao afirmar que a Coleção Mineiriana “preserva a Memória” do estado, acumulando “tanto obras sobre Minas, como de autores mineiros”.

O conceito de Mineiriana reúne, guardadas as devidas proporções restritas ao estado de Minas Gerais, os significados de duas coleções referenciais:

- a) A Coleção Brasileira: uma coleção de “livros *sobre o Brasil* - no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (1900 inclusive), e os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até 1808 [data da instalação da tipografia no Brasil]”;
- b) a Coleção Brasiliense: “livros impressos *no Brasil*, de 1808 até nossos dias, que tenham valor bibliofílico: edições da tipografia régia, primeiras edições por unidades federativas, edições príncipes, primitivas ou originais e edições em vida - literárias, técnicas e científicas; edições fora de mercado, produzidas por subscrição; edições de artista” (BRASIL, 2007, grifo nosso)

Estes conceitos para as coleções Brasileira e Brasiliense foram firmados pelo bibliógrafo e bibliófilo Rubens Borba de Moraes e dissemina-

dos, em 1965, por ocasião da primeira edição de seu *O bibliófilo aprendiz*. (MORAES, 1998)

Bibliotecas públicas de várias unidades da Federação formaram coleções mistas, de livros raros e especiais, com itens provenientes notadamente da tipografia europeia, desde o século XV, e obras igualmente preciosas relativas à memória local; assim como desenvolveram suas coleções especiais “ana/ense”, como a Coleção Amazoniana, da Biblioteca Pública do Amazonas. Em alguns casos, adotaram nomeações possíveis para essas coleções, como Coleção Guanabarina da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (Biblioteca Parque Estadual); ou usaram o nome próprio da unidade federativa, como Coleção Rio Grande do Sul, da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Também, adotaram designações genéricas como Documentação Baiana para a coleção composta por “material bibliográfico sobre a Bahia e autores baianos”, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. (SOBRE..., 2008)

Sobre a guarda de coleções especiais

Mas, por que uma biblioteca – inclusive, a pública – guarda coleções especiais? Esta indagação desencadeia três outras questões polêmicas e estimulantes:

1ª quem é ou pode ser usuário das coleções especiais de uma biblioteca?

2ª qual o perfil ideal de “curador” ou “orientador” dessa coleção?

3ª o bibliotecário dispõe do necessário conhecimento e está suficientemente gabaritado para gerir políticas de formação e desenvolvimento de coleções especiais?

Para discernir cada uma dessas questões, há que se interpretar a biblioteca como uma pessoa: todo o seu acervo, seu espaço, mobiliário e equipamentos são como partes de seu corpo, sua matéria; e todo o conhecimento ali armazenado e disseminado, como componentes do seu espírito. Como pessoa, a biblioteca evolui, sintetiza conhecimentos que se organizam e que são recuperados na medida da necessidade. Como

pessoa, a biblioteca exige um tratamento responsável, que a releve como produto daquela evolução. Como pessoa, de carne e espírito, a biblioteca se organiza e se administra, sob orientação, para ser capaz de:

- 1) salvaguardá-la de “perigos”, garantindo a sua longevidade (políticas de preservação e de segurança);
- 2) socorrê-la quando as ações para a sua salvaguarda não forem eficazes (restauração);
- 3) capacitá-la de todo o conhecimento necessário (formação e desenvolvimento de coleções);
- 4) promover sua maturidade de modo que possa oferecer, através de uma visão holística do conhecimento, o discernimento entre “certezas” e “incertezas” (organização e difusão do conhecimento); e
- 5) torná-la útil, importante em seu meio, contextualizá-la (sentido de unidade, identidade, e de garantia de acesso).

A biblioteca organizada e administrada, como uma pessoa que é produto de seu meio, exprime o perfil que lhe foi atribuído por seu “orientador” – o bibliotecário. Cada aspecto de sua organização denuncia a capacidade de ver e de fazer de seus curadores, a orientação e a qualidade de sua formação.

Se essa biblioteca foi constituída, formada e orientada segundo o valor da memória, então certamente oferecerá um segmento chamado “coleção especial”, uma coleção patrimonial de valor venal, histórico ou cultural, onde predomina o testemunho de olhares e experiências acumuladas, identificado com a missão da instituição de guarda.

Por isto, uma coleção especial inclui obras que “não podem ser substituídas ou descartadas sem causar prejuízo à missão institucional, à sua relação com outros itens [...] e à expectativa do usuário”. (HANNESCH; LINO; AZEVEDO, 2014, p. 4)

No entanto, essa biblioteca pode ser desenvolvida sob os efeitos da “síndrome de Alexandria”; isto é, a acumulação de “todos” os livros aparentemente “especiais”, sem a consideração de meios para garantir sua permanência.

Infelizmente, há significativa tendência para eleger critérios de incorporação baseados em subjetividades, como: o livro foi escrito por um autor ou publicado por um editor célebre ou mal afamado; o assunto da obra foi abordado de modo singular; o aspecto material é magnífico e de uma riqueza de detalhes que se distingue dos demais; o item foi adquirido por um preço exorbitante ou foi doado por um bibliômano excêntrico; o livro pertenceu a um personagem ilustre ou circulou em função de eventos memoráveis.

Vale dizer que esses critérios não minimizam a importância da coleção especial formada. Mas, quando se aprecia o valor de um item no universo de uma coleção especial, o que se manifesta, na prática, não são as qualidades relativas ao conteúdo, mas, predominantemente, as particularidades do continente – beleza, acabamento, formato, ilustrações.

O estabelecimento de uma biblioteca deve ser precedido da definição, muito clara, do perfil das coleções que a comporão. Essa questão é de importância considerável para o desenvolvimento e a prosperidade do empreendimento.

Sobre a formação e o desenvolvimento de coleções especiais

A formação de uma coleção bibliográfica especial depende da formalização de critérios para seu desenvolvimento, apreendidos no universo (pouco estudado e geralmente pouco dominado) da bibliografia literária e da bibliografia material, no âmbito da biblioteconomia de livros raros.

Esses critérios devem abranger os interesses da instituição-guardiã, em face do uso e do nível de difusão das obras que se pretende alcançar; ou seja, critérios que eventualmente não seriam procedentes ganham força e significado no contexto de uma biblioteca que organiza, dissemina e disponibiliza seu acervo como “raro”.¹

1 Os conceitos que subsidiam critérios de raridade devem ser avaliados sob as perspectivas do bibliotecário-curador, do gerente da instituição ou “dono” do acervo e do usuário. Além disso, devem ser formalizadas recomendações metodológicas, que

Antes de formar uma coleção especial é necessário analisar uma série de questões anteriores e posteriores, que interferirão na iniciativa, tais como:

- a) dispersão por coleções específicas - o conjunto raramente é apenas "bibliográfico". Coleções adquiridas na íntegra trazem livros, folhetos e fascículos de periódicos, e, também, documentos manuscritos e datiloscritos, álbuns, variada tipologia documental entremeadada por fotografias, recortes de jornais, pétalas de flores, folhas secas, recibos de pagamentos, cartas, cartões de visita, santinhos, cartões de felicitações, marcadores de livros, cédulas de dinheiro. Os itens de caráter documental devem ser retirados de "seu lugar" e armazenados conforme a tipologia ou natureza dos suportes - uma informação sobre essa ocorrência pode ser incluída na catalogação de cada item. Os materiais orgânicos devem ser descartados ou devidamente acondicionados, se sua guarda for relevante. Essa prática não anula a ideia de preservação do "modo como o colecionador original deixou sua coleção" e deve ser avaliada pelo bibliotecário. Há circunstâncias em que esses materiais avulsos são mantidos no interior do documento que os acolhe, mas, isso deve ser plenamente justificável e ponderado à luz de teorias e práticas de preservação;
- b) armazenamento de itens preciosos no acervo corrente - algumas bibliotecas não optam pela formação de uma coleção especial, separada do acervo geral ou corrente, pela absoluta falta de critérios formais ou de espaço adequado - pelo menos, em determinado momento. No caso, os itens admitidos como preciosos são identificados em catálogo e tratados, preliminarmente, como obras de referência, com todas as peculiaridades desse tipo de material;
- c) inaptidão da equipe - a falta de qualidade técnica e científica do pessoal envolvido, mesmo que empenhado, e o desconhecimento de teorias e práticas de história do livro e das bibliotecas, como alicerce no exercício cotidiano da biblioteconomia de livros raros, podem promover danos ir-

acumulem o universo de valores e circunstâncias envolvidas. Desse modo, podem ser considerados como critérios: 1. limite histórico; 2. aspectos bibliológicos; 3. valor cultural; 4. pesquisa bibliográfica; 5. características do exemplar. (PINHEIRO, 1989, p. 21-22, 29-32)

reversíveis ao conjunto precioso, como a perda de memórias que sequer foram identificadas;

- d) perda do patrimônio – a falta de controle e de conhecimento sobre os bens possuídos, assim como o baixo nível de segurança nos locais de armazenamento favorecem furtos, vandalismos e sinistros, que vitimam bibliotecas com regularidade mais comum do que a divulgada na mídia;
- e) orientação de usuários – a identificação do público a que se destina a biblioteca, da coleção especial e das necessidades informacionais de seus usuários é prioritária para a definição de condições de acesso, de normas de uso e de recursos para difusão da coleção.

A formação de coleções especiais de livros raros deve ser alicerçada numa “imagem objetiva” que retrate uma condição que se aspira, uma situação futura desejada.

Essa situação futura, longe de um perfil ideal, deve sintetizar valores que reconheçam a coleção como bem patrimonial. Há, ainda, que refletir sobre o esforço requerido, o ambiente organizacional, as relações do bibliotecário com o usuário, a relações do usuário com a coleção, as relações do bibliotecário com a coleção, e o possível impacto que as decisões a serem tomadas podem causar à coleção, ao usuário e ao bibliotecário.

Convém acrescentar que uma coleção especial pode resultar do concurso de vários critérios definidos ou de circunstâncias imponderadas. Mas, dois modos de formação se destacam:

- a) quando os cimélios (os livros mais raros entre os raros) são selecionados, separados e incorporados a outro conjunto, sem contudo perder a identidade com a coleção original – um livro, mesmo aquele disponível em dezenas de exemplares, ganha caráter da unicidade, quando é parte de um todo particular como uma coleção especial, formada segundo os interesses de um estudioso, de um colecionador, ou ainda, quando traz as marcas de sua leitura crítica ou emocionada,² muitas vezes, cote-

2 Essas marcas de leitura, proibidas nas bibliotecas de uso comum, podem atribuir interesse especial a determinado exemplar de obra pouco significativa, e até reconhecer-lhe raridade, mais pela autoridade das notas manuscritas que pelo texto impresso.

jando itens da mesma coleção original. O eventual desvinculamento de itens de sua coleção de origem produz um conjunto de relíquias – hoje, incensadas; amanhã, quem sabe, menosprezadas;

- b) quando coleções parciais ou integrais são adquiridas junto a colecionadores ou a seus herdeiros legais – a incorporação de coleções deve ser, em princípio, irreversível e, por isto, formalmente efetivada através de um termo de doação ou compra, firmado pelas partes. A negociação de uma coleção envolve interesses diversos, nem sempre favoráveis ao melhor uso dos itens que a compõem; vez por outra, exigências incompatíveis com a missão da biblioteca acabam por condicionar a negociação.

Desde Alexandria, as bibliotecas eram organizadas por proveniência – as coleções eram arranjasdas segundo o colecionador original, sem qualquer possibilidade de descarte; até que, em meados do século XVIII, essa prática foi abandonada e a biblioteca se organizou por assuntos, integrando as coleções. No entanto, a continuada aquisição de coleções de livros raros e a ocorrência de títulos dobrados provocaram a segmentação da biblioteca por datas, determinada mais em função do espaço disponível para armazenamento do que pela história do livro. (MCKITTERICK, 2000, p. 103-104) As coleções bibliográficas especiais se caracterizaram, então, como conjuntos definidos pela data de produção/publicação de seus itens e por sua antiguidade.

Obviamente, a sobrecarga dos espaços de guarda e a aquisição mediante processos concessivos são situações futuras previsíveis, que resultam, por exemplo, do recebimento condicionado de coleções (mesmo as compradas), submetendo e necessariamente adequando as políticas da biblioteca aos interesses do detentor da coleção, tais como: a configuração da coleção como uma “biblioteca-museu” ou um “museu do livro”; (VRCHOTKA, 1983) a restrição de acesso, subordinado a critérios personalíssimos; e a reclamação de propriedade por herdeiros que não foram considerados. A ocorrência dessas e de outras condições deve ser apropriadamente observada.

A formação dos chamados “lugares especiais” de guarda, o armazenamento “em separado”, a “reconstituição” – sempre um simulacro – do ambiente de leitura do colecionador original, as limitações ou o impedi-

mento de acesso e de consulta configuram práticas, hoje, superadas ou abandonadas em função da exiguidade dos espaços, do processo continuado de democratização das bibliotecas e, principalmente, porque a aquisição transforma a coleção particular em coleção patrimonial da biblioteca e não mais do detentor-negociante; cada item incorporado deve atender à política de acervo praticada e, numa abordagem mais óbvia, à missão da biblioteca.

O reconhecimento dessas coleções como bens patrimoniais pressupõe a consideração da legislação que, no domínio da Administração Pública, arrola os conjuntos de “livros raros” como material permanente suscetível ao controle patrimonial do Estado. Essa condição transforma os curadores de coleções em gestores de bens de interesse público, em responsáveis por sua integridade, manutenção e uso adequado, implicando privilégios e sanções inerentes à condição de bem patrimonial; e envolve a formalização de política de formação e desenvolvimento de coleções, que expressem tanto os modos de aquisição (compra, doação, intercâmbio) quanto os de incorporação (processo pouco ou nada descrito na literatura de formação e desenvolvimento de coleções).

Os modos de aquisição devem ser documentados, por exemplo, através de:

- a) recibo de compra;
- b) termo de doação - documento formal, estabelecido entre quem cede e quem recebe a coleção;
- c) declaração de proveniência - comumente, quem oferece para venda ou doação alega a posse como “bem de família”, “herança”; neste caso, é importante que a alegação se configure como declaração formalmente registrada;
- d) termo de posse (item a item) - ocorre quando a coleção traz a marca de propriedade de quem detinha, também, a posse. Algumas vezes e vale atenção redobrada, essa coleção oferece algum tipo de tesouro, como exemplares “de trabalho” do colecionador, identificados por inscrições diversas que lhe atribuem valor inquestionável: “Meu”, “meu exemplar”, “próxima edição”, “exemplar de trabalho”, “exemplar para anotações”, “não sai [da biblioteca]”;

- e) termo de transferência formal de um item de um colecionador para outro, que pode ser redigido por qualquer um dos dois - é de uso verificável em bibliotecas particulares, quando o item traz marcas de propriedade, mesmo de colecionador desconhecido, ou outra inscrição identificadora da posse anterior. Um ótimo exemplo de termo de transferência, formulado como dedicatória em página de guarda, está numa edição fac-similar de *Os Lusíadas*, presenteada por um professor apaixonado por letras e livros e grande amigo, assim redigido: "Carlos M. Horcades³ // ofertou este livrinho para // Ana Virginia depois de // prazeroso almoço com // Cláudio Gil, Romero // Cavalcanti, Alexan-//dre Salomon // no dia 10 + 1 de janeiro // de 2008 // [assinatura]". Em bibliotecas de uso comum ou coletivo, esse tipo de termo não é comum, porque a doação se verifica pela baixa patrimonial no livro de registro e no catálogo topográfico, ou com os terríveis carimbos de baixa, doação ou intercâmbio no próprio item - em nenhuma hipótese se admite apagar, arrancar, recortar, rasurar ou cobrir com tinta ou papel as marcas de proveniência de um item a ser cedido ou recebido.

A incorporação de uma coleção engloba a conferência, a embalagem, a saída, a transferência, a chegada, a guarda temporária (quarentena), a higienização e diagnóstico, a patrimonialização, o processamento técnico biblioteconômico, o preparo para uso (incluindo acondicionamento e armazenamento) e a disponibilização dos itens, ao alcance dos usuários - processo raramente contemplado nos projetos de aquisição de coleções que, por isso e mais comumente do que se declara, são condenadas à guarda tumular, sepultadas em caixas de papelão, por anos e até por décadas. A incorporação deve ser assistida, conferida e testemunhada, de modo a garantir que tudo o que se ofereceu foi recebido, nas mesmas condições. Além disso, algumas ações se fazem urgentes:

- a) concentração da coleção considerada especial em área predefinida, implicando a dispersão de itens conforme sua tipologia, ou não. Qualquer que seja a decisão tomada, pela dispersão ou pela manutenção da coleção reunida, cada item deve trazer a identificação de sua proveniência

3 Carlos M. Horcades é designer, fotógrafo, professor de tipografia e autor do livro *A evolução da escrita: história ilustrada* (2016).

(marca de propriedade). Quando isto não ocorre, o recurso mais praticado no âmbito da biblioteconomia de livros raros é a adoção de *ex libris* factício ou atribuído,⁴ como marca identificadora do colecionador original. Outro aspecto a ser observado é a ocorrência de itens “dobrados” (duplicatas, múltiplas edições). Vale lembrar que, assim como cada edição é um produto da acumulação ou subtração de experiências e ideias do autor, cada exemplar constitui-se como elemento único de diferentes percursos, carrega e conta uma história pessoal – por isso, a ocorrência de outra edição ou exemplar não impõe escolhas;

- b) ambientação adequada do espaço de armazenamento, com implementação de recursos de controle (temperatura, trânsito, segurança patrimonial), sempre favorecendo o uso (leitura e pesquisa), sob a garantia da longevidade dos suportes;
- c) divulgação das coleções através da compilação de bibliografias, por exemplo, resultantes de inventários, sob a forma de catálogos de exposições. Esse procedimento, além de produzir instrumentos que alcançam os usuários de modo diferenciado, é uma declaração de propriedade, configurada na especificação de cada *exemplar da biblioteca*, descrito e identificado. Aliás, no que concerne a exposições, é indispensável esclarecer que expor livros raros é trazê-los à condição de notoriedade, dar-lhes visibilidade para promover seu uso. Mas, toda exposição implica um dano que é cumulativo, causado pela incidência de luz, pela qualidade do ar e até pelo trânsito do exemplar durante o processo. Então, nesse caso, tende a prevalecer a “lei da reciprocidade”, quando o risco compensa, porque nada é mais efetivo que a ação de levar o livro raro a quem por ele demanda; então, se todo dano é cumulativo, há que reduzir as condições de risco: tempo de exposição, intensidade da luz; (OGDEN, 2001, p. 16)
- d) disseminação dos conteúdos das coleções, por exemplo, através de edições fac-similares, em papel ou em versão digital;
- e) promoção do uso da coleção, respaldado em políticas de preservação e rotinas de conservação; e

4 Ex libris factício ou atribuído: marca de propriedade, semelhante ao *ex libris* impresso, que não foi escolhido pelo colecionador original; foi atribuído pela biblioteca que incorporou a coleção, como recurso para identificar os itens de uma coleção recebida e que, originalmente, não incluíam marca de colecionismo.

- f) treinamento de uso e manuseio de bens patrimoniais salvaguardados, envolvendo os fundamentos de educação patrimonial – do usuário e do bibliotecário.

Uma “coleção especial” é parte de uma biblioteca específica e é, também, parte de uma biblioteca maior, universal, segmentada em todas as coleções especiais motivadas pelo mesmo ideal: a memória da humanidade preservada, em diferentes níveis (local, municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

Considerações finais

O livro raro não tem outra identidade que não a de ser raro – acolhidos, nesse universo, o exemplar único e o livro precioso, (PINHEIRO, 1989, p. 20-21) por isso é um livro que compõe coleções especiais e não coleções especializadas.

O plano e o caminho para o livro de coleções especiais, genericamente, interpretado como raro dependem da história e do conteúdo dessas coleções e da identificação de seu “usuário especial”, para que se possa oferecê-las de modo consciente e produtivo.

O perfil do curador que orienta a formação de coleções especiais e organiza seu desenvolvimento deve ser bem-conceituado, porque esses processos envolvem valores pessoais que devem ser coerentes com a missão da biblioteca.

A complexidade desta questão impõe certa prudência na escolha de bibliotecários de livros raros que, antes de tudo, devem situar-se entre a paixão desabusada pelo caráter artístico do livro antigo e o senso crítico sobre autores e títulos,⁵ porque “ordenar bibliotecas é exercer, de um modo silencioso e modesto, a arte da crítica”. (BORGES, 1968 apud SCHA-

5 “É recorrente a apreciação de certas obras não lidas ou cujo mérito foi por outros preconizado. [...] Para julgar a qualidade de um livro, contudo, é preciso considerar o autor, a data, as edições, as traduções, os comentários, os resumos concernentes à obra, o sucesso, os elogios merecidos, as críticas subsequentes, as censuras e condena-

POCHNIK, 1999, p. 281) Apenas talentos com esse perfil, delineados desde a graduação universitária, a partir de disciplinas como história do livro e das bibliotecas e história e bibliografias literárias, poderão atribuir a necessária dimensão de encantamento à coleção especial, onde os livros não serão, apenas, guardados e protegidos como um amontoado de fragmentos memoriais, glorificando nostalgias ou venerando a beleza, mas, sobretudo, onde cada livro seja o “livro civilizador”, (DELICH, 2000) parte de uma coleção argumentativa e controversa, de pensamentos múltiplos, que se expõe publicamente, que transcende suas fronteiras, provocando seu próprio crescimento.

Como uma “biblioteca exibida”, a “joia da coroa”, o lugar de guarda do tesouro, dos vestígios de determinada comunidade ou população, a coleção especial de uma biblioteca pública acumula palavras raras, como metáforas de um tempo que, numa concepção catastrófica da História, permitiriam reconstruir, se não o mundo, pelo menos as entidades que representam.

É comum o entendimento de que é possível conhecer o caráter de uma pessoa pelo modo como abre um livro, e que, desse modo, seria possível distinguir se há ou não um leitor ali. De fato, são raros os “usuários de livros raros” no Brasil, porque são raros aqueles que manuseiam o livro com o sentido privilegiado de tocar uma joia preciosa, um cimélio. Alguns usuários ainda não se desvencilharam da noção mal adquirida, pelo mau exemplo, de “livro-coisa”; permanecem olhando o livro como um suporte, de onde colherão uma informação – como leitores “de ocasião” numa biblioteca pública.

A consciência da história de formação e da trajetória de desenvolvimento de uma coleção especial promove a hesitação do manuseio do livro raro que a compõe. O toque, que pode ou não ocorrer, devido à existência de fac-símiles (em papel, em microfilme, em imagem digital), há de ser suave e deferente porque o livro raro suscita temor reverencial.

ções que o difamaram, seus adversários ou defensores, seus seguidores” (ROUYEYRE, 2000, p. 17) e, com certeza, muito mais.

Por tudo isto, o livro raro de coleção especial, nomeadamente, o livro raro da coleção especial de uma biblioteca pública brasileira impõe dignidade.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 01, de 11 de junho de 2007. Dispõe sobre o cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 13 jun. 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

DELICH, Francisco. Parábola do livro na cultura global. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 142, p. 45-49, 2000.

HANNESCH, Ozana; LINO, Lúcia Alves da Silva; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *E-PRINTS*, [s. l.], 2014. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11894/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

HAZEN, Dan C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: HAZEN, Dan et al. *Planejamento de preservação e gerenciamento de programas*. 2. ed. Tradução José Luiz Pedersoli Júnior. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. p. 7-15.

KOONTS, Christie; GUBBIN, Barbara (ed.). *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. 2. ed. Tradução Célia Heitor. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. The Hague: IFLA, [2000?]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MCKITTERICK, David. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 94-107.

Moraes, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz, ou, prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas*. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

OGDEN, Sherelyn. A proteção contra os danos provocados pela luz. In: OGDEN, Sherelyn (ed.). *Meio ambiente*. Tradução Elizabeth Larkin Nascimento, Francisco de Castro Azevedo. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 13-22.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Bruno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44. (Coleção Memória da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, v. 3). Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro? Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, DF: INL, 1989.

ROUYEYRE, Édouard. *Dos livros*. Tradução Claire de Levys. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da corte imperial. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 273-311.

SILVA, Ana Maria. Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES). *Secretaria de Estado de Cultura*, Vitória, [2018?]. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/biblioteca-publica-do-espírito-santo-bpes>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVER, Rollo. The training of rare book librarians. *Library Trends*, Baltimore, v. 9, n. 4, p. 446-452, 1961. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4815302.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2019.

SOBRE a Biblioteca Pública do Estado da Bahia. *Barris Cultural*, Salvador, 2008. Disponível em: <https://barriscultural.wordpress.com/biblioteca-central-dos-barris/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SUPLEMENTO LITERÁRIO DE MINAS GERAIS. Coleção Mineiriana. *Suplemento Literário*, Belo Horizonte, n. 1327, 2009. Disponível em: <http://www3.cultura.mg.gov.br/index.php/pt-br/suplemento-litelario/edicoes-suplemento-literarios/2009-1/3--3/file>. Acesso em: 12 jan. 2019.

VRCHOTKA, Jaroslav. Museums of the book: their problems and their relations to libraries. *IFLA Journal*, The Hague, v. 9, n. 2, p. 114-118, 1983.

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS PODEM TRANSFORMAR A VIDA DAS PESSOAS?

Fabrício José Nascimento da Silveira

Introdução

Para começar, evoquemos uma imagem. Uma corrente humana formada por vários homens e mulheres de todas as idades unidos em prol de um objetivo: transferir os últimos 1.001 exemplares do antigo edifício onde funcionava uma velha biblioteca pública para sua nova sede, maior e mais moderna. Essa cena, que aconteceu na cidade de Guadalajara em 2004, foi descrita por Michèle Petit, pesquisadora francesa que se admirou com um gesto repetido inúmeras vezes ao longo de todo o processo: cada sujeito que formava um dos elos da corrente examinava com cuidado e atenção o livro que passava por suas mãos, talvez “para não deixar passar aquele que, enfim, saberá tudo sobre ele, ou que pelo menos saberia algo sobre ele, ou sobre os objetos que lhe inspiram curiosidade”. (PETIT, 2009, p. 171-172)

Partindo desse relato podemos formular duas questões que, em ampla medida, sintetizam as discussões aqui instituídas: por que um grupo de pessoas se reúne em um final de semana do quente verão mexicano para, voluntariamente, colaborar com a reorganização de uma biblioteca pública? E por que durante a transferência do acervo aquelas pessoas se sentiram mobilizadas a estabelecerem um contato mais demorado com os livros que passavam por suas mãos?

Embora a antropóloga não forneça nenhum outro detalhe acerca da referida operação, pensamos ser possível projetar algumas respostas para tais indagações analisando o *poder de afetação*¹ que os livros

1 No contexto deste capítulo a expressão poder de afetação é utilizada para caracterizar certos processos de descontinuidade instaurados tanto por nosso contato com o universo dos livros quanto por aquele que se projeta a partir das bibliotecas públicas. Trata-se, pois, de uma reação suscitada por algum acontecimento que estimule nossas experiências perceptivas, sendo mais preciso, àquilo que “*instaura uma descontinuidade*”

e as bibliotecas públicas exercem sobre nossas vidas individuais e no contexto social em que se inserem. Para tanto, lançamos mão de duas estratégias teórico-metodológicas complementares: discutir, em um primeiro momento, os fundamentos sociais das bibliotecas públicas: como elas surgem, quais são suas funções básicas e em que medida tais instituições podem, atualmente, interferir/afetar a realidade concreta que as cercam. Posteriormente, e de modo complementar, trazemos à cena o depoimento de dois usuários acerca das relações mantidas por eles com a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais,² conferindo destaque e analisando suas percepções referentes a duas questões específicas: qual a importância dessa biblioteca pública para Belo Horizonte e qual o lugar que ela ocupa em suas histórias de vida?

Conjugados, esses dois movimentos nos permitem identificar tanto os distintos pontos de ancoragem³ – dimensões simbólicas, afetivas e estruturais – que, por meio do contato com a biblioteca, modulam as histórias de vida dos nossos interlocutores, quanto as múltiplas modalidades de sentido e ação que propiciam às bibliotecas públicas se impregnarem no tecido social. Dito isso, começemos por refletir sobre os atributos que viabilizam a inserção e o reconhecimento coletivo das bibliotecas públicas no contexto de determinada sociedade.

na experiência dos sujeitos e movimenta o estado de coisas vigentes, bem como o posicionamento dos sujeitos afetados". (SIMÕES, 2012, p. 92, grifo nosso)

- 2 Até maio de 2017 o nome oficial dessa instituição era Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.
- 3 *Ancoragem e objetivação* são dois conceitos desenvolvidos pelo campo da psicologia social, mais notadamente no âmbito dos estudos acerca das representações sociais. O primeiro indica um exercício de associação em que grupos e sujeitos estabelecem uma relação de proximidade entre aquilo que ainda não está classificado, nem rotulado com imagens, categorias e explicações já conhecidas e aceitas socialmente. Trata-se, pois, de um movimento de categorização das coisas do mundo a partir de configurações simbólicas enraizadas em nossa memória social e subjetiva. A objetivação, por sua vez, refere-se ao ato de transformar a associação abstrata inferida durante o processo de ancoragem em algo quase físico. Em termos representacionais, a objetivação denomina o ato de atribuir/descobrir o aspecto icônico de determinada ideia.

Bibliotecas públicas: panorama histórico, enquadramentos conceituais e dinâmicas de inserção social

Recuando no tempo, podemos assinalar que as bibliotecas públicas tiveram a base de suas configurações contemporâneas definida em um contexto sócio-histórico bem demarcado: a Inglaterra pós-Revolução Industrial. Já naquele cenário, amplamente pautado por ideais positivistas, tais instituições deveriam servir de refúgio a uma parcela da população posta à margem de outros mecanismos culturais em função da disparidade econômica causada, sobretudo, pela intensificação dos fluxos migratórios que inseriam o homem do campo no espaço das cidades. Com isso, almejava-se que as bibliotecas públicas contribuíssem de maneira significativa para a “ordem social” e o “progresso da nação”, bem como para a “manutenção da democracia” instaurada após a laicização dos Estados nacionais. Ordem, progresso e manutenção dos referenciais democráticos que deveriam ser dinamizados, sobretudo, por ações relacionadas à leitura e à educação. Razões pelas quais foram visualizadas, de imediato, como um “bom investimento social”.

Sua defesa, conforme atesta Suzana Müller (1984, p. 9), ressaltava o baixo custo de um empreendimento que permitiria dar ao povo acesso à “boa literatura”, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres “inocentes”, e, portanto, fora das prisões, tribunais e asilos. Além disso, acreditava-se que a frequência a essas unidades biblioteconômicas poderia provocar em seus usuários o hábito e o gosto pela boa leitura, dando, assim, continuidade ao processo civilizador (ELIAS, 1994) iniciado e difundido pela escolarização.

Posteriormente, percebeu-se que as bibliotecas públicas poderiam contribuir para a socialização de seus usuários e para sua individualização, seja por meio da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos e lugares onde se inseriam. Com isso, a defini-

ção de seus atributos e funções sociais passou a ser estruturada “pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas”. (MÜLLER, 1984, p. 25) Ora, uma vez que tal valor de uso muda e evolui, assim como se transformam os hábitos informacionais, as práticas leitoras, os modos de saber-fazer (CERTEAU, 1994) e os sistemas sociais nos quais se assentam, as expectativas em relação às bibliotecas públicas também estão sujeitas a deslocamentos e revisões.

Isso se torna claro quando trazemos para nossas discussões um panorama evolutivo do próprio conceito “biblioteca pública”. Se no século XIX imperava o entendimento de que sua missão era educar as classes sociais mais baixas e preservar os valores então vigentes, o que se percebe ao longo de todo o século seguinte é um intenso debate acerca das dificuldades encontradas para assimilar seus horizontes de atuação e apreender suas possíveis contribuições em contextos socioculturais específicos. Debate que começa já no ano de 1949 quando a Unesco declara que:

As bibliotecas públicas são um dos meios mais eficientes para se adquirir, organizar e por à disposição de todos publicações informativas e educativas. *A biblioteca pública está em condições de adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade ou uma região*, pois tem a possibilidade de escolher entre os meios mais diversos. (UNESCO, 1949 apud JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p. 17, tradução nossa, grifo nosso)

Definição que traz em seu bojo acentuada preocupação com os processos educativos e com as atividades referentes à captação, organização e disseminação de insumos informacionais. Pensadas como dispositivos capazes de satisfazer às demandas por materiais de leitura, as bibliotecas públicas não poderiam ser enquadradas aqui na categoria de organismos culturais, posto que suas atividades se mostram restritas à conformação de acervos com fins politicamente demarcados: adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade. Ou seja, o pressuposto que deveria embasar o desenvolvimento de suas ações ainda se mantinha tributário dos princípios difundidos nos

anos finais de 1800. Razão pela qual, e com o objetivo de desvencilhar as bibliotecas públicas de sua herança positivista, a própria Unesco revisou, em 1972, o *Manifesto* de 1949 instituindo um novo conceito, cujo foco de discussão passou a ser o potencial democrático de tais espaços. Em síntese, a nova diretiva afirmava que a biblioteca pública é:

Uma instituição democrática voltada para o ensino, a cultura e a informação. É o principal meio para dar a todo mundo livre acesso aos registros do pensamento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa. A biblioteca pública, enquanto força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação é também um instrumento indispensável para o fomento da paz e a compreensão entre as pessoas e entre as nações. (UNESCO, 2019)

Apesar de muito genérica e abrangente, essa revisão tornou-se a primeira declaração universal sobre a missão, as funções e os serviços que devem ser cobertos pelas bibliotecas públicas. É também o documento que acena para o aspecto democrático dessas instituições e para suas responsabilidades enquanto organismo educativo, informativo e cultural.

Modalidade de compreensão que, a partir da proclamação do *Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas* em 1994, adquire posição de centralidade nas esferas de debate acerca das funções e atributos específicos de tais instituições. Esse novo documento, que foi ampliado em 2009, aglutina em suas disposições os principais pontos das iniciativas anteriormente fixadas e arregimenta o núcleo de pressupostos que confere especificidade às bibliotecas públicas, definindo tanto sua natureza e finalidade, quanto suas características e enfoque.

Assim observado, ao referendar as bibliotecas públicas como um portal local de acesso ao conhecimento e como espaço que “proporciona as condições básicas para a educação permanente, a tomada de decisões independentes e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais”, (UNESCO, 2009) o referido *Manifesto* apregoa que tais unidades biblioteconômicas devem ser pensadas sempre como instituições sociais voltadas para a cultura, a educação, a informação e o lazer, e cuja finalidade é apoiar os processos educativos, sejam eles formais ou não

formais, bem como o acesso à informação, ao conhecimento e à promoção das práticas culturais. Devem também permitir a integração social e a participação cidadã. Em virtude disso, as atividades que desenvolvem devem ser planejadas, tendo-se em vista o atendimento amplo e irrestrito de todos os membros da comunidade à qual se vinculam.

Por serem criadas e mantidas pelo poder público, seja este local, regional ou nacional, as bibliotecas públicas têm por obrigação propiciar livre acesso e gratuidade na oferta de seus serviços, bem como fomentar coleções diversificadas que respondam à pluralidade representacional e à singularidade simbólica dos distintos grupos e sujeitos que a elas recorrem. Motivo que justifica seu enfoque democrático e sua preocupação com a formação de cidadãos participantes. Tendo em vista tais prerrogativas, é possível apontarmos ainda que:

A biblioteca pública é um espaço para a formação da identidade individual; sua função está calcada na criação de cidadãos livres por meio do acesso e da participação das pessoas na cultura e do fornecimento de informações requeridas para tomar decisões. As bibliotecas públicas têm um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais, que se julga a partir da contribuição que podem oferecer, direta ou indiretamente, para a solução das desigualdades econômicas, culturais, educativas e organizativas ao possibilitar o equilíbrio no desenvolvimento das pessoas.⁴ (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p. 20, tradução nossa)

Em face disso, compreender e operacionalizar essa definição de biblioteca pública exige que conjugemos em um mesmo plano de ação

4 “La biblioteca pública es un espacio para la formación de la identidad individual; su función está cimentada en la creación de ciudadanos libres por medio del acceso y la participación de las personas en la cultura y del suministro de información que requiere para tomar decisiones. La biblioteca pública tiene un gran potencial de intervención en las dinámicas sociales, si se juzga a partir de la contribución que puede hacer, directa e indirectamente, para la solución de las desigualdades económicas, culturales, educativas y organizativas, al possibilitar el equilibrio en el desarrollo de las personas”. (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p. 20)

elementos discursivos e de ordem prática voltados tanto para a ampliação de sua missão social quanto para o desvelamento dos enquadramentos ideológicos delineados com e a partir da realidade informacional e simbólica à sua volta. Faz-se indispensável, ainda, percebê-la como um organismo portador de historicidade própria, mas que está sujeito a processos gerenciais formulados com propósitos amplamente demarcados: conceber, fomentar e gerir atividades e produtos centrados na garantia do direito de acesso à informação, de ocupação do tempo livre, de educação e de socialização da cultura e da memória coletiva.

Sendo assim, ao possibilitarem o contato dos sujeitos com os diferentes códigos, documentos, informações, sentidos e universos simbólicos que atravessam a realidade concreta de suas vidas, as bibliotecas públicas propiciam a cada agente inscrito neste processo, que é interacional por natureza, a capacidade de dilatar as compreensões que possuem do mundo e de si mesmos.

Sendo assim, se nosso primeiro objetivo era apontar em que medida as bibliotecas públicas afetam a realidade em que se inserem, o percurso traçado até aqui sinaliza para alguns marcadores referenciais importantes, todos vinculados às suas funções sociais básicas, a saber: as bibliotecas públicas são instituições de cultura e de promoção da memória local; de organização, preservação e disseminação da informação em distintos formatos e suportes; que servem de esteio e conferem dinamicidade aos processos educativos e de fomento à leitura; de geração de conteúdos e ações voltadas à ampliação e consolidação da cidadania; e, também, de vivência do lúdico, de recreação e de lazer. Em função disso, podemos conjecturar que os habitantes de Guadalajara abdicaram de seu final de semana por reconhecerem que naquela biblioteca pública:

[...] a integração social e a projeção cultural cristalizam-se na geração de conteúdos que asseguram a recuperação e recriação da memória por meio da consolidação de saberes e práticas que não só dão conta da história como também possibilitam uma apropriação das experiências cotidianas que se constroem no dia a dia e que estão repletas de significados que enriquecem o capital cultural e permitem que a

comunidade seja protagonista de sua própria história.⁵ (JARAMILLO, 2017, p. 77, tradução nossa)

Talvez por isso Michèle Petit (2009) tenha ficado tão impressionada com essa cena e mais ainda com o exame demorado que cada sujeito dedicava às obras que passavam por suas mãos. No contexto dessa realidade, o que tal ato pode significar? Entre todas as respostas plausíveis, recorreremos à perspicácia de Italo Calvino que, ao refletir sobre as potencialidades dos livros e da literatura, pontua:

Entre as possibilidades que se abrem para a literatura agir na história, esta é a mais sua, talvez a única a não ser ilusória: compreender para que tipo de homem ela, história, com seu labor múltiplo, contraditório, está preparando o campo de batalha, e ditar-lhe a sensibilidade, o impulso moral, o peso da palavra, a maneira como ele, homem, deverá olhar à sua volta no mundo [...].

[...] A literatura tem de voltar-se para aqueles homens, tem de ensinar-lhes enquanto deles aprende, servi-lhes, e pode servir apenas numa coisa: ajudando-os a ser cada vez mais inteligentes, sensíveis, moralmente fortes. As coisas que a literatura pode buscar e ensinar são poucas, mas insubstituíveis: a maneira de olhar o próximo e a si próprios, de relacionar fatos pessoais a fatos gerais, de atribuir valor a pequenas coisas ou a grandes, de considerar os próprios limites e vícios e os dos outros, de encontrar as proporções da vida e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, o modo de pensar ou de não pensar nela; a literatura pode ensinar a dureza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor e muitas outras coisas assim necessárias e difíceis. (CALVINO, 2009, p. 9, 21)

5 “[...] integración social y la proyección cultural, se cristaliza en la generación de contenidos que conllevan a la recuperación y recreación de la memoria mediante la consolidación de saberes y prácticas, que no sólo dan cuenta de la historia, sino que además, posibilita una apropiación de la cotidianidad que se construye en el día a día y que está cargada de significados que enriquecen el capital cultural y permiten a la comunidad ser protagonista de su propia historia”. (JARAMILLO, 2017, p. 77)

Em consequência disso, tudo indica que a antropóloga francesa deixou-se afetar pelo duplo movimento de conexão que essa cena denota: a corrente interconecta cada sujeito entre si e esses à biblioteca em um mesmo plano de sentido e ação, já os livros refletem experiências, histórias e anseios intersubjetivos, mas profundamente enraizados nos livros lidos naquele lugar, nos contatos travados com aquela biblioteca pública.

Eis aí outra chave de leitura que emerge como operador analítico capaz de desvelar o modo como as bibliotecas públicas afetam tanto a paisagem social em que se inserem quanto a história de vida dos sujeitos que a elas recorrem. Isso porque enraizar-se expressa formas concretas de estar no mundo e diz sobre um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva, bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Não sem razão, Simone Weil (1996) demarca, por meio do conceito de enraizamento, que os seres enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes. Que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Em síntese, o que aqui denominamos por enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo valendo-se de práticas sociais transformadoras. Dito com as palavras da própria filósofa:

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1996, p. 411)

É, pois, esse diálogo entre passado e futuro que faz com que a comunidade não perca suas raízes, ao mesmo tempo em que faculta estabilidade e sentido à vida e às ações das pessoas. Isto porque o enraizamento pressupõe a participação ativa de um indivíduo entre outros agentes sociais em condições bastante específicas, às quais podem advir do seio familiar, da escola, do trabalho, da integração à vida religiosa,

da cidade, da vivência em uma biblioteca pública. Onde há enraizamento, a socialização⁶ constitui o substrato no qual cada sujeito em particular recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irá nutrir sua existência individual e coletiva. Para tanto, faz-se necessário observar que:

Esta comunicação com o passado não consiste em uma atitude meramente contemplativa. Tampouco assume uma orientação reacionária. Onde os homens espraiam raízes, as lutas e construções dos antepassados, suas ideias e tradições, alicerçam realizações que, por sua vez, irão revesti-las de novos significados. Não se trata de uma importação passiva do mundo progressivo. (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 12)

Propiciar o enraizamento não pressupõe, portanto, isolar um meio social de suas influências externas uma vez que nos “grupos que promovem o enraizamento estão preservadas as condições de igualdade que garantem aos homens o livre exercício da palavra e de novas fundações: sua aparição diante de outros homens revela sua identidade pessoal e singular”. (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 13) Nesses termos, o sujeito enraizado não pode prescindir da socialização já que é por meio da aparição pública, do diálogo estabelecido na esfera pública que ele traça e elabora as marcas de uma imagem delineada de si e do outro.

6 No contexto deste capítulo utilizamos o termo socialização em remissão direta à sociologia de Georg Simmel, para quem as formas interativas – “determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro” (SIMMEL, 2006, p. 60) – constituem-se em elos que unem singularidades distintas em uma unidade funcional denominada de sociedade. Em face disso, Simmel ressalta que o potencial desse movimento de agregação social só pode ser apreendido e formalizado – no sentido de ganhar um conteúdo perceptível – se existir entre tais singularidades o sentimento de “estarem socializados”. Isso significa dizer que um mundo social só se constitui onde os projetos de socialização entre os indivíduos – impulsos, motivos, interesses, desejos e objetivos – podem ser expressos como modalidades autônomas de interação denominadas por ele de *sociabilidade*.

Constatação que nos leva, mais uma vez, à questão que orienta toda a nossa discussão, a saber: no contexto atual as bibliotecas públicas ainda exercem algum poder de afetação sobre a vida de seus usuários e sobre a realidade social em que se inserem?

Seccionando tal indagação, os argumentos aqui arrolados referendam a tese de que as bibliotecas públicas são, ainda hoje, instituições de grande poder de afetação social, uma vez que elas atuam diretamente nos campos da cultura, da memória, da educação e da informação, bem como conferindo dinamicidade e fomentando práticas de leitura, de lazer, sociabilidade e enraizamento nos muitos espaços onde se inserem. Ampliando nosso argumento, não devemos perder de vista que, em função de todos esses atributos e potencialidades:

As bibliotecas [públicas] criadas entre o povo, nas periferias da cidade, nos bairros marcados por altas taxas de exclusão, adquirem um valor inestimável porque incorporam o patrimônio vivo e falam em todos os momentos: preservam o passado, relacionam o presente e são a plataforma do futuro.⁷ (JARAMILLO, 2017, p. 74, tradução nossa)

Mas, e em relação ao sujeito, é possível utilizarmos esses mesmos pressupostos para atestar que as bibliotecas públicas afetam a história de vida daqueles que com elas travam contato? Indo um pouco além, pode a biblioteca pública transformar a vida de uma pessoa? Na seção a seguir discorreremos sobre tais indagações apresentando e analisando o depoimento de dois usuários da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, dedicando especial atenção às respostas que ambos formularam para as seguintes questões: qual a importância dessa biblioteca pública para Belo Horizonte e qual o lugar que ela ocupa em suas histórias de vida?

7 “Las bibliotecas levantadas entre la gente, a la vuelta de los recovecos de la ciudad, en los barrios sobre los cuales fueron elevadas barreras de exclusión, adquieren un valor supremo porque encarnan el patrimonio vivo y hablan en todos los tiempos: conservan el pasado, relatan el presente y son la plataforma del futuro”. (JARAMILLO, 2017, p. 74)

“Aqui me preenche tudo igualzinho”: a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e seu poder de afetação

Antes de conferirmos a palavra a esses dois usuários da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, faz-se necessário um esclarecimento: seus depoimentos foram colhidos como parte de uma pesquisa de doutoramento⁸ e se inscrevem em um universo maior de sujeitos entrevistados.⁹ No contexto de elaboração da tese os dados foram coletados mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, concedidas em dia e local escolhidos pelos próprios depoentes. Em média cada entrevista teve a duração de uma (1) hora, sendo gravada com permissão prévia de nossos interlocutores. Como dispositivo orientador, elaborou-se um conjunto de perguntas que permitiram aos nossos interlocutores refletirem sobre sua formação enquanto agentes históricos e sobre as relações que mantêm/mantêm com e no espaço público de Belo Horizonte (atividades, estratégias de mobilização e relações prático-afetivas). Ao final, cada um deles foi instigado a analisar o lugar ocupado pela Biblioteca Estadual –

8 Conferir Silveira (2014).

9 Para a tese entrevistamos sete sujeitos, cinco homens e duas mulheres. Essa amostra total foi definida intencionalmente depois de prolongada imersão no cotidiano da biblioteca pública e de conversas com seus bibliotecários e leitores. Para tanto, levou-se em consideração os seguintes critérios: tempo em que o entrevistado é usuário da instituição, frequência com que utiliza ou participa das ações por ela desenvolvidas, e, principalmente, o reconhecimento por parte dos próprios sujeitos de que a biblioteca estadual se constitui como referência marcante em sua história de vida. Além desses, dois outros critérios foram levados em consideração: os testemunhantes selecionados deveriam representar a diversidade de indivíduos que usam os distintos setores da biblioteca e, para não se correr o risco de ao final do trabalho haver a consolidação de um discurso unificado e pacificado sobre as distintas problemáticas abordadas ao longo da pesquisa, pelo menos um dos depoentes deveria se declarar alheio a essa afetação, ou seja, apontar que a biblioteca pública estadual não se consolida como um referente importante em sua história de vida.

dimensões históricas, simbólicas e estruturais – em todo esse processo formativo-relacional.

Dito isso, nosso primeiro interlocutor chama-se José F. e nasceu em Conselheiro Lafaiete. Filho de pai ferroviário e mãe professora de escola rural, diz ter aprendido a ler em casa. Sempre frequentou escolas públicas e afirma ter sido um bom aluno, visto acreditar que, por ser filho de professora, deveria dar o exemplo. Contudo, no ginásio não “levou a coisa a sério” e foi reprovado, “nessa oportunidade teve uma professora lá que me chamou, disse que eu era o mais burro da turma – ‘você é o mais burro da turma! Eu nunca vi gente burra assim’ – disse que eu não daria carreira”. (JOSÉ F, 2013, p. 8) Lembrança evocada com certo rancor.

Não havia biblioteca nas escolas por onde passou e a leitura era estimulada pelos professores. Para suprir a falta de incentivo em seus primeiros anos de escolarização, ia à biblioteca pública da cidade. Veio para Belo Horizonte no final de 1972, 1973, não se recorda precisamente, mas diz que o intuito era tentar a escola técnica. Como o dinheiro “era difícil”, foi morar em uma república de dois cômodos, divididos por doze pessoas. Mesmo assim, “nesse período eu estudei tudo, fiz o que tinha que ter feito, melhorei minha vida e essa pessoa que me chamou de burro, eu levei as provas pra ela ver, então eu fui crescendo desse jeito”. (JOSÉ F, 2013, p. 8)

Frequentava pouco a Praça da Liberdade¹⁰ e só veio a conhecer a Biblioteca Pública quando foi convidado para trabalhar no centro de pesquisas da Vale (Companhia Vale do Rio Doce), apesar de ter ficado lá por

10 Marco cultural da capital mineira, sua construção iniciou-se paralelamente ao processo de fundação da cidade (1895-1987). Foi criada para abrigar a sede do poder político do Estado, notadamente o Palácio do Governador e suas secretarias. Seu conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) em 2 de junho de 1977. Além de sua importância política, destaca-se no cenário urbano da cidade por sua apropriação enquanto espaço de sociabilidade e cultura, especialmente a partir da consolidação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, um conglomerado de equipamentos culturais abertos à frequentação pública entre os quais se destacam o Centro Cultural Banco do Brasil, o Museu das Minas e do Metal, o Memorial Minas Gerais, a Casa Fiat de Cultura, o Palácio da Liberdade e também a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, por isso sua constante presença na fala e no imaginário de nossos depoentes.

pouco tempo, já que preferiu mudar-se para a Cemig, empresa que lhe possibilitou conhecer “até os Estados Unidos”. O vínculo com a Biblioteca só se estreitou depois da aposentadoria. Casado, mas sem filhos, quis saber, de maneira autodidata, “a origem das palavras, a origem das letras” e se aprofundar no estudo da historiografia e cultura mineira. Em suas palavras:

Aí eu me interessei pelos jornais da época e fui lendo todos que eu podia ler, todos que eu tinha acesso. Então eu via como é que o povo vivia, o quê que se comia, o quê que bebia né! Queria saber tudo..., tudo: o quê que o povo fazia, o quê que tinha de relação de uma cidade com a outra, como é que uma criança aprendia a ler há tantos anos atrás, eu queria saber como é que se fundou a primeira escola pública, a primeira escola de letras, as relações entre as capitânias, tudo, tudo que você puder pensar eu fui ver, tudo! (JOSÉ F, 2013, p. 9)

Hoje se declara um devotado usuário da Mineiriana.¹¹ Frequenta esse espaço diariamente, exceto às quintas-feiras, dia em que ajuda sua esposa com os afazeres da casa. Foi nesse setor que conheceu sua mais recente paixão literária, que o mobilizou, inclusive, a aprender português arcaico: “conheci aqui o Rafael Bluteau,¹² o cara é o máximo, ele é..., é o caminho das índias literárias, é o oitavo elemento, não tem ninguém na frente dele”. (JOSÉ F, 2013, p. 12-13) Relata ter lido todos os oito volumes, empreitada levada a cabo ao longo de dois anos ininterruptos de pesquisa.

Contudo, é preciso frisar que sua chegada às coleções especiais da biblioteca pública não se deu de maneira tão pacífica. Vindo de outra cidade e sem muita experiência com atividades de pesquisa, pensava que

11 Espaço e coleção cujo objetivo é reunir textos sobre Minas Gerais, a mineiridade e autores mineiros. Formada por aproximadamente 24 mil itens é a maior coleção do gênero disponível à consulta pública no estado.

12 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. 8. v. Além dos oito volumes, o dicionário conta com dois outros volumes suplementares.

as coleções especiais atendiam exclusivamente às demandas de acadêmicos e especialistas. Considerando-se um autodidata, demarca que:

Pra mim [sic] chegar aqui não foi fácil não, porque a gente não sabe..., aqui parecia ser um lugar selecionado, muito de elite e eu fiquei com o pé atrás: como é que eu vou chegar? Chegar sozinho? Eu não sou orientado por ninguém! Vou ficar perdido! Eu sou um amator... (JOSÉ F, 2013, p. 11)

Tendo sido bem acolhido pelos funcionários da instituição, tornou-se um devotado divulgador da Mineiriana, tanto que, em certo momento de seu relato, afirma: “já tem uns cinco anos que eu tô aqui agarrado e tá difícil de sair [risos]!”. (JOSÉ F, 2013, p. 13) Mas há uma situação que lhe deixa frustrado: o pouco uso das coleções especiais por parte de outros pesquisadores e de sua depreciação em relação a alguns centros de referência mantidos por entidades estrangeiras. Tanto que, em sua defesa, compara aquele espaço – e a biblioteca como um todo – a um diamante que está escondido: “é um diamante que está escondido, tá escondido! Aqui podia estar cheio de pessoas, acho que tem pessoa que tem medo de vir cá. A história nossa tá aqui dentro”. (JOSÉ F, 2013, p. 15-16)

Como se vê, além de um lugar de leitura e estudo, a biblioteca é para José F. um espaço que o faz se sentir bem, que lhe dá vontade de continuar a aprender mesmo depois de aposentado. Representa, ainda, um refúgio contra o ócio e um espaço de interação permanente com outros usuários da instituição: “nessa minha lida eu converso com todo mundo. [...] Conheço pessoas diferentes, tenho o prazer de falar da biblioteca pras pessoas, mostrar o que eu tô lendo, não escondo nada de ninguém”. (JOSÉ F, 2013, p. 18-19)

Ao pesquisar na Mineiriana, nosso interlocutor consegue ocupar seu tempo livre, satisfazer seus anseios por conhecimento e exercitar sua vocação socializante. Diz que trata as bibliotecárias “a ouro em pó” e os livros como verdadeiras preciosidades. Sente-se tão integrado aos seus espaços que, ao fim do depoimento, nos diz que poderia falar muitas outras coisas sobre as experiências que a Biblioteca Pública Estadual lhe

proporcionou vivenciar. Como ele mesmo demarca, poderia falar “sem ter hora pra parar”:

Aqui me preenche tudo igualzinho. [...] Aqui as bibliotecárias são tratadas a ouro em pó, porque ouro em pó não tem mistura. A gente tem que ver as pessoas como ouro em pó, não tem sujeira, não tem falcatura, não tem falsidade. Nessa minha vida eu converso com todo mundo, eu converso com qualquer um. [...] Então eu fico satisfeito e a gente podia conversar muito mais, não tem hora pra parar não. (JOSÉ F, 2013, p. 18-21)

As experiências vivenciadas na e a partir dessa biblioteca pública também marcaram a história de vida do nosso segundo interlocutor. *Luiz R.* nasceu em São José dos Campos no ano de 1986 e veio para Belo Horizonte aos doze anos. Filho de pais leitores, acredita ter sido deles que herdou o gosto pela leitura e por livros. Aos cinco anos começou a ser alfabetizado pela irmã e passou a se interessar por diversos assuntos literários. Não escondia de ninguém sua predileção por textos relacionados ao universo automobilístico, embora portasse uma segunda paixão: “eu gostava muito que meu pai ou minha avó contassem histórias para eu dormir, e disso aí, imagina, saiam histórias das mais variadas”. (LUIZ R., 2013, p. 2)

Também tinha prazer em frequentar as bibliotecas das instituições em que estudou: “lembro até que eu vivia devendo multa lá na biblioteca da escola, eles viviam me caçando – ‘você está devendo tanto aqui’ –, pois eu esquecia de devolver”. (LUIZ R, 2013, p. 3) Gosta e vai muito a teatros, museus e cinemas, só não se sente confortável em lugares muito tumultuados em razão da deficiência visual que possui. Luiz R. é portador de um problema congênito na retina e possui apenas 10% da visão. Consegue andar sem o auxílio de bengala durante o dia, mas à noite não mostra a mesma desenvoltura para se locomover.

Tem uma afeição muito particular pela Praça da Liberdade, espaço que transita desde que chegou a Belo Horizonte. No entanto, não foi a praça que o levou até à biblioteca. Esse contato só se deu quando o depoente já havia completado 22 anos e estava cursando o quinto período de Di-

reito. À época, enfrentava dificuldades para ler os textos trabalhados em sala de aula e cogitava abandonar o curso. Sobre isso nos diz:

Eu mesmo executava as tarefas da faculdade. Eu comecei a ver, a compreender que fazia isso com muita dificuldade. Mas um belo dia a ficha caiu, eu tive uma epifania e falei 'pera aí, isso daqui não dá pra mim, é muito esforço pra eu ficar lendo algo que as pessoas fazem com tanta facilidade e eu vou ficar aqui me esforçando tanto, eu vou ficar aqui me desgastando dez vezes mais, tendo que ler com o olho praticamente colado no papel, com luzes especiais e em uma posição inclinado para baixo que me deixava com dor nas costas?'. Nesse período meu curso ficou meio comprometido, não fui bem nas matérias, tomei bomba porque eu comecei a não conseguir estudar mais. Na hora em que eu ia estudar me dava uma resistência aí eu comecei a me questionar: 'o que eu vou fazer pra resolver isso?'. Só que eu não sabia que existia um Setor Braille, eu não sabia o que era computador adaptado para deficiente visual, eu não sabia o que era lupa eletrônica e nem que existiam *audiobooks* em larga escala, eu não sabia que existiam pessoas que gravavam os livros para você. Eu nunca parei pra pensar nisso porque até então minha vida foi conduzida como a de uma pessoa que dispõe de visão integral. (LUIZ R., 2013, p. 5-6)

Foi o irmão quem lhe falou da biblioteca e de seu Setor Braille. Chegou lá se sentindo deslocado e achando aquilo tudo muito esquisito, mas mesmo assim marcou uma leitura voluntária para o dia seguinte. O que aconteceu?

Essa readaptação para mim foi muito difícil! Em um dia eu estudo normalmente e no outro estou aqui para as pessoas lerem para mim? Ou seja, já tinha parte da minha autonomia tolhida, né!? Eu marquei voluntário, lembro até da primeira voluntária que leu para mim, ela se chamava Regina. Aquilo foi uma coisa esquisita, eu não consegui compreender bem o que ela leu, foi um estudo meio..., foi algo muito desconfortável, estranho, era o novo. Mas eu lembro que com uma semana eu já estava completamente adaptado com esta es-

trutura aqui, apaixonado com os voluntários, muito integrado, me sentindo bem acolhido. (LUIZ R., 2013, p. 6-7)

Acolhimento e reintegração que permitiram ao nosso entrevistado concluir o curso de graduação em Direito, passar em dois concursos públicos, aprender latim e criar vínculos afetivos estreitados por relações de sociabilidade mantidas tanto com os bibliotecários quanto com os voluntários do setor. O depoente descreve assim a importância dessas novas relações:

Eu não tenho, meu vocabulário não tem palavras para descrever como é essa relação, de tão boa que ela é. Grande parte dos meus amigos verdadeiros, amigos mesmo, eles vieram daqui. Com relação aos bibliotecários, também são pessoas que eu vou levar no meu coração pelo resto da vida, são pessoas que fazem parte da minha história. Eu sou muito grato a este setor, não só pela leitura que eu recebo, não só pela ajuda física que eu recebo, mas também por saber que aqui é um lugar de pessoas especiais. [...] Essa biblioteca aqui, eu olho para ela, essas mesas, as cadeiras, os livros, é como se eu estivesse no sofá da minha casa com os meus livros e é muito gratificante estar aqui. Isso me emociona, falar disso me emociona porque eu gostaria de ter as palavras certas pra externar este sentimento, mas eu realmente não consigo. O dia em que eu não puder mais frequentar este setor, vou lembrar-me disso aqui como um período maravilhoso na minha vida, um período que ajudou até na formação do meu caráter. Destes quatro anos e pouquinho que eu estou aqui, eu mudei muito como pessoa, eu amadureci demais, passei muita coisa graças às pessoas daqui, aprendi muita coisa, tive muita experiência. Eu devo pouco do que eu sou a esse setor aqui. (LUIZ R., 2013, p. 7)

Após pequeno instante de silêncio o depoente retoma sua narrativa e reforça ainda mais o poder de afetação que a biblioteca exerce em sua história de vida. Conforme se verá, a compreensão desse impacto reverbera em uma análise acerca da importância daquela instituição para toda a cidade:

Você já deve ter percebido que é algo muito importante pra mim esta biblioteca. O dia que eu não puder mais vir aqui realmente vai ser lamentável. Igual eu te falei, hoje eu sou adaptado com computador e a lupa eletrônica, eu consigo ter certa autonomia para estudar e eu já dou conta de estudar sem o auxílio do voluntário. E esses dois concursos que eu passei também foram graças à gentileza de todos os voluntários aqui. Se não fossem eles, acho que eu ainda estaria lá no sexto período da faculdade e não teria passado em concurso nenhum. [...] Às vezes o que impede determinados deficientes de alçarem voos mais altos na vida é realmente não ter este aparato aqui, porque às vezes o deficiente visual que está lá na casa dele demora muito para absorver certas informações que aqui ele teria mais rápido, mais facilitado. No que toca às pessoas videntes, se elas tivessem conhecimento do Setor Braille elas teriam outra visão do deficiente visual, elas conheceriam um pouquinho mais do dia a dia do deficiente visual, porque há a ideia de que o deficiente visual é uma pessoa sem atividade, o que não corresponde nem um pouco com a nossa realidade. Assim, eu acho que o Setor Braille é muito importante no sentido de integração dos deficientes visuais e maior inferência por parte das pessoas que enxergam acerca da nossa realidade. (LUIZ R., 2013, p. 9-10)

Profusão de sensações que, somadas aos apontamentos de nosso primeiro depoente, nos permite reunir argumentos para responder às duas questões formuladas ao final da seção anterior, quais sejam: em que condições as bibliotecas públicas afetam a vida de seus usuários? Podem essas instituições transformar a vida das pessoas?

Em consonância com nossos interlocutores, podemos assinalar que as bibliotecas públicas impactam na história de vida dos sujeitos que com elas travam contato da mesma forma que afetam a realidade em que se inserem: concretizando suas funções sociais básicas. Sendo mais preciso, se postando para cada um de seus usuários como espaço de referência em termos de acesso à informação, à cultura geral e à memória local; promovendo ações e serviços relacionados à leitura, à educação e às práticas de cidadania; acolhendo suas demandas por conhecimento e lazer, bem como suscitando a interação entre os indivíduos; por fim,

convertendo-se em instância de representação tanto individual quanto coletiva, onde cada agente pode enunciar sua voz e se apresentar publicamente, criando raízes que entrelacem uns aos outros.

É claro que nem todos aqueles que frequentam uma biblioteca pública serão por elas afetados ou mobilizados da mesma maneira, mas há casos em que essa relação de fato transforma a vida de determinado sujeito. Foi o que aconteceu com nossos dois depoentes. Ambos tiveram suas biografias profundamente marcadas pelo contato estabelecido com a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Ali José F. e Luiz R. potencializaram-se enquanto leitores, foram acolhidos em suas diferenças e fizeram “amigos para toda vida”, aprenderam sobre o mundo e si mesmos, realizaram sonhos e projetaram novas conquistas. Em função disso, chegam a reconhecer que se tornaram o que são graças àquela biblioteca pública e às relações ali estabelecidas, uma vez que elas “os preenchem igualzinho”. Tecemos mais algumas reflexões acerca desse poder de afetação das bibliotecas públicas e de sua importância social nas considerações a seguir.

Considerações finais

Esse texto nasce de uma provocação: refletir para que serve a biblioteca pública no século XXI. Proposição que traz em seu bojo uma questão subjacente: teriam as bibliotecas públicas alguma importância e funções socialmente demarcadas no contexto contemporâneo? Corroborando os depoimentos e as discussões aqui instituídas podemos asseverar que tais unidades biblioteconômicas ainda impactam sobremaneira a realidade sociocultural onde se inserem, sobretudo em função do poder de afetação que exercem tanto na esfera das relações e dinâmicas coletivas quanto na história de vida de seus usuários.

Isso porque, mesmo inscritas em cenários muito diversos daqueles que configuravam a Inglaterra pós-revolução industrial, as bibliotecas públicas ainda continuam a ser um “bom investimento social”, só que agora não mais se postando como dispositivos de controle ou mecanismos de

manutenção das desigualdades socioculturais existentes em dada realidade. Ao serem redefinidas como espaços democráticos devido à natureza de suas funções básicas, tais instituições portam grande potencial de intervenção na realidade concreta das comunidades onde se inserem, posto se constituírem em espaços de referência para a busca de informações – gerais e especializadas –, a preservação e difusão da memória e da cultura local, a ampliação do trabalho educativo desenvolvido na escola, a promoção e mediação da leitura, a recreação e a socialização entre sujeitos de distintas idades, credos e situações sociais, para o fortalecimento e manutenção de condições básicas de cidadania, enfim, para o estreitamento daqueles vínculos essenciais à criação de um mundo comum, capaz de facultar experiências de enraizamento.

Contudo, para que tais potencialidades se efetivem em ações concretas é preciso que a própria sociedade reconheça sua importância. Para isso, é vital que o Estado invista em seu desenvolvimento e dinamização; que seus gestores estreitem os laços com a comunidade em seu entorno; que os bibliotecários escutem e acolham as demandas de seus usuários; que seus acervos sejam atualizados e que deem visibilidade à cultura local; e que os serviços prestados sejam idealizados em conjunto com aqueles que deles se beneficiarão. Também se faz imprescindível que as escolas de biblioteconomia confirmem maior espaço à temática biblioteca pública em suas grades curriculares e que os programas de pós-graduação revitalizem, por meio de um olhar multidisciplinar, as pesquisas relacionadas à historicidade, às funções sociais, às demandas, modalidades de atuação e ao poder de afetação individual e coletivo dessas instituições.

Caso isso aconteça existe a possibilidade de que mais e mais bibliotecas públicas sejam, em contextos distintos e para outros sujeitos, o que a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais é para nossos depoentes: um lugar de referência na formação educacional e intersubjetiva de ambos; espaço no qual a socialização com outros sujeitos e o contato com diferentes pontos de ancoragem simbólica e afetiva acabou por redefinir os rumos de suas histórias vidas; enfim, um ambiente onde os vínculos de enraizamento concretizados passaram a incidir diretamente na ma-

neira como cada um deles elabora uma imagem muito particular de si e do mundo que os cerca.

Referências

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. 2. v.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2. v.

FROCHTENGARTEN, Fernando. *Memórias de vida, memórias de guerra: um estudo psicossocial sobre o desenraizamento*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2005. (Estudos, v. 222).

JARAMILLO, Orlanda. Papel de la biblioteca pública en la recuperación de la memoria local y el fortalecimiento del tejido social. In: MOURA, Maria Aparecida; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da (org.). *Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe*. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2017. p. 74-87. Disponível em: <http://edicic2016.eci.ufmg.br/anais>. Acesso em: 13 ago. 2031.

JARAMILLO, Orlanda; MONTROYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. *Revista Interamericana Bibliotecología*, Medellín, v. 23, n. 1-2, p. 13-56, 2000.

MÜLLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984.

PETIT, Michèle. *A arte de ler: ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa*. 2014. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Nova biblioteca de ciências sociais).

SIMÕES, Paula Guimarães. *O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo*. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas, 1994*. The Hague: IFLA, [2000?]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

UNESCO. Manifiesto de la UNESCO sobre la biblioteca pública, 1972. *Rede de Bibliotecas Públicas de Galicia*, Santiago de Compostela, 2019. Disponível em: https://rbgalicia.xunta.gal/sites/default/files/documents/documento/manifesto_da_unesco_verbo_da_biblioteca_publica_1972.pdf. Acessado em: 25 jan. 2019.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Fontes

José F. Belo Horizonte, Brasil, 22 jul. 2013, áudio. Entrevista concedida a Fabrício José Nascimento da Silveira para a realização da tese de doutorado intitulada *Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa*. Vinte e uma páginas de transcrição.

Luiz R. Belo Horizonte, Brasil, 29 jun. 2013, áudio. Entrevista concedida a Fabrício José Nascimento da Silveira para a realização da tese de doutorado intitulada *Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa*. Onze páginas de transcrição.

CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE PARA A AUTONOMIA EDUCACIONAL DO CIDADÃO

POR UMA READEQUAÇÃO
DO PARADIGMA DE
BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Fabício Reiner de Andrade

A leitura e o encontro

Para que uma sociedade letrada possa se desenvolver são necessárias três condições fundamentais:

- 1) a existência de um sistema de escrita universalizado e acessível a todos, não limitado a poucos especialistas;
- 2) a utilização de equipamentos, instrumentos e materiais de escrita que favoreçam a sua conservação e circulação;
- 3) uma política pública de instrução capaz de favorecer, e não obstruir, o aprendizado desse sistema de escrita.

Quando há, por qualquer razão, depreciação de um desses pilares, o que se observa é um embaraço na autonomia educacional do cidadão e, a partir desse embaraço, crise. Não só do sistema de instrução, mas da sociedade como um todo, uma vez que os fundamentos dessa sociedade passam pela escrita.

Parte dos problemas que se observam no Brasil atualmente, grosso modo, residem na crise de nosso sistema de letramento, desde as escolas à rede de bibliotecas públicas. Em um estudo recente realizado pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ação Educativa, publicado em 2016, constatou-se que apenas 8% da população brasileira entre 15 e 64 anos apresentam domínio das habilidades descritas para a classificação “Proficiente”, o mais alto da escala, “com capacidades para elaboração de textos mais complexos, interpretação de tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis e resolução de situações-problema de contextos diversos”. (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2016) O estudo ainda aponta que “27% das pessoas foram classificadas como Alfabetas Funcionais, com 4% correspondente ao nível Analfabeto. [...] Do mesmo modo, a quantidade de pessoas classificadas como Alfabetiza-

das Funcionalmente alcança 73% da população investigada.” (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2016)

Esses índices se tornam ainda mais insólitos quando comparados com o alto grau de desenvolvimento técnico que a sociedade moderna foi capaz atingir; o que permitiu tanto a universalização do sistema de escrita quanto o espargimento dos suportes onde ele se difunde, seja físico ou digital. Segundo dados da Anatel (2015) o Brasil possuía em 2018 mais de 233 milhões de linhas móveis ativas (pouco mais de uma por habitante) e, de acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), mais de 58% da população tinha acesso regular à internet, acessada principalmente através dos smartphones (PESQUISA..., 2016). Por outro lado, como revela o IBGE, mais de 97% dos municípios brasileiros possuem espaço público de leitura; em média, uma biblioteca para cada 30 mil habitantes. (FALTAM..., 2017)

A partir desses dados, pode-se inferir que o Brasil se encontra relativamente bem aparelhado no que se refere às condições materiais necessárias para a formação de um público leitor. Apesar disso, apenas 56% da população declara-se leitora. (FALTAM..., 2017) Ainda que essas estatísticas não sejam suficientes para explicar o porquê de a grande maioria da população brasileira apresentar problemas na sua alfabetização, elas indiciam que a crise no sistema de letramento brasileiro e, conseqüentemente, a crise no sistema de bibliotecas público brasileiro têm outras origens. Evidentemente que o aporte de recursos é um dos elementos que mais influenciam nessa questão, todavia ele não especifica, por exemplo, os motivos pelos quais os indicadores de frequência de bibliotecas públicas, grosso modo em todo o país, apontam para a diminuição no número de usuários, ainda que as instituições mantenham seus orçamentos estáveis.

Com efeito, se o Brasil apresenta-se como uma sociedade que cumpre razoavelmente duas das três condições fundamentais veiculadas no início desse artigo, (a existência de um sistema de escrita universalizado e a utilização de equipamentos, instrumentos e materiais de escrita que favoreçam a sua conservação e circulação); podemos admitir, por exclusão, que o problema substancial se encontra na aplicação de uma política

pública de instrução capaz de favorecer o aprendizado desse sistema de escrita.

Mesmo ao assumir que uma política para instrução se exerça principalmente no ambiente escolar, não é impropriedade dizer que ela se potencializa ou, ao contrário, deprecia-se nas instituições de conservação e difusão da escrita: as bibliotecas públicas.

Este artigo não pretende esgotar as variantes dos motivos pelos quais o Brasil enfrenta essa crise no seu sistema de letramento, antes, busca oferecer caminhos que contribuam para reflexões e procedimentos que amenizem os efeitos negativos dessa crise a partir da experiência vivida durante os anos de 2013-2016 na Biblioteca Mário de Andrade (BMA), a segunda maior biblioteca do país em acervo, localizada no centro da cidade de São Paulo. Nesse sentido, a problemática que aqui se apresenta diz respeito ao papel social e cultural da biblioteca na formação das diferentes gerações. No modo como a biblioteca é capaz de contribuir para que os indivíduos desenvolvam sua capacidade plena de pensamento, de forma livre e autônoma.

A BMA foi a primeira e é a principal biblioteca pública da cidade. Fundada em 1925, a partir do acervo retirado da Câmara Municipal, consolidou-se ao longo de sua história como uma das mais importantes instituições culturais brasileiras. Seu edifício, considerado um dos marcos arquitetônicos da cidade, foi um dos principais centros culturais paulistanos nos decênios de 1950 e 1960. Detentora do segundo maior acervo documental e bibliográfico do país - atrás somente da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -, a BMA é, por excelência, o órgão depositário dos registros histórico-culturais da cidade de São Paulo, contando com aproximadamente 3,5 milhões de itens.

A criação, contudo, de uma rede de bibliotecas públicas na cidade somada às reformas administrativas implementadas no decênio de 1970 implicaram o esvaziamento sempre crescente da biblioteca. (PAIVA, 2007) Tanto a conservação quanto a ampliação do acervo foram desprezados, assim como sua ampla atividade intelectual. Acompanhando a decadência de parte da área central da capital paulista, assim também a biblioteca entrou em um longo período de declínio. (BIBLIOTECA..., 2007)

Somente a partir de 2010, após uma ampla reforma estrutural e administrativa, a Biblioteca Mário de Andrade pôde novamente oferecer ao cidadão um ambiente propício à leitura e um serviço de qualidade. Nesse período, entretanto, o uso da tecnologia digital iniciou sua vertiginosa expansão pelo território nacional. No momento em que o Brasil ainda buscava aumentar o número de bibliotecas e recuperar as tradicionais instituições que se deterioraram ao longo da história, países desenvolvidos passaram a dar menos importância para o agrupamento de livros fisicamente no mesmo espaço. Com a popularização do acesso à internet e a grande difusão de conteúdos e informações digitais, a tendência que se observou foi a redução da leitura de livros físicos e, conseqüentemente, de frequência nas bibliotecas tradicionais. Essa tendência evidentemente se agravou em um país que apresenta problemas dramáticos de alfabetização da população e que considera o livro e a leitura, por conseguinte a biblioteca, gêneros acessórios.¹

A biblioteca é, portanto, na percepção da maioria da população, item desimportante do cotidiano, opinião também divisada por políticos e gestores responsáveis pelo financiamento e manutenção dessas instituições. “A grande maioria da população sabe onde encontrar uma biblioteca. Só não vai. Mesmo porque permanece em sua cabeça que a biblioteca é um lugar para pesquisar e estudar e, se não está mais na escola, para que deveria ir lá?”, aponta Galeno Amorim, presidente da Fundação do Observatório do Livro e da Leitura. (FALTAM..., 2017) Somado a essa, existe também a ideia, não de toda equivocada, de que a biblioteca é o espaço do silêncio, da proibição e da contenção. Aprende-se que nesses espaços se cultiva mais a apreensão que o prazer da leitura.

É preciso que se compreenda, entretanto, que

as experiências de leitura não são necessariamente atividades solitárias, que demandam silêncio e recolhimento; elas podem constituir-se como exercícios coletivos de reflexão. Compreendemos que a biblioteca é também um equipa-

1 De acordo com o Instituto Pró-Livro 44% dos brasileiros não têm o hábito de ler e 30% nunca compraram um livro sequer.

mento fértil e capaz de gerar novas atribuições de sentidos para as coisas que nos rodeiam e, assim, produzir novas sociabilidades. (REIS; ALVES, 2016, p. 217)

Ora, baseando-se o conceito de que a biblioteca pública reside na igualdade do acesso, sem restrição de idade, raça, sexo ou status social, de acordo com o documento técnico da Fundação Biblioteca Nacional (2010), e levando-se em consideração que 44% da população não têm o hábito da leitura, além dos outros dados aqui elencados, como estimular o cidadão a se interessar por frequentar uma biblioteca?

Uma das propostas seria transformar a biblioteca em um espaço de socialização e convívio, oferecendo ao usuário subsídios que auxiliem diversos aspectos de sua vida e cotidiano. A partir dessa ideia, o foco das atividades de uma biblioteca desloca-se do acervo para as pessoas.

Esse entendimento, que parece elementar e óbvio num primeiro momento, foi responsável por uma transformação contundente na Biblioteca Mário de Andrade durante os anos de 2013-2016, e que ainda carece de estudos mais aprofundados por parte dos estudiosos.² Contudo, levando-se em consideração alguns dos números apontados pelos relatórios de gestão disponibilizados pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, pode-se concluir que muitos foram os efeitos positivos nos índices gerais tanto de frequência quanto de consulta nos acervos da BMA. Entender a biblioteca não somente como espaço de leitura com foco no empréstimo de livros, mas sim como um lugar que oferece uma série de serviços para a população, relacionados às artes, música, cinema, teatro, debates sobre democracia e sociedade, incorporando novas tecnologias de informação, foi capaz de reinserir a BMA no cotidiano de um maior número de cidadãos.

Dentre os diversos resultados alcançados ao longo da gestão 2013-2016 na BMA, destacam-se principalmente os relacionados à modernização do conceito de biblioteca. A mudança de paradigma proposta pela

2 Com exceção do artigo acima elencado e de uma tese de doutoramento defendida na Universidade de Amsterdam por Thais Cestari Miranda, não foram identificados outros estudos sobre os impactos das políticas adotadas durante os anos de 2013-2016.

diretoria foi o que promoveu todas as melhorias observadas no período. Essa modernização não se apoia apenas na contratação de serviços diversificados e na compra de equipamentos de última geração, mas sim na ideia do que possa ser uma biblioteca, pois amplia sua função precípua – antes um depósito de livros e documentos – para um centro de recepção e produção de conhecimento e difusão cultural.

O primeiro passo, portanto, é produzir novos paradigmas no que concerne à digitalização, preservação, conservação e difusão do acervo, assim como ao atendimento. Nesse sentido, parcerias entre diferentes bibliotecas devem ser estabelecidas de modo eficiente. Articulação com outras instituições culturais, como museus, centros culturais, teatros, universidades e escolas, locais, nacionais ou internacionais, também beneficia a biblioteca em diversos níveis, seja ele profissional ou cultural. Uma parceria com uma universidade, por exemplo, pode facilitar a contratação, ainda que como aprendiz, de profissional qualificado, assim como fornecer treinamento ou assessoria. Através do teatro, públicos diversos podem usufruir de textos comuns, em plataformas diferenciadas; já uma escola pode não só contribuir para a formação de público leitor como ela mesma se beneficia de equipamentos e materiais que eventualmente não disponha. O limite de parcerias é o limite da própria sociedade que circunda e frequenta a biblioteca, podendo se efetivar em um sarau, um grupo de leitura, um time de futebol etc.

Se a BMA sempre pôde se orgulhar de ser o principal centro bibliotecônico de São Paulo, a partir das mudanças implementadas ela pôde ser também identificada como um dos maiores polos culturais da cidade. Isso porque, além de uma programação cultural diversificada e de qualidade, contando semanalmente com cinema, teatro, música em seus diversos gêneros, shows, palestras, colóquios, fóruns e exposições de arte, ela ainda proporcionou cursos de formação, clubes de leitura, feiras e encontros literários.

Consequência dessa mudança de paradigma foi a ampliação do horário de atendimento, para melhor atender às demandas da sociedade. Com a implementação da BMA 24h (a primeira biblioteca pública do país a funcionar todos os dias 24h) ampliou-se os horários e serviços ofereci-

dos, a fim de torná-los compatíveis à nova realidade da Biblioteca. Eventos foram promovidos na madrugada e nos fins de semana, como forma de diversificar e ampliar o público. A aquisição de equipamentos de autoatendimento possibilitou aos usuários o empréstimo e a devolução dos livros sem a ajuda de funcionários. Isso não só permitiu a autonomia dos frequentadores como também a realocação dos recursos humanos em funções mais adequadas às suas capacidades de formação. Com isso, a biblioteca pôde se dedicar a projetos até então impensáveis para sua realidade institucional. Foram propostos serviços de atendimento especializado ao pesquisador, assim como um serviço educativo patrimonial e artístico/literário. Pela primeira vez na história se iniciou uma proposta de trabalho com crianças e com escolas, que passaram a frequentar diariamente a biblioteca.

A BMA Itinerante surgiu justamente do interesse apresentado pelas escolas às visitas orientadas e aos diferentes contextos da biblioteca, mas principalmente da dificuldade de transporte e locomoção desses grupos à BMA. Dada a dificuldade de se estabelecer data compatível ao calendário dos ônibus disponibilizados pelas organizações administrativas vinculadas às escolas, funcionários se propuseram a visitar os espaços de interesse de grupos escolares, com a preparação de conteúdos individualizados com propósito de apropriação dos espaços da biblioteca por diferentes faixas etárias.

Como resultado geral de todas essas ações, crescimento de 70% no volume de empréstimos; sendo cerca de 10% do total diário de empréstimos realizados no período entre a meia-noite e às sete da manhã, e grande parte das devoluções foram realizadas através do uso do equipamento de autodevolução, como se pode observar na tabela abaixo.

Figura 1 – Quantidade de empréstimos na Biblioteca Mário de Andrade-SP – 2016 (dados totalizados em 05/12/2016)

JANEIRO	2778	JULHO (24H)	7867
FEVEREIRO	4794	AGOSTO	8961
MARÇO	6278	SETEMBRO	8675
ABRIL	1787	OUTUBRO	8069
MAIO	1546	NOVEMBRO	7417
JUNHO	6624	DEZEMBRO	894
1º SEMESTRE	23807	2º SEMESTRE	41883

Crescimento de 70%, após a implantação do auto atendimento em julho/2016

Foi também observado o crescimento constante no número de visitantes por dia na biblioteca (saltando de 800 para aproximadamente 2.500 pessoas por dia) e multiplicação do número de novos usuários cadastrados no sistema (2013-14.572/2016-33.031), assim como um aumento no número de visitas guiadas (2013-614/2016-2.353).

Aproximar a biblioteca, portanto, dos agrupamentos sociais de seu território assegura outra perspectiva de atendimento, conferindo à instituição, mais uma vez, relevância no cotidiano da população e, consequentemente, influência positiva no que se refere à crise de letramento pela qual o país atravessa.

No momento em que a tecnologia tem se mostrado um dos maiores adversários à frequência nas bibliotecas públicas, já que grandes conteúdos de informações podem ser acessados por dispositivos remotos, a biblioteca e seus colaboradores têm de compreender que estar em contato com a leitura é também aproximar-se de um lugar prazeroso, repleto de trocas e aberto ao debate de ideias, para que compreendam também que esse lugar vivo só é possível a partir do momento em que a biblioteca é percebida - em um movimento conjunto entre a gestão e o público - como espaço de convivência fundamental para a construção de possibilidades de fruição de sentidos nas infinitas ressonâncias que a literatura oferece.

Figura 2 – Foto da Biblioteca Mário de Andrade



Fonte: Biblioteca Mário de Andrade aberta 24 horas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 out. 2015.

Referências

ALMEIDA, Carol. Clubes de leitura e o porquê de ler juntos. *Suplemento Pernambuco*, Recife, 14 jan. 2019. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-antteriores/77-capa/2212-clubes-de-leitura-e-o-porqu%C3%AA-de-ler-juntos.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

ANATEL. Brasil registra 233,35 milhões de linhas móveis em outubro sustentado pelas pequenas operadoras. *Anatel*, Brasília, DF, 24 jul. 2015. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/acessos-telefonia-movel>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BIBLIOTECA Mário de Andrade aberta 24 horas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 out. 2015. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39185-biblioteca-mario-de-andrade-aberta-24-horas>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BIBLIOTECA Mário de Andrade será higienizada. *Cultura e Mercado*, São Paulo, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://culturaemercado.com.br/biblioteca-mario-de-andrade-sera-higienizada/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CALDAS, Rosângela Formentini. Bibliotecas, arquivos e museus como centros de referência na dimensão cultural das comunidades. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 21, n. 3, p. 57-69, 2011.

FALTAM bibliotecas no Brasil, mas este não é o maior problema. *CRB-1*, Brasília, DF, 2 out. 2017. Disponível em: <http://crb1.org.br/dados-sobre-o-numero-de-bibliotecas-no-brasil-trazem-uma-boa-e-uma-ma-noticia/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FILHO, Celso. Biblioteca Mário de Andrade testa funcionamento 24h com “noitão”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 out. 2015.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2010.

IBGE. *Coordenação de população e indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Habilidades de leitura, escrita e matemática são limitadas em muitos setores da economia brasileira, podendo restringir produtividade e capacidade de inovação. *Instituto Paulo Montenegro*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://download.uol.com.br/educacao/2016_INAF_%20Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso: 15 jan. 2019.

MIRANDA, Thais Cestari. *Micro-scale development: creative economy, the right to the city, social inclusion and the case of the Mário de Andrade Public Library*. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Internacional) – Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2017.

NA MADRUGADA de SP, maior biblioteca pública está de portas abertas. Rio de Janeiro: Globoplay, 10 jan. 2017. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5568966/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PAIVA, Fred Melo. Coitado do Mário... *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2007.

PESQUISA revela que mais de 100 milhões de brasileiros acessam a internet. *CGI.br*, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2016/09/pesquisa-revela-que-mais-de-100-milhoes-de-brasileiros-acessam-a-internet>. Acesso em: 22 jan. 2019.

REIS, Magali; ALVES, Vania Noronha. Leitura, informação, lazer e ludicidade nas bibliotecas escolares: contribuições da Biblioteca Mário de Andrade/SP. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 19, n. 29, p. 215-234, 2016.

SANTA ANNA, Jorge. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambiente informacionais a espaços de convivência. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 232-246, 2016.

SÃO PAULO (cidade). *Relatório de Gestão da Biblioteca Mário de Andrade: 2013-2016*. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, 2016.

VEIGA, Edson. Clubes de leitura se espalham por SP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 maio 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA, BIBLIOTECA ALTERNATIVA, BIBLIOTECA PARQUE

ESPAÇOS DE
TRANSFORMAÇÃO,
DE REFÚGIO OU DE
REPRODUÇÃO?

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Introdução

Há muito se fala sobre biblioteca pública, mas, infelizmente, boa parte dos textos da área apenas reproduz o que já foi discutido, apenas reiteram o que já está presente nos trabalhos desenvolvidos por outros autores. É possível dividir os textos publicados sobre esse tema em dois grandes blocos: no primeiro estão os textos que pensam e refletem sobre a biblioteca pública a partir de um prisma mais teórico, e no segundo bloco, incluem-se os textos que abordam o assunto com um olhar predominantemente prático. Cabe lembrar que essa é uma distinção genérica, uma vez que a separação entre teoria e prática é quase impossível. Não há prática sem teoria nem teoria sem prática. A sustentação da prática é teórica, e o interesse da teoria é a prática. As duas têm como norte o ser humano. Os textos têm um olhar pendendo mais para um lado do que para outro.

Há muito tenho interesse pela biblioteca pública. Desde minha entrada na biblioteconomia, norteiei as pesquisas que desenvolvo para as bibliotecas públicas. Desde o início da biblioteca pública, como a entendemos hoje, aproximadamente em meados do século XIX - cabe lembrar que todo marco é baseado em determinados entendimentos e, por isso, deve ser utilizado com cautela -, estuda-se e discute-se sua relação com a sociedade ou como deve ser sua relação com a sociedade. Tal relação não é fixa e está vinculada ao ambiente e contexto de cada época. Esse tipo de biblioteca foi incorporando vários tipos de responsabilidades, atendendo demandas e acompanhando as mudanças, alterações e transformações sofridas pela sociedade como um todo e pela comunidade a que cada biblioteca atendia. Vale alertar que as demandas são cada vez mais globalizadas e as localizadas tendem a ser menos específicas, isso, claro, é reflexo de uma sociedade globalizada.

Em meados do século XIX, as demandas de cada cidade, ou mesmo de pequenos espaços dela, eram voltadas para o atendimento de neces-

sidades, interesses e desejos próximos à vida daqueles munícipes, restritas a um conhecimento que não ultrapassava, em termos físicos, poucos quilômetros do local habitado por eles. Os habitantes das cidades dessa época pouco conheciam do que acontecia em outros países ou em cidades mais longínquas do próprio país. Livros circulavam, revelando outras vivências, outras concepções, modos de pensar diferentes etc. No entanto, os alfabetizados eram em número inexpressivo e o acesso a esses livros, muito precário e difícil. O conhecimento era disseminado a partir das conversas, dos relatos de viagens, do contato com os contadores/cantantes de histórias etc. A oralidade era predominante nas formas de disseminação da informação.

Responsabilidades

As reivindicações por acesso à educação gratuita possibilitaram a ampliação de bibliotecas públicas, com uma primeira responsabilidade: a educacional. A oferta de um número maior de bibliotecas públicas está diretamente relacionada com um movimento da população e uma mudança na sociedade da época. Um dado interessante merece aqui ser mencionado: a história da biblioteca, como quase todas as relacionadas com qualquer área, é contada a partir de marcos (que devem ser considerados com cautela, como comentei anteriormente) e entendida como sendo modificada a partir daqueles momentos. No entanto, uma situação não brota isolada, sendo fruto de inúmeras discussões, estudos, reflexões etc.

Os marcos históricos estão, quase todos, relacionados a técnicas, instrumentos técnicos. Mas, as ferramentas e instrumentos são criados a partir de demandas e necessidades. Por exemplo: a catalogação e a classificação só passam a ser de interesse da área a partir do momento em que há a necessidade de seu uso. Em um determinado momento histórico, houve uma demanda por formas de organizar os documentos – que se multiplicavam e exigiam formas mais adequadas para sua recuperação. Assim, a demanda precede a organização; as necessidades, os interesses; do mesmo modo, os desejos da população precederam e precedem

as formas de organização da informação, ou melhor, as formas de organização dos documentos.

Esses marcos quase sempre técnicos apontam para uma área que tem sua base técnica voltada para seus próprios interesses. Os marcos não deveriam estar relacionados às transformações sociais, às mudanças que ocorreram na sociedade? É claro que sim. As mudanças da sociedade, de fato, criaram condições e foram base de transformações na área da informação. No entanto, a história oficial da Biblioteconomia e da Ciência da Informação – vamos chamá-la assim – deixa de registrar ou identificar as mudanças ocorridas no seio da sociedade.

O começo do século XX, apesar de inúmeras discussões e posições antagônicas, fortalece o trabalho de empréstimo de livros de literatura, incluindo as consideradas populares. Além disso, o fato de que as bibliotecas públicas sempre foram compreendidas como espaços de erudição, de saber, de conhecimento e de cultura fez com que a população se aproprie desse entendimento. As responsabilidades que se aglutinam à educacional, naquele início de século, são recreativas e culturais.

A ideia de informação, na área da Biblioteconomia, passa a ser foco de interesse específico apenas no final da década de 1960. Nesse período, as bibliotecas públicas incluem a responsabilidade informacional junto às outras três responsabilidades. É interessante observar que vários autores que abordam a história da Ciência da Informação entendem seu início exatamente nessa época. Mas, a inclusão da responsabilidade informacional não significou a troca do objeto da área ou mesmo o direcionamento das atividades da biblioteca pública para a informação. Ao contrário, as ações desenvolvidas por ela continuaram tendo como foco a leitura e trabalhos voltados para o livro. Apesar de considerarmos um longo tempo entre a proposta de algo novo e seu aceite pela maioria, ainda assim, até hoje, em grande medida, as bibliotecas públicas não estão voltadas para a informação. O discurso dos profissionais que atuam nesses espaços, a literatura e a produção acadêmica defendem a informação como prioritária nos interesses de todos os tipos de bibliotecas e da biblioteconomia. No entanto, a prática exercida nas bibliotecas ainda prioriza o livro e a leitura.

O mesmo ocorre, por exemplo, nas bibliotecas escolares. Apesar do discurso, as ações desenvolvidas pelos bibliotecários enfocam a leitura como a principal razão de ser desse tipo de biblioteca. Isso faz com que ocorra um confronto entre o fazer do bibliotecário e o fazer do professor. A responsabilidade pelo ensino da leitura é do professor, a do bibliotecário é o seu fomento.

Quando falamos de leitura no âmbito das bibliotecas, a entendemos em sentido lato, ou seja, incluímos na ideia de leitura não apenas a do texto escrito, mas as que estão relacionadas à imagem, seja fixa ou em movimento, e ao som, incluindo a oralidade.

Por mais que essa ideia esteja presente nos discursos do bibliotecário e dos pesquisadores da área, na prática, a leitura está voltada, em boa parte dos relatos e das ações das bibliotecas, para o texto escrito.

Cabe alertar: a leitura é sempre apresentada como um ato individual. Ela o é de fato, mas não somente: embora individual, há sempre a presença do coletivo que interfere nas leituras que escolhemos, no modo como lemos etc. Entendo que o conhecimento é construído individualmente, mas sempre em relação. O mesmo se dá com a leitura: ela é individual, mas não ocorre isoladamente. Podemos entender o termo isoladamente como significando que o leitor faz uma leitura em um canto, ou mesmo com várias pessoas em volta, de maneira concentrada, quase que excluindo o resto do mundo. Mas, essa ideia reflete apenas um aspecto físico da leitura. Ela é dependente dos outros, é coletiva.

Ortega y Gasset (2006) nos diz que a concepção que temos do bibliotecário é a de Gutenberg no século XV, ou seja, a imagem de um profissional cujas ações são norteadas para o livro e, em consequência, para a leitura. Ou seja, não é um profissional que atua com a informação, prioritariamente. Pouco se alterou o trabalho desenvolvido há muito tempo com maior interesse na preservação. No entanto, as bibliotecas públicas atuam com ações e serviços norteados para a disseminação (talvez não da informação, mas, com maior ênfase, da leitura). A contação de histórias, por exemplo, é uma das principais e mais difundidas atividades exercidas pelas bibliotecas e oferecidas à comunidade atendida. Muitas das contações de histórias têm um objetivo muito claro, qual seja, levar os usuários,

ou ao menos os presentes na atividade, à leitura; elas pretendem criar o hábito da leitura; visam mostrar como a leitura é agradável e prazerosa; e, em última instância, levar os participantes a retirar livros da biblioteca por empréstimo. Esse é um exemplo típico de animação cultural – que se contrapõe à ação cultural.

Essas ações são estimuladas pelos professores nas poucas disciplinas existentes nos cursos de biblioteconomia brasileiros, e que possuem em suas ementas tópicos dirigidos para uma vertente mais social da informação e da área. Muitos textos são veiculados sobre essas ações, não só enfatizando e enaltecendo a sua importância, mas com exemplos específicos realizados em alguma biblioteca. Claro é que essas publicações têm nos anais de eventos direcionados para os profissionais da área seu maior espaço.

Ações desse tipo não fazem parte do objeto da área, uma vez que é ele a informação registrada. Uma contação de histórias não é e nem será registrada. Se registrada, ela perde as características de uma contação de histórias, que abrange, em essência, a oralidade e a presença do contador e dos participantes no momento em que ela é vivenciada (o termo vivenciar é bastante elucidativo das características da contação de histórias). O registro de uma atividade desse tipo será um vídeo, uma foto, um áudio, um filme, ou seja, um registro de uma contação de histórias e não a contação de histórias em si. Em alguns textos, discuti essa problemática e vou indicar dois deles para quem estiver interessado em se aprofundar no tema: Almeida Júnior (2004b, 2009).

A partir disso a questão que levanto é: qual o motivo da ênfase em ações desse tipo, tanto por parte dos formadores como por parte dos que atuam nas bibliotecas, em especial nas públicas e escolares, se essas ações não fazem parte do objeto de estudo e interesse da área? E, se essas ações são produto das práticas bibliotecárias e informacionais, muito mais do que originárias de pesquisas teóricas e bases epistemológicas, e, além disso, se são já uma constante no fazer bibliotecário e estão presentes, em maior quantidade, nos textos oriundos dos profissionais, por que não interferem nas rediscussões do objeto da área?

Retomando a reflexão sobre a relação entre biblioteca e sociedade, é possível eleger o usuário como um exemplo. Ele só passa a ter uma real e específica atenção por parte da biblioteca e do bibliotecário a partir das propostas do Serviço de Referência, no final do século XIX. Ainda hoje, mesmo com a existência de um Serviço de Referência formal e implantado, o usuário deve se adaptar aos instrumentos e ferramentas técnicas determinadas pelas bibliotecas, sem possibilidade de interferir na escolha delas. Tanto as bibliotecas ditas alternativas quanto as bibliotecas identificadas como biblioteca parque, como veremos mais adiante, se utilizam dos códigos de classificação e de catalogação tradicionais.

Falava anteriormente que as bibliotecas se alteram de acordo com as alterações da sociedade. Vale lembrar que somos, nós da área, sujeitos e objetos dessas mudanças. Em alguns momentos, pendemos mais para um ou outro lado, embora, com maior constância, sejamos objetos das transformações, pouco interferindo nelas.

Mas, as transformações da sociedade parecem não afetar as ações, atividades e trabalhos da biblioteca pública. Nem mesmo mudam as concepções básicas que defendem e sustentam. Em outro texto afirmei que a biblioteca pública sempre esteve ao lado dos dominadores, dos que veiculam como verdadeiras e naturais realidades que servem apenas para a manutenção de suas posições privilegiadas. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004a) As bibliotecas públicas, assim, são aparelhos ideológicos do Estado, seguindo a concepção de Althusser (1983). Várias são as situações que identificam ou corroboram essa assertiva, como a constituição de um acervo com obras que reproduzem, gramaticalmente, apenas a norma culta; a construção de um acervo a partir de um crivo, de uma seleção de materiais efetuada pelos bibliotecários, após o mesmo crivo e seleção efetuada pela indústria editorial – já que o que é editado atende, como primeiro interesse, o econômico, ou seja, se publica o que vende, quer a partir do que é demandado, quer a partir da imposição de interesses –; não são oferecidos espaços para que a comunidade atendida possa exteriorizar a sua produção cultural – pois as ações são sempre predeterminadas pela biblioteca –; atividades de ação cultural são meras animações

culturais ou, quando não, fabricação cultural, como exposto por Teixeira Coelho (1986, 1989) etc.

Pouco influenciámos, pois pouco mudamos internamente.

Em países que sofreram revoluções, a biblioteca parece não ter sofrido significativas mudanças em seus fazeres e, pior, em suas propostas básicas e entendimentos de sua razão de existência. Saúde, educação, cultura, artes, vários desses segmentos, se não todos, são reestruturados com olhares que seguem as propostas da nova política, do novo sistema. A biblioteca, no entanto, permanece com os mesmos códigos, os mesmos serviços, atendendo os mesmos usuários. Parece que não há formas alternativas ou diferenciadas em seu fazer. A Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal, o Código de Catalogação Anglo-Americano, Tabela Cutter, Tabela PHA e quase todos os instrumentos, antigos ou não, além de atenderem às necessidades de todos os tipos de bibliotecas (públicas, escolares, universitárias, especializadas etc.), também servem para uso em qualquer local, em qualquer comunidade, em qualquer sistema político ou econômico. São instrumentos considerados neutros, mesmo que haja hoje textos que questionam e refutam essa ideia.

Gostaria de trazer para este texto duas questões que me parecem importantes: as ideias presentes nas bibliotecas que chamei de alternativas e as chamadas “bibliotecas parque”.

Bibliotecas alternativas

Quando estudei as bibliotecas populares, me defrontei com um grande número de termos que designavam as bibliotecas existentes em uma determinada época. Vivíamos os anos da ditadura militar, que não se restringiu apenas ao Brasil, mas também, e infelizmente, esteve presente em vários países da América do Sul. A exemplo do que vivemos aqui no Brasil, o mesmo ocorreu com os uruguaios, chilenos, argentinos, paraguaios...

A liberdade de expressão e de conhecimento¹ foi proibida nesses países e, com isso, os que os habitavam foram alijados do acesso à informação.

As bibliotecas foram atingidas, pois trabalham com informações. Infelizmente, poucas foram as que, publicamente, se manifestaram contrárias àquela censura. Tal atitude, acredito, foi tomada exatamente pelo fato de que as bibliotecas estavam – e estão – preocupadas com a leitura e não com a informação. Algumas bibliotecas consideraram a proibição de determinados livros como uma intromissão às atividades, aos ideários e a autonomia delas, mas, mesmo contrariadas com a censura e, por consequência, ao acesso de seus usuários aos livros, pouco fizeram para alterar a situação.

Os trabalhos, contrariando o discurso de “espaço de resistência e de transformação”, continuaram os mesmos. Se fossem realmente espaços de resistência, por que os acervos permaneceram os mesmos? Por que os serviços oferecidos continuaram os mesmos?

Vale lembrar que essa foi uma época de grandes mudanças, mundiais e nacionais, não só de costumes, como em quase todos os segmentos das artes. Aspectos políticos, econômicos, culturais, educacionais, todos esses segmentos sofreram mudanças. A religião católica, por exemplo, nos países entendidos na época como subdesenvolvidos, onde a fome e miséria eram severas e onde o índice de pessoas pobres, sem o mínimo para sobreviver ou viver dignamente, era muito alto – a religião católica, como dizia, teve uma vertente que se posicionou contra o entendimento tradicional da cúpula da Igreja. Surgiu a Teologia da Libertação, que dizia se voltar e estar ao lado do povo. A Igreja deveria estar onde o povo estava e viver como o povo vivia. Na evangelização, o povo passou a ser o foco, mas com um olhar a partir dos interesses, das necessidades e dos desejos dele.

As bibliotecas e, em especial, as públicas não apresentaram propostas diferenciadas, seu fazer nada tinha de novo, ao contrário, permaneceram agarradas ao que já vinham realizando. Antepondo-se às bibliotecas

1 Estou utilizando aqui o termo “liberdade de conhecimento”, pois o considero mais amplo do que “liberdade de expressão”.

públicas, vários movimentos organizados da população criaram espaços de informação e os chamaram de Centros de Informação Popular, Centros de Documentação e Informação Popular e outros termos próximos. Todos eles se entendiam como atuando de maneira contrária e diferenciada das bibliotecas públicas. Consideravam-se bibliotecas ou espaços alternativos àquelas bibliotecas. Por esse motivo, entendi que a melhor designação genérica para elas era - e ainda entendo assim - “bibliotecas alternativas”. Eram elas contrárias ao que chamei de bibliotecas públicas tradicionais, e assim as caracterizei (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 77-85):

- Diferença entre discurso e prática;
- O usuário, na prática, não é o principal objetivo da biblioteca;
- Os meios são considerados mais importantes do que os fins;
- Todo o trabalho é voltado para os suportes;
- Todo o trabalho é voltado quase que exclusivamente para o livro;
- Só há biblioteca quando seu espaço é repleto de livros;
- As técnicas, o trabalho da biblioteca e os bibliotecários são entendidos como neutros e imparciais;
- A matéria-prima da biblioteca, a informação, não sofre nenhum tipo de interferência, quer política, social, econômica, cultural etc.;
- O serviço de referência pode ser exercido por qualquer pessoa;
- Não há participação efetiva da comunidade na gestão da biblioteca;
- O objetivo maior da biblioteca é promover e fornecer a “boa” leitura;
- O usuário deve procurar a biblioteca, não o contrário.

Essas características não são as únicas, mas aquelas que entendi, quando da redação do livro citado, como as principais. Nesse livro cada um dos tópicos é discutido. Várias bibliotecas possuem algumas dessas características e não podem ser consideradas tradicionais. Entendo que uma biblioteca pode ser considerada tradicional quando possui vários dos itens elencados.

Poucos ou nenhum foram os trabalhos conjuntos entre as bibliotecas alternativas e as bibliotecas públicas. As bibliotecas alternativas exigiam, mesmo dos funcionários remunerados, uma militância nas ações

que desenvolviam. Esses funcionários partilhavam das ideias e concepções advogadas pelos movimentos que mantinham as bibliotecas. Conheci algumas bibliotecárias – e bibliotecários – que atuavam em Centros de Documentação Popular. A maioria desses centros tinha como mantenedora a Igreja (claro que a iniciativa sempre era da ala progressista da Igreja, a vinculada com a Teologia da Libertação). Dom Helder Câmara, em Recife, apoiou o Serviço de Documentação e Informação Popular (Sedipo); a CNBB, em São Paulo, apoiou o Centro Pastoral Vergueiro (CPV) e, depois, o Centro Popular Vergueiro. Esses são apenas dois exemplos que confirmam a presença da Igreja progressista na criação desses centros e o interesse e importância que ela depositava na informação e na documentação.

Essas bibliotecas alternativas, no entanto, mesmo se afirmando contrárias e propondo uma forma diferenciada de criá-las e mantê-las, pouco ou nada modificaram a concepção básica. Ainda estavam voltadas para o atendimento a aspectos educacionais e o faziam se utilizando de livros didáticos e atividades que reproduziam as ações de sala de aula promovidas e desenvolvidas pelas bibliotecas que eram questionadas por esse tipo de biblioteca alternativa. Ou seja, tinham uma proposta alternativa, mas terminaram por ser uma reprodução dos serviços e fazeres da biblioteca tradicional e veiculadora dos interesses de um pequeno e seletivo grupo da sociedade, aquele que domina e oprime a maioria da população.

A base conceitual de educação defendida e reproduzida por essas bibliotecas alternativas é a mesma que sustenta as ações das bibliotecas públicas, quer se considerem tradicionais ou não. Relembrando o que disse acima sobre os aparelhos ideológicos de Estado estudados por Althusser (1983), tal base conceitual torna a escola e, por conseguinte, as bibliotecas que atuam sob esse ponto de vista aparelhos ideológicos do Estado, reprodutores de um entendimento de mundo e de uma forma de explicá-lo, qual seja, aquela que entende como natural a existência de ricos e pobres, que entende como natural a existência de uma distribuição de renda que privilegia uma pequena camada da população em detrimento de outra. Esse entendimento de mundo, reproduzido pela es-

cola, digamos, tradicional, mantém o entendimento que apenas o conhecimento científico deve ser considerado como legítimo e não o saber (ou conhecimento, para ser coerente com o que penso) popular. Inteligência, dentro dessa perspectiva, tem a ver com estudo formal, com tempo de estudo. É claro que o estudo formal permite um acúmulo de informações que leva as pessoas que o tem a se diferenciarem das outras. Mas, isso não significa, necessariamente, que tais pessoas são mais inteligentes que as outras. O conceito de inteligência também é ideológico.

As bibliotecas alternativas somente poderão ser consideradas antagonônicas, diferenciadas das bibliotecas públicas, se se tornarem espaços de resistência para que a informação que por elas circularem seja a que é escamoteada pela mídia comercial. Esta escolhe o que vai divulgar de acordo com seus interesses, em especial os econômicos, os políticos e os que lhe permite o exercício do poder.

As informações com as quais as bibliotecas públicas devem trabalhar são aquelas que fazem frente e se constituem como contraponto, que permitem à maioria da população o acesso àquelas que, normalmente, estão fora do seu alcance.

Em época da exacerbação da desinformação, da contrainformação, o contraponto e o acesso ao contrário são necessários e, mais do que isso, são quase uma questão de sobrevivência informacional.

Em um livro sobre bibliotecas públicas, os autores dizem que esse é um lugar de refúgio, de isolamento, um lugar que procuramos para nos guardarmos do dia a dia, das agruras do cotidiano. As frases não são exatamente essas, eles empregam alguns termos que nos levam a romantizar essa quase fuga da realidade. Para mim, a biblioteca pública não é lugar para se fugir da “vida real”, ao contrário, a biblioteca pública é o lugar em que nos envolvemos com o mundo, o lugar que nos leva a conhecer, a encontrar, a entender o mundo. A biblioteca pública é o oposto do refúgio, o contrário do isolamento. Nós sabemos do mundo quando o conhecemos, o contato que temos com ele não é só empírico, mas o buscamos nas entrelinhas da vida; nos conteúdos dos livros, mesmo que estejam fechados; nos fotogramas dos filmes, dos vídeos; em cada nota das músicas; cada acorde nos fala da vida, do mundo; em cada palavra ou letra que

constrói a fala das pessoas e que permite a troca de experiências. Isso é a biblioteca para mim. Essa é a forma do “mundo-biblioteca”, tal qual a vejo. A biblioteca pública não se constrói apenas com seu acervo, com seu espaço físico, com seus serviços e fazeres, mas nela devem ser incluídos todos os que lá trabalham e todos os usuários; nela devem ser incluídos os saberes e conhecimentos, empíricos ou não, que circulam nos cantos e recantos do seu espaço. A biblioteca somos nós.

Biblioteca parque

O segundo item que quero discutir ou questionar é a “biblioteca parque”.

A ideia que deu vida a esse tipo de biblioteca é interessante. Além de voltar-se para a população mais à margem da cidadania, também há a preocupação com o que pode ser chamado de hibridização do acervo da biblioteca e, ainda mais, com a aparência, com a beleza do espaço. Não sou contrário a essa ideia, ao contrário, compactuo e defendo tais propostas.

A exemplo das bibliotecas alternativas, a biblioteca parque utiliza as mesmas ferramentas que as bibliotecas públicas. A pergunta que entendo importante e necessária é se o fato de usar classificações bibliográficas, códigos de catalogação etc. não implica se aproximar das concepções da biblioteca pública? Ou as ferramentas são apropriadas para qualquer tipo de biblioteca?

Em sendo assim, o que vai diferenciar a biblioteca parque da biblioteca pública é a construção do acervo?

Paulo Freire (1996), em palestra no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação de 1982 na Paraíba, apontava para a necessidade das bibliotecas incorporarem a seus acervos livros e materiais produzidos pela própria comunidade atendida. Essa ação não deveria constituir algo parecido com uma concessão da biblioteca à comunidade, mas uma efetiva política de acervo, uma efetiva política de desenvolvimento de acervo, de desenvolvimento de coleções. Freire afirma na palestra que precisamos construir nosso acervo com materiais elaborados

pela população que faz uso da biblioteca. Esse material terá o linguajar, a fala, a expressão dessa população e não apenas os livros escritos na linguagem padrão, na norma culta. Estas são, em quase todas as bibliotecas, o que prepondera como sustentação e até como condição para que o material seja incorporado. Não estou negando a importância da norma culta, nem propondo que a biblioteca a esqueça, mas apresentando a necessidade de ter no acervo a fala da comunidade, a forma como ela se expressa. Seguindo Paulo Freire, é uma forma de dar a palavra ao povo. Essa é uma discussão bem desenvolvida pela sociolinguística.

Muitos defendem a ideia de hibridização do acervo, ou seja, trabalhar com um acervo em papel e com um acervo digital. Muitas bibliotecas atuam dessa forma há já algum tempo. No entanto, é preciso considerar o que muitos textos e publicações da área ignoram, isto é, que as bibliotecas públicas brasileiras vivem com poucos recursos, boa parte sem nenhum equipamento tecnológico e, claro, sem acesso às redes de informação. Apesar do desejo, tais bibliotecas estão impossibilitadas de implantar qualquer tipo de serviço que envolva equipamentos tecnológicos. Se uma característica da biblioteca parque for, de fato, o hibridismo do acervo, boa parte das bibliotecas públicas, comunitárias, populares, etc. não poderão assumir essa identidade.

A construção do acervo é feita com a participação da comunidade, sim, mas apenas com a doação de livros, quaisquer que sejam eles? Esta é uma réplica do que acontece com a biblioteca pública.

Outra forma de diferenciar a biblioteca parque da biblioteca pública seria os serviços oferecidos? Voltar-se para a população, como defende, acertadamente no meu entender, a biblioteca parque, não pode se restringir apenas à oferta de serviços que atraiam a comunidade, pouco fugindo do que já é feito pelas bibliotecas públicas. Alguns serviços podem se diferenciar, mas, em essência, a preocupação básica com a leitura e com ações para a educação está presente no dia a dia da biblioteca parque.

Quais são os serviços implantados que atendem aos interesses, necessidades e desejos da população? E como são eles identificados? Como se dá a participação da comunidade na gestão da biblioteca par-

que? Será que tais serviços são propostos e oferecidos a partir do entendimento que os funcionários dessas bibliotecas têm do que a população precisa? É claro que não há necessidades, interesses e desejos puros, oriundos exclusivamente do grupo que forma a comunidade atendida. Em um mundo global, os interesses da comunidade se imbricam com os interesses econômicos, estando subordinados a estes últimos; as necessidades estão sob demandas determinadas pelo sistema capitalista, sendo a globalização um dos seus inúmeros braços; os desejos passam pelo crivo do consumismo e são impostos por ele. Apesar de sabermos disso, precisamos identificar o que é “local”; o que torna diferente aquela comunidade; quais são suas demandas específicas. Mas, só podemos fazer isso com a participação da comunidade; sem ela, continuamos a determinar quais são, no âmbito da informação (e da leitura, em sentido *lato*) e exclusivamente sob o nosso olhar, as demandas da comunidade que atendemos.

Serviços diferenciados existem, mas será que, apesar das diferenças, não continuam reproduzindo uma forma de entendimento de mundo, uma forma de explicar o mundo a partir do olhar e do interesse dos dominadores? O público, o usuário, o pessoal atendido pela biblioteca porque é diferenciado? No que ele é diferenciado? Esse é um ponto, creio, a ser discutido. Já vimos que os que escrevem e atuam nas bibliotecas tendem a afirmar que o usuário é o principal norte delas. Mas, a prática não reflete essa ideia. Ao contrário, os usuários devem se sujeitar a tudo o que é determinado pela biblioteca e, por conseguinte, pelos bibliotecários e políticas públicas. Não são os códigos e ferramentas que devem se submeter às características da comunidade, mas a comunidade é que deve se submeter aos códigos e ferramentas biblioteconômicas; a organização das estantes segue um padrão ao qual o usuário deve se enquadrar. A ordem e fluxo das pessoas dentro do espaço físico da biblioteca nunca são modificados a partir da relação das pessoas com o ambiente, ao contrário, os usuários devem se adaptar a eles.

Tentando pôr um fim no que não é finalizável

A biblioteca pública, como disse anteriormente, pode ser considerada um aparelho ideológico do Estado. Da mesma forma, não podemos considerar tanto as bibliotecas alternativas como a biblioteca parque como aparelhos ideológicos do Estado? Essas bibliotecas não são diferentes da biblioteca pública. São aparentemente diferentes, mas a essência, a base conceitual, é a mesma.

O mesmo ocorre em relação às chamadas bibliotecas parques: elas seguem as mesmas ideias e concepções das bibliotecas públicas, embora tenham a preocupação com a aparência. A vestimenta, o invólucro é diferente, mas as concepções são as mesmas das bibliotecas tradicionais.

Biblioteca não é refúgio, é envolvimento, é imbricamento, é relação com o mundo, com a sociedade, com a história. A biblioteca pública, como a alternativa e a biblioteca parque, são hoje móveis. Elas devem estar onde está o celular das pessoas. Elas devem estar onde o povo está. Qualquer biblioteca que permaneça restrita ao seu espaço físico reproduz a biblioteca pública tradicional. É preciso mais para ser transformadora. Ela tem que estar na escola, na Igreja, na sede dos movimentos organizados da população, no rádio, no WhatsApp, no Facebook e tudo o mais que surgir no âmbito virtual.

Não podemos esquecer nunca que a biblioteca visa a transformação do sujeito; visa dar condições para que o sujeito construa sua transformação. No entanto, para que isso ocorra, a biblioteca precisa se transformar, precisa ser transformada, reconstruída na relação com os seus usuários, na relação com a sua comunidade. A biblioteca deve ser um espaço de resistência – de resistência cultural, de resistência educacional, de resistência informacional. A biblioteca deve estar ao lado do povo. É nessa biblioteca que acredito, seja ela pública, alternativa ou parque.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Bibliotecas públicas: avaliação de serviços*. Londrina: EDUEL, 2003.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília, DF: Thesaurus, 2004a. p. 70-86. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Implicações entre formação e objeto da área de informação. In: ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6., 2004, Mar del Plata. *Anais [...]*. Mar del Plata: Mercosur, 2004b. 1 CD-ROM.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COELHO NETO, José Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In: FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 22-35.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2006.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM CENÁRIOS DE CRISE

A PRÁTICA DA AÇÃO
CULTURAL NA SUPERAÇÃO
DAS VULNERABILIDADES
SOCIOECONÔMICAS

*Alberto Calil Elias Junior e
Magnólia Felix de Araújo*

Um breve começo

Em meados da década de 2000 grandes potências mundiais entraram em declínio econômico, ocasionando um cenário de recessão que se estendeu por diversos países, e cujas consequências podem ser sentidas até os dias de hoje. Neste contexto, é possível observar, no cenário biblioteconômico internacional, um número crescente de publicações científicas com abordagens que refletem ações desenvolvidas em bibliotecas públicas tendo como mote a questão da crise. Este fato demonstra que os desdobramentos sociais, políticos e econômicos locais são determinantes para delinear as práticas promovidas pelas bibliotecas públicas.

No Brasil, em decorrência do que se observava em outros países, o mesmo período foi marcado pela expectativa de um agravamento econômico, fato que não se concretizou naquele momento. No que concerne à produção científica brasileira sobre bibliotecas, não houve neste período reverberação do cenário de crise, tendo as principais abordagens se concentrado em temáticas como memória, políticas públicas e aspectos históricos. (ELIAS JUNIOR, 2014) Atualmente, o Brasil atravessa um momento de crise institucional e política, o que tem resultado em cortes de direitos e em outras resoluções antidemocráticas cujas reverberações atingem de modo mais pronunciado justamente as camadas sociais mais desfavorecidas. De acordo com dados do IBGE, (PNAD..., 2018) em 2018 a taxa de desocupação no terceiro trimestre chegou a 11,6% contra 6,8% em 2012, no mesmo período do ano. Com relação à população de rua, uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social revela que em 2007 a cidade do Rio de Janeiro tinha 4,5 mil pessoas em situação de rua; enquanto em 2017 a estimativa é de que este número tenha

umentado para 14,2 mil.¹ Em cenários de escassez, a biblioteca pública, instituição democrática por excelência, torna-se extremamente relevante para a comunidade. Seu importante papel social – materializado através de práticas educativas, culturais, recreativas e informacionais – é capaz de gerar oportunidade de crescimento pessoal para todos. Tendo em vista suas atribuições básicas e sendo o livre acesso aos saberes uma delas, a biblioteca pública é um lugar que pode proporcionar a geração de capital cultural² à coletividade através de suas ações.

Em pesquisa realizada no período de 2014 a 2016,³ observou-se que na década de 2010 a produção de artigos científicos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em âmbito internacional teve como principal abordagem a questão da crise. Já em relação à literatura científica nacional, percebeu-se uma lacuna com relação a esta temática. No entanto, no ano de 2016, um evento chamou a atenção da sociedade brasileira para as bibliotecas públicas, inserindo-as em um cenário de crise e colocando-a na agenda de debates: o encerramento das atividades de quatro unidades de Bibliotecas Públicas do estado do Rio de Janeiro – chamadas e conhecidas como Bibliotecas Parques – sob uma narrativa que apregoava uma grave crise financeira no estado. Dentre os diversos impactos ocasionados pelo fechamento desses aparelhos

1 Em relação ao quantitativo da população de rua na cidade do Rio de Janeiro os dados são controversos. Segundo o *Observatório Legislativo* da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro os dados divulgados pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante o período da intervenção entram em contradição – variando para baixo – com dados divulgados nos anos anteriores pela própria Prefeitura e pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 2 jan. 2019.

2 Para Bourdieu, “o capital cultural refere-se ao acúmulo ou a disposição acumulada de conhecimento e da vivência em um determinado meio social específico.” (JANOWSKI, 2014, p. 4)

3 Pesquisa de iniciação científica realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) por Araújo e Elias Junior (2016). O estudo teve como objetivo investigar as noções de uso das bibliotecas públicas no Brasil, por meio da análise de ocorrências do tema “bibliotecas públicas” em artigos de periódicos nacionais e internacionais das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

culturais no cotidiano das comunidades atendidas – muitas vezes não percebidos pela sociedade – observou-se a interrupção de um conjunto de ações que visavam à inclusão de camadas das populações historicamente excluídas. Dentre os grupos de frequentadores dessas bibliotecas, particularmente em relação à Biblioteca Pública Estadual Celso Kelly (BPE), localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, próxima a uma estação de trem e a um terminal rodoviário de grande circulação, destacava-se a população em situação de rua, que frequentava com assiduidade a biblioteca, contando inclusive com ações culturais voltadas especificamente para este público, como foi o caso da Roda de Leitura e do Coral Uma Só Voz.⁴ A narrativa de crise, que de modo mais amplo foi também observada e reforçada por todo o país, principalmente através da grande mídia, aliada a um cenário político conturbado, acarretou, dentre outros retrocessos, no desmonte de diversos equipamentos culturais. Como exemplo, é possível citar a crescente desvalorização do Ministério da Cultura e, conseqüentemente, o desaparecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).⁵

Considerando-se esse quadro de crise, aliado a aumentos nas taxas de desemprego, de pessoas sem moradia, e na precarização do mercado de trabalho, propõe-se trazer para o debate reflexões sobre a relevância da biblioteca pública para os cenários de “sociedades em crise”, no combate às desigualdades sociais, culturais e econômicas vigentes nas estruturas sociais contemporâneas e buscar indícios dos efeitos das ações culturais promovidas pelas e nas bibliotecas públicas na transformação social e econômica das comunidades em que estão inseridas.

4 Embora não tenha sido articulado pela equipe da biblioteca, o Coral Uma Só Voz, formado por pessoas em situação de rua, realizava seus ensaios na BPE.

5 Em maio de 2016, logo após a posse de Michel Temer como presidente interino, o MinC é extinto e incorporado ao Ministério da Educação, passando à condição de Secretaria. Porém, por pressão do setor cultural e artístico, o MinC é recriado, voltando à condição de Ministério. Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, a tendência apontada em 2016 se confirma e o Minc é extinto, passando a ser uma pasta do Ministério da Cidadania.

Nessa perspectiva, buscou-se investigar de que modo as ações culturais promovidas por bibliotecas públicas situadas na cidade do Rio de Janeiro visam atender às demandas de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.⁶

Sobre os percursos metodológicos trilhados

Se, de um lado, a partir de outra pesquisa realizada pelos autores⁷ foi possível identificar a presença de reflexões sobre as “bibliotecas em cenários de crise” na literatura internacional após os eventos de 2008 no norte global; de outro lado, identificou-se um “fenômeno” em bibliotecas de acesso livre ao público situadas na região central da cidade do Rio de Janeiro. Ao contínuo ao fechamento da BPE, algumas dessas bibliotecas situadas na região central do Rio de Janeiro passaram a receber um “novo” público. Uma das autoras, à época, exercia atividades em uma biblioteca de instituição federal na região, que apesar de não ser uma biblioteca pública, era uma biblioteca de acesso livre ao público, e observou a presença de pessoas em situação de rua nos espaços da biblioteca. Embora não tenha sido um número significativo, a presença desse “novo” público chamou a atenção e despertou o interesse em investigar a relação das bibliotecas públicas com sujeitos que se encontram nessa situação.

6 As discussões e resultados aqui expostos são um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2018 por Magnólia Felix de Araújo à Escola de Biblioteconomia da Unirio, sob orientação do prof. dr. Alberto Calil Elias Junior. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/2018.1/Magnolia%20Felix%20de%20Araujo.pdf>.

7 Na referida pesquisa, (ARAÚJO; ELIAS JUNIOR, 2016) aplicou-se um recorte temático-temporal em artigos de periódicos nacionais e internacionais, de modo a verificar quais abordagens estiveram presentes nas discussões em torno das bibliotecas públicas entre as décadas de 1990 e 2010. Para mais detalhes, ver Quadro 1.

Nesse sentido, para a realização da investigação aqui em pauta optou-se pelo trabalho de campo, baseando a coleta de dados na observação não participante e em entrevistas semiestruturadas. Para definir o corpus da pesquisa tomou-se por base a localização territorial das bibliotecas públicas em relação à BPE, considerando-se a frequência de pessoas em situação de rua àquela biblioteca. Adotou-se como lócus da pesquisa duas bibliotecas públicas municipais localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro. São elas: Biblioteca Popular Machado de Assis, em Botafogo; e Biblioteca Popular Marques Rebelo, na Tijuca. A escolha por estas bibliotecas específicas deu-se pelo fato de estarem localizadas no entorno da região central da cidade do Rio de Janeiro, área em que se percebe uma grande concentração de pessoas em situação de rua. A hipótese levantada foi de que alguns desses ex-frequentedores da BPE teriam migrado, após o seu fechamento, para bibliotecas localizadas em regiões próximas ao centro da cidade.⁸

A observação não participante objetivou identificar a presença desse grupo social nas bibliotecas públicas, bem como os possíveis usos e as formas de apropriações que elas faziam destes espaços. Ademais, a partir da observação participante realizada, foi possível recolher elementos para a construção do roteiro de questões a comporem a entrevista semiestruturada, cujas perguntas buscaram levantar informações sobre as ações culturais realizadas nas bibliotecas investigadas, bem como verificar se houve um aumento no fluxo de usuários em situação de vulnerabilidade social ou econômica nestas bibliotecas a partir do encerramento das atividades da BPE.

As entrevistas foram realizadas de modo individual com duas bibliotecárias que atuam nas bibliotecas públicas supracitadas e com dois ex-funcionários da BPE - um bibliotecário e uma educadora -, que estiveram à frente de um projeto de mediação de leitura. Para a análise dos da-

8 O que viria a ser confirmado por uma das bibliotecárias entrevistadas, quando afirma que, depois que a BPE fechou, esta população migrou para outras bibliotecas, tornando-se perceptível sua presença na biblioteca em que atua.

dos coletados optou-se pela análise de conteúdo, nos termos de Bardin (1997, p. 42), que consiste em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ao propor a colocação de lentes sobre a relação entre as bibliotecas públicas e a crescente parcela da população que se encontra em situação de rua, trazem-se para o centro do debate as discussões sobre a biblioteca pública na sociedade, entendendo-a como um dos dispositivos urbanos que atuam no cotidiano das cidades. A noção de dispositivo adotada aqui emerge das formulações de Michel Foucault e converge para a definição apresentada por Birman, Leite, Machado e Carneiro que afirmam que a ideia de dispositivo, em Foucault, “[...] essencialmente estratégica, é de um conjunto produzido pelo cruzamento heterogêneo de relações de poder e saber”. (BIRMAN et al., 2015, p. 15) Nesse aspecto, busca-se refletir sobre a relação aqui em análise – das bibliotecas públicas com um grupo social que está às margens da sociedade, a população em situação de rua – tendo por base as seguintes categorias de análise: a biblioteca pública e como ela se insere nos processos de construção da cidadania; a biblioteca pública como espaço para garantia e manutenção dos direitos a todo e qualquer cidadão; e por último, tomando como exemplo a experiência espanhola, o papel da biblioteca pública em tempos de crise.

Biblioteca pública, um dispositivo entre fronteiras?

O debate sobre a cidadania no âmbito dos estudos que concernem às bibliotecas públicas torna-se urgente, na medida em que se vivencia um

momento histórico em que o acesso universal aos direitos humanos é questionado. Luis Felipe Miguel (2018) aponta que, nos últimos anos e no caso brasileiro particularmente desde a Constituição de 1988, a luta por direitos plenos tornou-se uma constante em nossa sociedade. Ao menos no plano do discurso, havia a existência de consensos quanto à necessidade de garantia de direitos a todo e qualquer cidadão. No entanto, segundo o autor, tais consensos vêm perdendo espaço recentemente, muito em virtude de uma mobilização de forças à direita do espectro política, que apontam para novas configurações. Luis Felipe Miguel, em análise da conjuntura política nacional no período que sucedeu ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, afirma que há um novo desenho dos debates público e que

Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1998, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente homogêneo. A mobilização da direita rompeu com isso. (MIGUEL, 2018, p. 23)

A noção de cidadania está estritamente ligada à ideia de sujeitos detentores de direitos. Conforme demonstrado por Medeiros (2010), desde o seu surgimento na Grécia Antiga, a noção de cidadania foi sendo modificada ao longo dos séculos. A autora menciona o conceito clássico de cidadania formulado por Thomas Humphrey Marshall, que se subdivide em três categorias:

O *elemento civil* é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé. [...] Por *elemento político* se deve entender os direitos de participar no exercício do poder político. [...] O *elemento social* se refere a tudo o que vai desde o direito mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito por completo na herança social e de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na so-

cidade [...]. (MARSHALL, 1967, p. 66 apud MEDEIROS, 2010, p. 15, grifo nosso)

A despeito das variações nos processos históricos de construção da noção de cidadania, (CARVALHO, 2013; FERNANDES, 2011) nota-se algo comum aos distintos percursos, isto é, a presença da noção de direitos, ou seja, que o cidadão é aquele que possui um conjunto de direitos. Na contemporaneidade, há uma associação entre os direitos do cidadão e os Direitos Humanos. Segundo Fernandes (2011, p. 173), “o reconhecimento e a afirmação dos direitos sociais encontram-se atrelados à concepção contemporânea de Direitos Humanos”. Já os direitos sociais materializam-se em diferentes perspectivas, sendo que algumas delas compõem o escopo das bibliotecas públicas.

Dentre essas diferentes perspectivas da garantia de direitos, que, em tese, se aproximam da biblioteca pública, pode-se citar o direito à cultura, o direito à informação, o direito à comunicação e o direito à leitura e à literatura. E em se tratando do acesso a esses “direitos”, compartilha-se do argumento de Antonio Candido (2011), que trata a literatura como um direito humano colocando-a no mesmo rol de bens que não podem ser negados a ninguém. Deste modo, tão importantes quanto a alimentação, a moradia, a instrução, a saúde e a liberdade individual seriam “o direito à crença, à opinião, ao lazer, [...] à arte e à literatura”.

Um olhar para as narrativas sobre as bibliotecas públicas, sejam as que emergem de documentos que pautam diretrizes e padrões, tais como os manifestos da IFLA/Unesco (UNESCO, 1994), sejam as presentes na literatura científica do campo, situa a biblioteca pública como sendo um dos dispositivos de sustentação desse conjunto de direitos. Considerando-se cultura, informação, literatura e leitura como direitos do cidadão, a biblioteca pública potencialmente exerce um importante papel na promoção e na garantia da cidadania e no combate às desigualdades e às distintas formas de exclusão. No entanto, apesar dessa relação potencial, em artigo publicado no ano de 2010, Ana Lúcia Medeiros afirma que até aquele momento “pouco se tem escrito sobre a história e o papel social das bibliotecas públicas no Brasil vistas como um espaço de cidadania”.

(MEDEIROS, 2010, p. 17) Pensar a biblioteca como dispositivo promotor de inclusão social e cidadania cria condições de possibilidade de pensar e de afirmar a informação não apenas do ponto de vista do acesso, pois “não é apenas o direito à informação e à leitura que levariam à construção da cidadania [...] mas o seu uso, ou, provavelmente, o uso que se dá à informação e à leitura”. (SOUZA, 1994, p. 17)

Assim, conduz-se o olhar na direção do público com o qual se dialogou nessa pesquisa – pessoas em situação de rua –, que em geral estão privadas do acesso aos considerados direitos do cidadão. Acompanha-se, aqui, as análises realizadas por Birman *et al.* (2015), ao apontar para uma tendência de naturalização dos processos de exclusão presentes no cotidiano das cidades. Em sua análise, as autoras afirmam que “os espaços urbanos e suas periferias têm enfrentado permanentemente imposições do modelo econômico liberal que, por sua vez, se apresentam e se articulam com projetos de estruturação e ordenamento das cidades no plano político, social e cultural”. (BIRMAN *et al.*, 2015, p. 16) Tais ordenamentos e processos de estruturação se refletem tanto no planejamento das cidades, quanto nas formas de tratamento dos cidadãos nos espaços urbanos. Ainda segundo as autoras,

criaram e se modificaram, como sabemos, nessa ordem globalizada, as modalidades de tratamento das populações que são mantidas em posições subalternas tanto no plano nacional quanto nos circuitos internacionais. Essas formas de precarização, que atingem um contingente significativo da população das cidades, envolvem processos políticos de recusa à absorção digna da vida urbana, através de novas formas de territorialização e gestão da pobreza, em favelas, periferias e campos distanciados da perspectiva e integração social urbana. (BIRMAN *et al.*, 2015, p. 16)

No caso da população em situação de rua, pode-se considerar que, apesar de ocupar espacialmente regiões centrais e “nobres” das cidades, eles e elas são mantidos às margens, pois não possuem acesso aos seus direitos enquanto cidadãos e são figuras invisíveis, naturalizadas à

paisagem das cidades, mas que apesar da invisibilidade são percebidos como desviantes.⁹

Nessa perspectiva de ordenamento das cidades, o constante crescimento da população em situação de rua coloca questões para a biblioteca pública, considerando-a um dos dispositivos urbanos cujo propósito passa pela promoção do acesso universal aos direitos do cidadão. De acordo com as Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas, “ao oferecer uma ampla gama de materiais de apoio à educação e ao tornar a informação acessível para todos, a biblioteca traz benefícios sociais e econômicos para os cidadãos e a comunidade”, contribuindo, deste modo, “[...] para a criação e manutenção de uma sociedade bem-informada e democrática”, bem como ajudando a “[...] empoderar as pessoas para que se aprimorem e desenvolvam suas vidas e a comunidade onde vivem”. (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 12)

A literatura do campo de estudos infocomunicacionais aponta, em linhas gerais, para a existência de quatro funções para a biblioteca pública, a saber: educativa, informativa, cultural e recreativa.¹⁰ Ao aplicar a lente com foco na função das bibliotecas públicas abre-se a possibilidade de analisar as relações que são estabelecidas nas e pelas bibliotecas. Nesse sentido, Koontz e Gubbin (2012, p. 11) afirmam que as diretrizes da IFLA/Unesco colocam a função social da biblioteca pública em termos de ponto de encontro, ressaltando que “o uso da biblioteca para pesquisa, ensino e lazer aproxima as pessoas graças a contatos informais, proporcionando uma experiência social positiva.” Lessa e Gomes (2017, p. 43)

9 Para o aprofundamento do debate sobre as populações situadas às margens, ver Agier (2015).

10 Andrade e Magalhães assinalam que a função educativa realiza-se através do apoio à educação formal, não formal e informal; a função informativa se dá por meio do provimento de informações confiáveis, de modo rápido e eficiente; a função cultural, em uma de suas facetas, “refere-se à captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade, incluindo quaisquer formas de manifestação cultural”; e a função recreativa ocorre através da disponibilização de obras de diferentes estilos e gêneros literários, e está ligada ao lazer, à imaginação, à criatividade e ao prazer estético. (ANDRADE; MAGALHÃES, 1979, p. 55)

afirmam a biblioteca pública como lugar de acolhimento, com “[...] grande potencial para reavivar a aproximação entre as pessoas e mundo social”. Visão também compartilhada por Crippa (2015) ao considerar a biblioteca como uma instituição mediadora, que em contraponto às costuras sociais estáveis “[...] pode ser o território mais rico para realizar o encontro entre realidades diversas, buscando saídas das crises sociais que nos cercam”. Nesse sentido, a biblioteca pública deve ser percebida como o lócus para o desenvolvimento de atividades culturais que promovam o encontro entre essas distintas realidades.

Michèle Petit (2009, p. 51), ao refletir sobre a noção de leitura, também relativizava a noção de biblioteca, pois, para ela, a leitura propicia formas de encontro com o outro, com a alteridade. Nesse sentido, as bibliotecas constituem um dos dispositivos que podem propiciar esses encontros, na medida em que são um dos “conservatórios de sentidos típicos da sociedade em que vivemos”. Rasteli e Cavalcante (2014, p. 44) apontam para a mesma direção, ao afirmar que, quando realizam atividades que promovam tais encontros e diálogos em seus espaços, as bibliotecas públicas se colocam como “dispositivos produtores de sentidos, que permitem o acesso à informação, observando a construção de significados vivenciados através da pesquisa, da leitura, da literatura em geral, dos eventos culturais e do contato com as artes.”

Nesta perspectiva, é urgente a reflexão sobre as ações realizadas nesses espaços, voltadas ou não para a promoção do encontro e do diálogo entre os diferentes sujeitos, grupos e formas de vida que se fazem presentes na teia urbana. Conforme coloca Bruno Latour (2006, p. 21), é preciso pensar e vivenciar a biblioteca

como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos. A biblioteca [...] curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de dispatcher, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente.

Essa chave de leitura abre a possibilidade de pensar as bibliotecas públicas, tanto em perspectiva teóricas quanto em ações concretas no

cotidiano, como dispositivos essenciais para a construção de uma sociedade democrática, para o exercício da cidadania e da inclusão social e cultural. Nesse sentido, diante de uma narrativa de crise que se apresenta globalmente, cabem investigações sobre as formas de atuação das bibliotecas públicas neste contexto. Considerando-se a colocação de Petit (2009, p. 20-21, grifo da autora),

hoje, é possível dizer que o mundo inteiro é um “*espaço em crise*”. Uma crise se estabelece de fato quando transformações de caráter brutal [...], ou ainda uma violência permanente e generalizada, tornam extensamente inoperantes os modos de regulamentação, sociais e psíquicos, que até então estavam sendo praticados. Ora, a aceleração das transformações, o crescimento das desigualdades, das disparidades, a extensão das migrações alteraram ou fizeram desaparecer os parâmetros nos quais a vida de desenvolvia, vulnerabilizando homens, mulheres e crianças, de maneira obviamente bastante distinta, de acordo com os recursos materiais, culturais, afetivos de que dispõem e segundo o lugar onde vivem.

Em contextos de crise observa-se que há um aumento na demanda por serviços públicos de diversas naturezas, desse modo, a biblioteca pública pode se colocar como um espaço de acolhimento, oferecendo serviços que garantam o acesso aos direitos. Em sociedades cuja relação com a biblioteca já é consolidada culturalmente, os cidadãos recorrem a estas instituições em momentos de crise, pois reconhecem o seu potencial de geração de oportunidades. De acordo com Poulain (1990 apud PETIT, 2009, p. 18), “[...] nos anos 1930, nos Estados Unidos, a crise, segundo várias análises, levou milhares de norte-americanos para as bibliotecas”. Essa característica, presente em algumas sociedades, do estreitamento da relação entre uma parcela da população afetada pelo contexto de crise e as bibliotecas públicas confirmou-se recentemente, após a última crise do sistema financeiro global, na medida em que “[...] o *crash* de setembro de 2008 encheu as bibliotecas americanas não só de desempregados como também de crianças cujos pais perderam acesso a babás e programas pós-escolares.” (GUIMARÃES, 2010) Paralelamente

te, os efeitos da crise foram retratados na literatura do campo de estudos infocomunicacionais internacional, mais notadamente na Espanha. (ARAÚJO; ELIAS JUNIOR, 2016) A referida pesquisa, ao comparar a produção nacional do campo com a produção internacional no mesmo período, mostra que há uma substancial diferença nas temáticas abordadas, com a categoria “Crise econômica” ganhando destaque na produção no período posterior ao ano de 2010.

Quadro 1 – Recorte temático-temporal da produção de artigos de periódicos publicados em âmbito nacional e internacional

	ARTIGOS NACIONAIS	ARTIGOS INTERNACIONAIS
Década de 1990	Legislação (4)	Cidadania (1) Internet (1)
Década de 2000	Leitura (4) Acessibilidade (2) Democracia (2) Tecnologias de Informação e Comunicação (2)	História (8) Políticas públicas (8) Internet (7) Leitura (7) Tecnologias de informação e Comunicação (6)
Década de 2010	Memória (6) Políticas públicas (5) História (5)	Crise econômica (10) Cidadania (6) História (6)

Fonte: (ARAÚJO; ELIAS JUNIOR, 2016).

Focalizando a experiência espanhola, cuja incidência sobre a temática foi maior, identificam-se dois pontos distintos nas abordagens sobre a crise: um primeiro diz respeito ao corte de recursos dentro das próprias bibliotecas e o outro se preocupa com a adaptação dos seus serviços às necessidades dos usuários de modo a minimizar os efeitos da crise. (GARCÍA GÓMEZ, 2012; GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2010, 2012)

Gómez Hernández (2010, p. 80) mostra que estes dois pontos interagem entre si, pois em momentos de crise as bibliotecas passam a li-

dar com menos recursos justamente quando há um aumento no fluxo de usuários que, de acordo com o autor, passam a frequentar as bibliotecas principalmente pelos seguintes motivos:

- a) Las personas em paro tienen más tiempo, y pueden acudir para estudiar, buscar información, preparar oposiciones.
- b) Muchas personas adoptan hábitos de ahorro o reducción de compra de libros y otros productos culturales, que substituyen por el uso de los recursos bibliotecarios.
- c) Se reducen otras prácticas de ocio costosas como los viajes y en general se retrae el consumo.¹¹

Além destes fatores, Gómez Hernández (2010, p. 81-82) complementa que a crise afeta principalmente as pessoas que já se encontravam em situação de dificuldade, ou seja, os grupos sociais mantidos em posições subalternas, como: “[...] los que tenían empleos precarios o que se podían realizar con baja cualificación, inmigrantes que tienen menos redes familiares y sociales de apoyo y se ocupaban en los sectores más afectados por la crisis, como la construcción.” Analisando os processos e trajetórias da exclusão social, Hernández Pedreño (2010, p. 44) afirma que este problema está vinculado a aspectos institucionais e pessoais:

Los factores institucionales, o del contexto social, se relacionan con la política social y la situación del mercado de trabajo y de la vivienda. Los factores personales se asocian con las características individuales (edad, sexo, nivel educativo, nivel de salud) y con las familiares (origen social, situación y características de red familiar).¹²

11 a) As pessoas desempregadas têm mais tempo, e podem ir estudar, buscar informações, se prepararem para concursos públicos. b) Muitas pessoas adotam hábitos de economizar ou reduzir a compra de livros e de outros produtos culturais, que substituem pelo uso de recursos da biblioteca. c) Outras práticas de lazer dispendiosas, como viagens, são reduzidas e o consumo se retrai. (tradução nossa)

12 Os fatores institucionais, ou o contexto social, estão relacionados com a política social e a situação dos mercados de trabalho e habitação. Os fatores pessoais estão associados às características individuais (idade, sexo, escolaridade, nível de saúde) e às

Desse modo, nas palavras de Gómez Hernández (2010, p. 82):

la biblioteca debe hacer lo más importante, útil y relevante que sea posible para la vida de estas personas, aprovechar la crisis para implantar servicios [...] que pueden evidenciar su utilidad en estos momentos y que ayudarán a vincularla con el aprendizaje permanente en la imagen social de nuestras instituciones.¹³

Como parte das discussões em torno da crise, elaborou-se em fevereiro de 2010, na Biblioteca Regional de Múrcia, na Espanha, a *Declaração de Múrcia sobre a ação social e educativa das bibliotecas públicas em tempos de crise*. Ao longo de dez pontos, este documento reforça o papel social da biblioteca pública, colocando-a como um dispositivo fundamental no auxílio às classes sociais mais vulneráveis.

Como exposto anteriormente, em contextos de crise, além do aumento no fluxo de usuários e da mudança das necessidades informacionais, as bibliotecas também passam a lidar mais frequentemente com cortes de recursos e outras consequências que podem impactar a oferta e manutenção de serviços, e o próprio funcionamento das bibliotecas. Desse modo, a investigação sobre as bibliotecas públicas nesses contextos é essencial. A seguir, apresenta-se uma leitura do caso da cidade do Rio de Janeiro.

características familiares (origem social, situação e características da rede familiar). (tradução nossa)

- 13 A biblioteca deve fazer o mais importante, útil e relevante possível para a vida dessas pessoas, aproveitar a crise para implementar serviços [...] que possam demonstrar a sua utilidade neste momento e que ajudem a articulá-la com a aprendizagem ao longo da vida na imagem social de nossas instituições. (tradução nossa)

Cruzando fronteiras através da biblioteca pública

O ponto de partida para a realização desta pesquisa foi o discurso de crise que levou ao fechamento de algumas bibliotecas públicas estaduais na cidade do Rio de Janeiro. Utiliza-se como porta de entrada para a análise a leitura de algumas das ações culturais que eram desenvolvidas especificamente na BPE, com o objetivo de identificar possíveis lacunas deixadas pela interrupção do seu funcionamento. A coleta de dados ocorreu através da realização de quatro entrevistas. Duas delas foram realizadas com ex-funcionários da BPE, uma educadora e um bibliotecário.

Ingrid Santos, com formação em Letras, foi responsável pela criação da Roda de Leitura, uma atividade de mediação que contava com a participação de um público diversificado, incluindo pessoas em situação de rua que já frequentavam a biblioteca. Mauricio Xavier, bibliotecário, também participou dessa atividade a convite de Ingrid. Nosso primeiro contato com o trabalho desenvolvido pela mediadora se deu em junho de 2017 através de uma matéria veiculada em um telejornal local¹⁴ que mostrava seu empenho em continuar executando a Roda de Leitura por conta própria nas ruas da cidade, já que a BPE tinha encerrado suas atividades. Ao ser indagada sobre como surgiu a Roda de Leitura, Ingrid fala que percebia a presença de “[...] *meninos em situação de rua que iam para ficar nos computadores*” (informação verbal, 2018, Rio de Janeiro), e de outras pessoas que iam na biblioteca apenas para usar o banheiro, para se abrigar da chuva ou ficar sentadas nos sofás. Na época, já havia rumores de que a biblioteca interromperia suas atividades, Ingrid então afirma que pensou em fazer algo para que a biblioteca não fechasse e começou a conversar com estas pessoas com o intuito de saber o que aconteceria com elas caso isso viesse a acontecer.

Maurício Xavier acrescenta que, além da Roda de Leitura, a BPE promovia uma série de ações culturais e que algumas eram propostas por

14 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5944499/>.

membros da comunidade. Ressalta, também, a liberdade e integração da equipe na proposição e realização dessas atividades, que atendiam a públicos diversificados que acorriam à biblioteca. No caso da Roda de Leitura, observou-se a participação de distinto “grupos sociais”, não apenas das pessoas em situação de rua, o que vai ao encontro das colocações de Lessa e Gomes (2017, p. 36), para quem “as diferenças sociais, educacionais ou até econômicas, ao contrário do que se possa pensar, ao invés de excluir podem aproximar”.

Outros destaques dados por Maurício em sua fala mencionam a relevância que a biblioteca pública pode assumir no cotidiano de sujeitos privados do acesso a seus direitos e de como ações como a Roda de Leitura possibilitam “dar a voz” às pessoas em situação de rua, viabilizando a discussão sobre o cenário político.

No contexto em que estes fatos ocorreram, percebe-se nesta atenção às demandas dos usuários uma preocupação em evidenciar a utilidade da biblioteca. Tal atitude é defendida por García Gómez (2012) como uma oportunidade de mostrar aos gestores públicos e à sociedade que as bibliotecas públicas são instituições necessárias e rentáveis do ponto de vista social. Voltando à questão anterior, foi a partir destes contatos, e pensando neles como público-alvo, que Ingrid teve a ideia de criar a Roda de Leitura. A atividade teve início em maio de 2016, totalizando dez encontros dentro da biblioteca e cinco ao ar livre após seu fechamento.

De acordo com Ingrid, a primeira roda começou com a discussão sobre uma música da banda O Rappa “[...] *que fala muito desse universo populacional e descreve muito a periferia, a situação do brasileiro*”, portanto, a intenção “[...] *era trazer a música que faz uma crítica social e trazer para a realidade deles*” (informação verbal). Ela acrescenta que buscava trabalhar a oralidade para dar voz a estas pessoas para que eles tivessem um sentimento de pertencimento à biblioteca. Destaca-se que tal atitude vai ao encontro do pensamento de Victor Flusser (1983), quando recomenda a utilização dos meios de expressão próprios de cada grupo na execução das ações culturais.

Ao ser indagada sobre os efeitos desta ação na vida dos participantes, Ingrid afirma que “*eles perderam um pouco a timidez*” e que “*a partir*

do momento que eles foram incluídos, eles criaram uma relação de pertencimento. A partir desse momento de entrosamento, da inclusão, dos espaços de literatura [...] melhorou muito a autoestima dessas pessoas” (informação verbal, 2018, Rio de Janeiro). Ela também menciona o caso de um participante que retomou os estudos e entrou numa faculdade particular na condição de bolsista, fato que chama a atenção para os efeitos da leitura no cotidiano dos sujeitos.

Crippa (2015, n.p) lista algumas das competências que podem ser cultivadas nos profissionais da biblioteca pública, dentre elas: “competências para negociar com a vulnerabilidade como condição de projeto, através da recepção de palavras que podem ser narrativas de vulnerabilidade que encontram outras palavras já existentes”, e “[...] a proposta de encontros que se tornem ‘espelhos’ para sabermos o que estamos nos tornando, através dos percursos alheios, que permitem que nos pensemos de maneiras diferentes em lugares diferentes.” Percebe-se, portanto, que ao estimular o pensamento crítico através da interação com o texto e com outros participantes, a Roda de Leitura promovia o desenvolvimento da subjetividade e o autoaperfeiçoamento dos participantes, fatores apontados por Cabral (1999) como o principal objetivo das ações culturais. Considera-se ainda que ao privilegiar a dialogia, a troca e o compartilhamento de informações, a Roda de Leitura configura-se como uma ação cultural articulada ao paradigma da apropriação cultural a que se referem Perrotti e Pieruccini (2007 apud GOMES, 2014).

Migração para as bibliotecas públicas municipais?

Os dados coletados na Biblioteca Popular Machado de Assis e na Biblioteca Popular Marques Rebelo foram obtidos através de entrevistas com duas bibliotecárias, bem como através de observações livres. No caso das entrevistas realizadas nas bibliotecas municipais em análise, chegou-se aos seguintes resultados:

Quadro 2 – Resultados das entrevistas

	BIBLIOTECA POPULAR MACHADO DE ASSIS	BIBLIOTECA POPULAR MARQUES REBELO
Ações culturais	Atualmente desenvolve dezessete atividades fixas, dentre elas: -Contação de histórias -Roda de canto e poesia -Encontro de gerações	-Contação de histórias (na biblioteca e em parceria com a Fundação São Joaquim nas comunidades da Tijuca) -Recreação da Memória (atividade que envolve leitura de textos, jogos, brincadeiras, música, dança e teatro)
Elaboração das ações	Propostas por voluntários ou pela gerência de bibliotecas da Secretaria de Cultura	Propostas por voluntários ou pela gerência de bibliotecas da Secretaria de Cultura
Perfil geral dos usuários	Adultos Idosos Estudantes	Adultos Estudantes
Perfil do público que participa das atividades culturais	Adultos Idosos Infantil	Infantil Escolar Moradores de abrigos Moradores de comunidades
Mudanças recentes no perfil dos usuários	Depois do fechamento da BPE, percebe-se a presença diária de moradores de rua	Não se percebe
Usos e apropriações do espaço da biblioteca por parte do novo público	-Uso da internet -Leitura de jornais -Leitura de livros (romances, biografias, livros de guerra) -Uso do banheiro -Beber água	Não se aplica
Ações elaboradas para o novo público	A gerência de bibliotecas está elaborando uma ação e irá capacitar os profissionais da biblioteca	Não se aplica

Fonte: elaborado pelos autores.

Tratando-se das ações culturais existentes nas bibliotecas investigadas, a Biblioteca Machado de Assis realiza um conjunto significativo de ações culturais, contando com dezessete atividades fixas frequentadas principalmente por adultos e idosos. Por sua vez, a Biblioteca Marques Rebelo possuía como atividades fixas apenas a Recreação de Memória e as contações de histórias, que de acordo com a bibliotecária entrevistada tinham como público-alvo o público infantil e escolar. Ela acrescenta que esporadicamente a biblioteca recebia atividades de mediação de leitura voltadas para o público adulto e que na ocasião enviava convites a um abrigo com quem a biblioteca tinha parceria. Do mesmo modo, a biblioteca convidava alunos de escolas parceiras para as contações de histórias. A entrevistada ainda menciona a Fundação São Joaquim como instituição parceira, o que possibilitava a realização de atividades de mediação de leitura fora da biblioteca. Nesse sentido, Cabral (1999, p. 41) destaca que

como a ação cultural permite o desenvolvimento de um leque bastante diversificado de atividades, o agente cultural bibliotecário pode extrapolar e expandir o espaço físico das bibliotecas transferindo-o, eventualmente, para outros locais como praças, centros comunitários, ou mesmo as ruas da cidade, pontos de convergência para reunir a comunidade em geral.

Em ambas as bibliotecas, a elaboração das atividades culturais acontecia de dois modos: através de propostas de membros da comunidade de forma voluntária ou através da gerência de bibliotecas da Secretaria de Cultura. Porém, foi relatado que as atividades que partiam dos voluntários possuíam uma adesão bem maior.

Com relação ao perfil dos usuários mais habituais, de acordo com as bibliotecárias e com o que foi percebido nas observações, a Biblioteca Machado de Assis era frequentada por adultos, idosos e estudantes. Já a Biblioteca Marques Rebelo tinha maior frequência de adultos e estudantes. A entrevista revelou que o perfil do público que participava das atividades culturais era um pouco diferente daquele que as bibliotecas recebem diariamente, como fica mais evidente no caso da Biblioteca Marques Rebelo, cuja programação cultural tinha uma participação maior do público

infantil, escolar e, em algumas ocasiões, de moradores de abrigos ou de moradores de favelas, no caso das ações fora da biblioteca. Em apenas uma das bibliotecas se constatou uma mudança no perfil dos usuários, mudança que de acordo com a bibliotecária ocorreu após o fechamento da BPE, o que levou muitos dos seus ex-usuários para a Biblioteca Machado de Assis. Deste modo, a biblioteca passou a receber pessoas em situação de rua diariamente. Os dados coletados por meio da observação não participante realizada corroboram a declaração da bibliotecária. Durante as visitas às bibliotecas, realizadas entre dezembro de 2017 e março de 2018 (em diferentes dias e horários da semana), verificou-se na Biblioteca Machado de Assis a presença de pessoas em situação de rua, que geralmente eram vistas usando a internet ou consultando livros e jornais, assim como a bibliotecária afirmou posteriormente na entrevista.

Nas observações realizadas na Biblioteca Marques Rebelo não foi possível perceber a alteração no perfil dos usuários, durante o período da investigação. Vale ressaltar que nenhuma das ações culturais realizadas nas duas bibliotecas foi pensada em decorrência do aumento de pessoas em situação vulnerável na cidade. Através das observações também foi possível perceber que alguns usuários utilizam a internet para procurar empregos, fato também relatado pela bibliotecária da Biblioteca Machado de Assis, que afirma ser frequente a solicitação de ajuda para a elaboração de currículos. Esta mesma biblioteca disponibiliza um quadro de avisos cuja principal apropriação por parte dos usuários é a divulgação de serviços ou oferta de produtos, como: aulas particulares, consultoria jurídica, serviços de serralheria, fotografia, estética, entre outros. Enxerga-se como um ponto positivo este tipo de apropriação do espaço da biblioteca, tanto para a busca de empregos quanto para a divulgação de serviços. Trata-se de uma das maneiras possíveis de se atender as necessidades de pessoas em situação economicamente vulnerável. Algumas bibliotecas do norte global já exploram estas possibilidades de maneira mais aperfeiçoada, dispondo de centros de informação sobre empregos em que as pessoas “[...] podem obter informação sobre oportunidades de trabalho e utilizar várias mídias que as ajudam a se preparar para se candidatarem e se submeterem a uma entrevista de recrutamento de pessoal”. (KOONTZ;

GUBBIN, 2012, p. 8) Confrontando a totalidade dos dados com o objetivo da pesquisa, percebe-se que as bibliotecas em questão são de fato procuradas por pessoas em situação vulnerável, portanto, existe uma demanda a ser explorada. Porém, não constatamos nenhuma ação cultural contínua que tenha sido articulada pensando nas demandas deste público. As iniciativas que foram destacadas como potenciais para a promoção do diálogo com essa parcela da população socialmente excluída foram: as parcerias que a Biblioteca Marques Rebelo mantém com o abrigo e com a Fundação São Joaquim que, embora de forma esporádica, permitem a inclusão de pessoas em situação vulnerável em algumas ações culturais; e a apropriação do espaço da biblioteca Machado de Assis para a busca de emprego e divulgação de serviços. A própria presença das pessoas em situação de rua, particularmente na Biblioteca Machado de Assis, denota possibilidades da realização de encontros entre realidades distintas nesses espaços para, potencialmente, transformar a biblioteca pública em um lócus para a garantia e a manutenção de direitos, na medida em que, como foi visto nos casos da BPE e da Biblioteca Machado de Assis, houve uma relativização de fronteiras, mesmo que tímida. Porém, considerando-se que grande parcela da população de rua ou de baixa renda se encontra em situação vulnerável pelo fato de ter sido privada, de longa data, de um conjunto de direitos, sendo colocada à margem da sociedade, a biblioteca pública pode se apresentar como algo inatingível. Rosenwerk Estrela Santos, em texto que trata da importância do livro e da leitura para a inclusão social de jovens da periferia de São Luiz do Maranhão, traz um interessante relato sobre essa relação:

Contraditoriamente, essa nossa falta de leitura se dava aos pés da imponente Biblioteca Pública Benedito Leite no qual suas escadarias serviam de assento para nossas reuniões deliberativas e organizativas. Esse espaço, inicialmente, era uma espécie de lugar inatingível para todos nós. Sua utilização era puramente instrumental. Apenas suas escadarias nos serviam. O interior só era conhecido em tempos de chuvas. Mas estava lá, aberta e à nossa disposição. (SANTOS, 2017, p. 87)

Parte dos esforços necessários para que a biblioteca se configure como um espaço de enfrentamento às vulnerabilidades socioeconômicas passa por ações que deem visibilidade às suas funções. A *Declaração de Múrcia* recomenda que, em tempos de crise, as bibliotecas públicas façam com que a sociedade as perceba como instituição de formação permanente. Conforme exposto por Santos (2015, p. 45-46),

uma biblioteca que se pretenda comprometida com a cidadania, ou melhor, que tenha como princípio o respeito ao 'outro', deve estar atenta às transformações sociais constantes e que resultam em diferentes maneiras de ser, viver e aprender. Nessa dimensão, a biblioteca é vista como um dispositivo de mediação, capaz de contribuir para uma participação cultural mais igualitária.

Se a fabulação é uma necessidade humana e a fruição da literatura um fator de equilíbrio social como defende Candido (2011), a biblioteca pública é um espaço privilegiado para práticas que proporcionem mudanças sociais através do contato com a leitura, pois, nas palavras de Crippa (2015), “[...] a biblioteca é o lugar de acolhimento e de encontro reflexivo sobre os novos significados para afiar as armas contra a vulnerabilidade”.

À guisa de conclusão

Atualmente, o Brasil enfrenta um momento de precarização do mercado de trabalho, aumento das taxas de desemprego, cortes de direitos sociais e, conseqüentemente, aumento da população de rua. Nesse contexto, a biblioteca pública, como instituição que carrega em sua essência uma função social, pode ser um espaço de apoio em momentos de crise. Tendo como objetivo geral verificar de que modo as ações culturais promovidas por bibliotecas públicas situadas na cidade do Rio de Janeiro buscam atender às demandas de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, de sujeitos que estão às margens da sociedade, a investigação aponta que há um longo percurso a ser trilhado, no que se refere aos

processos de inclusão deste público nas atividades culturais. Este estudo revelou, dentro do seu recorte, que, embora as bibliotecas públicas pesquisadas articulem várias atividades culturais, existe uma carência de ações voltadas para as classes sociais mais desfavorecidas. No entanto, não se trata de articular ações exclusivamente para este público, mas há que se pensar em sua inclusão nas atividades já existentes na biblioteca ou fora dela, para que através do encontro com a leitura com outras expressões artísticas, e com outras pessoas, possa encontrar novas possibilidades para suas vidas. Como contribuição ao debate em torno do tema aqui tratado, seria interessante analisar a questão a partir de outro ângulo em uma futura pesquisa, dando voz a este público desfavorecido, de modo a observar as particularidades da sua relação com a biblioteca. Por fim, constatamos que o encerramento das atividades da BPE deixou uma lacuna para o referido público, que encontrava neste espaço algumas maneiras de socialização. Se a biblioteca pública é um espaço de democratização do conhecimento, as suas práticas devem lançar um olhar atento ao seu entorno, identificando novas demandas provenientes das configurações socioeconômicas.

Referências

AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (org.). *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 33-53.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 48-59, 1979.

ARAÚJO, Magnólia Felix de; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil. A produção científica sobre bibliotecas públicas nos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise comparativa entre periódicos nacionais e internacionais. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIRIO, 15., 2016, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos [...]*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 42-44.

Disponível em: http://www.unirio.br/jic/resumos/2016/livro-de-resumos/at_download/file. Acesso em: 2 jan. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BIRMAN, Patrícia *et al.* Tramas e dispositivos urbanos nas cidades contemporâneas. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Marcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (org.). *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 15–29.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39–45.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 169–191.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. *DataGramaZero*, João Pessoa, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/23441>. Acesso em: 27 abr. 2018.

DECLARAÇÃO de Múrcia. Sobre a ação social e educativa em tempos de crise. *Digitum Bibliotheca Universitaria*, Múrcia, 2010. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/47755>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ELIAS JUNIOR, Alberto. A (in)visibilidade da temática bibliotecas públicas no campo informacional brasileiro. In: ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3078/14.%20A%20IN%20VISIBILIDADE%20DA%20TEM%20C3%81TICA%20BIBLIOTECAS%20P%20C3%9ABLICAS%20NO%20CAMPO%20INFORMACIONAL%20BRASILEIRO%20-%20CO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 jun. 2018.

FERNANDES, Natalia Morato. A cultura como direito: reflexões acerca da cidadania cultural. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 32, n. 2, p. 171–182, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/13256/13824>. Acesso em: 22 abr. 2018.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145–169, 1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/1973>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GARCÍA GÓMEZ, Javier Francisco. ¿Crisis? No, gracias. Recetas bibliotecarias en tiempos difíciles: la experiencia de las bibliotecas municipales de San Javier (Murcia). *Mi Biblioteca: La Revista del Mundo Bibliotecario*, Málaga, n. 28, p. 34-42, 2012.

GOMES, Henriette. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, p. 151-163, 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2264/1491>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José Antonio. Bibliotecas públicas en tiempos de crise. *Anuario ThinkEPI*, [s. l.], v. 4, p. 79-86, 2010.

GÓMEZ HERNÁNDEZ. Previsible agudización de la crisis en las bibliotecas públicas durante 2012. *Anuario ThinkEPI*, [s. l.], v. 6, p. 55-61, 2012.

HERNÁNDEZ PEDREÑO, Manuel. Estado de bienestar, pobreza y excusión social. In: CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier; GÓMEZ HERNÁNDEZ, José Antonio; QUÍLEZ SIMÓN, Pedro (ed.). *La biblioteca pública frente a la recesión: acción social y educativa*. Murcia: Ediciones Tres Fronteras; Madrid: ANABAD, 2010. p. 17-51.

GUIMARÃES, Lúcia. Biblioteca de NY vira refúgio durante a crise econômica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 2010. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,biblioteca-de-ny-vira-refugio-durante-a-crise-economica,523708>. Acesso em: 15 maio 2018.

JANOWSKI, Daniele Andrea. A teoria de Pierre Bourdieu: Habitus, campo social e capital cultural. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 8., 2014, Ensenada. *Anais eletrônicos* [...]. Ensenada: UNLP, 2014. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.4639/ev.4639.pdf. Acesso em: 4 jun. 2018.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (org.). *Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/v/a/23076>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 21-44.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca e cidadania. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 13, p. 10-45, 2010. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. n.p. E-book.

PETIT, Michèle. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. São Paulo: Editora 34, 2009.

PNAD contínua. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 28 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23466-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-23-9-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2018>. Acesso em: 2 jan. 2019.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014.

SANTOS, Estrela Rosenwerk. O livro como prática de liberdade e inclusão social: a juventude de periferia e a formação de seres para si no movimento hip-hop. In: FERREIRA, Maria Mary (org.). *Livro, leitura e biblioteca em tempos sombrios*. São Luís: EDUFMA, 2017. p. 85-106.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425/468>. Acesso em: 6 mar. 2018.

SOUZA, Francisco das Chagas. Construindo a cidadania? *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 15-21, 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/1530>. Acesso em: 27 abr. 2018.

UNESCO. Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas. *IFLA, The Hague*, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

A BIBLIOTECA PÚBLICA NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS DESIGUALDADES

Emir José Suaiden e Cecília Leite

O legado do século XX

A criação da imprensa por Gutenberg no século XV foi um marco da história. Tal invento revolucionou a disseminação do conhecimento por meio do livro, que passou da confecção individual para a produção em série, chegando a grandes quantidades. Essa nova realidade barateou a produção editorial e possibilitou a criação e multiplicação das bibliotecas.

A biblioteca pública brasileira do século XX, no que se refere a sua conformação física e presença na agenda governamental, pouco mudou desde 1811, quando foi implantada a primeira biblioteca pública brasileira, em Salvador. Estantes com livros, mesa e cadeira para os usuários e um pequeno balcão para atendimento, ela foi criada por iniciativa da sociedade da época, sem investimento governamental. Sem acervo adequado ao seu público-alvo, sem orçamento para sua atualização e sem políticas que garantissem seu funcionamento de forma adequada, essas bibliotecas seguiram sem grandes modificações.

Numa avaliação menos rigorosa, é possível verificar que a biblioteca pública e a escola nunca foram fatores decisivos para combater as desigualdades sociais, principalmente quando se estuda os legados das duas instituições no século XX. Tanto uma quanto outra não preparam a comunidade para enfrentar os desafios do século XXI, tais como a revolução tecnológica, o mundo globalizado e os adventos da sociedade da informação e do conhecimento.

Nos primórdios do referido século, o livro somente era acessível aos donos do poder, pois não havia indústria editorial nem parque gráfico. O parque gráfico era extremamente oneroso, pois tinha que ser importado da Alemanha, já que, no Brasil, não havia mão de obra qualificada para operar as gráficas. Assim, as edições que chegavam ao Brasil vinham de Portugal e da França para as classes abastadas locais.

Nesse clima propício à criação e ao aumento das desigualdades, a ficção soube retratar adequadamente esse processo. Lima Barreto, escritor oriundo da pequena classe média suburbana do Rio de Janeiro, representou em suas obras cenas quotidianas da República Velha. Em meio a um diálogo sobre a “loucura do Policarpo Quaresma”, há essa notável passagem:

Nem se podia esperar outra coisa, disse o Dr. Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura... Por que ele lia tanto? Indagou Caldas [...] Ele não era formado para que meter-se com livros? [...] Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores. Deveria até ser proibido [...] a quem não possuísse um título acadêmico ter livros. Evita-se assim essas tragédias. (BARRETO, 1960, p. 24)

No transcurso do século XX, o livro e a biblioteca nunca foram vistos como sinônimos de combate à pobreza e às desigualdades. Nesse cenário, as autoridades locais preferiam adquirir o livro encadernado para demonstrar certo nível de inteligência e erudição. Portanto, o livro era mais bem avaliado por sua encadernação do que por seu conteúdo.

Devemos ressaltar que o referido século foi marcado pelo advento da sociedade industrial, em que, principalmente os países considerados do terceiro mundo ou, posteriormente, em desenvolvimento, deveriam priorizar a formação de mão de obra qualificada para diminuir a dependência econômica. A fórmula mais adequada para tanto, era a implantação de uma educação básica de qualidade apoiada por um sistema de bibliotecas escolares e públicas. Nesse período os países que lideraram a Revolução Industrial eram os que apresentavam, também, uma indústria editorial forte e representativa com impacto na formação do público leitor. Essa formação baseada na indústria editorial, na escola e na biblioteca favorecia toda a comunidade e se tornou fator preponderante para a formação de sociedades mais justas e sem tantas desigualdades sociais.

Nos primórdios do século XX, o Brasil vivia uma fase de grande dependência da cafeicultura e da cana-de-açúcar. Os donos do poder eram os fazendeiros mais abastados, enquanto os empregados, em grande

parte, trabalhavam por um prato de comida. Esse fator caracteriza as questões da formação nacional e da disseminação das desigualdades sociais. Somente nas décadas de 1920 e 1930 começam, a surgir as primeiras grandes críticas ao sistema colonial. Na Semana de Arte Moderna de 1922, os intelectuais se reuniram para propor um desenvolvimento cultural nacional que não fosse uma mera cópia dos modelos culturais importados dos países mais desenvolvidos.

A década de 1930 se inicia com o famoso Ciclo Vargas, que teve importantes avanços nas áreas da cultura, da educação, trabalhista e no setor social. A criação do salário-mínimo foi importante para os trabalhadores, como foi importante a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Petrobras. A inauguração da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e a criação do Instituto Nacional do Livro deram um novo alento à cultura brasileira. Nesse período se destacou a figura de Monteiro Lobato tentando conscientizar as autoridades sobre a importância do livro. A cidade de São Paulo deu grande exemplo construindo um prédio numa bela localização para abrigar a Biblioteca Municipal Mário de Andrade que, com recursos humanos qualificados e acervo cultural representativo, passou a ser um modelo para a América Latina. Já o Instituto Nacional do Livro criou duas metas importantes. A primeira foi apoiar o desenvolvimento da indústria editorial brasileira não somente editando obras, mas principalmente coeditando livros em parceria com as editoras privadas, colaborando para o aperfeiçoamento da bibliografia brasileira a fim de diminuir o risco editorial, já que na época as tiragens eram pequenas por falta de compradores e leitores. A segunda meta importante foi a implantação de bibliotecas públicas nos municípios brasileiros; infelizmente, por falta de recursos humanos qualificados, essa meta foi implementada em poucas cidades. O grande legado do Instituto Nacional do Livro foi colocar o livro na agenda do governo, principalmente o livro didático.

Com o livro didático e a merenda escolar, na agenda do governo, foi possível traçar um cenário com menos analfabetos e menor desnutrição infantil. Mesmo com a implantação do Movimento de Alfabetização (Móbral), o Brasil continuou a contar, durante décadas, com alto percentual

de analfabetos e desnutridos. As escolas continuaram sem bibliotecas, apenas como depósitos de livros desatualizados. O sonho de que cada escola tivesse a coordenação pedagógica na biblioteca estava cada vez mais distante. A falta de bibliotecas qualificadas gerou o fenômeno da escolarização da biblioteca pública. A biblioteca pública perdeu sua capacidade de informar a comunidade para apenas servir a clientela estudantil. Os estudantes frequentavam a biblioteca para fazer as tarefas escolares sempre baseados na cópia de dicionários e enciclopédias, aumentando as desigualdades sociais e educativas. Tratou-se de um processo de cópia e nunca de autoria que foi denominado inclusão precária.

A escolarização da biblioteca pública, em face da inexistência de biblioteca nas escolas, levou as bibliotecas municipais a manterem seus acervos e serviços voltados ao atendimento do público estudantil, ou seja, a crianças e jovens que necessitavam fazer pesquisa para seus trabalhos escolares. A limitação no material de pesquisa, a falta de profissionais qualificados para o atendimento, aliadas ao contexto social das comunidades onde está inserida a grande maioria das bibliotecas dos municípios brasileiros, também favoreceram a formação precária dos futuros (atuais) profissionais brasileiros, fomentando a desigualdade social e a inclusão precária desses brasileirinhos.

A inclusão precária é um processo de aumento das desigualdades. Ela acompanha o indivíduo por toda sua existência fazendo com que ele, mesmo que chegue ao ensino superior, terá dificuldades para se tornar um investigador de fato pois não tem o hábito da leitura e não tem o hábito de validar a informação. Essa dificuldade pode levar à utilização do plágio nos trabalhos escolares e acadêmicos.

Entre os autores mais importantes que retrataram o referido período podemos citar Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil*; Gilberto Freyre com *Sobrados e mocambos* e *Casa-grande & senzala*; Rubens Borba de Moraes com *Livros e biblioteca brasileira do período colonial*; Laurence Hallewell com *O livro no Brasil*; e Wilson Martins com o livro *A palavra escrita*, dentre outros. Como a maioria das bibliotecas implantadas nesse período não eram unidades orçamentárias, o acervo era constituído de doações. O local geralmente era improvisado e não havia

recursos humanos qualificados. Isso criou a imagem de biblioteca como local de castigo ou da biblioteca pobre. Os apelos vindos geralmente do exterior não tiveram quase nenhuma repercussão na visibilidade dessas instituições.

Em 1962 foi aprovada a Lei do Bibliotecário. Os primeiros cursos de nível superior priorizavam a preservação do livro em vez da disseminação e da propagação de uma política de leitura. Em um momento em que a informação oral era mais ampla e dominava a difusão da informação, o caminho mais adequado seria a biblioteca pública desenvolver atividades de oralidade, tais como a informação para a cidadania e a informação utilitária. Esse tipo de informação teria maior utilidade para os usuários que tinham na Igreja e na escola suas maiores fontes de informação. Esse quadro somente se modificou na década de 1970, quando começaram a surgir os primeiros cursos de pós-graduação dando prioridade para a ciência da informação. Novos termos passam a fazer parte do vocabulário dos profissionais da informação, tais como: estudos de usuários, segmentação da comunidade, mediação da informação, mediação da leitura, competência informacional, gestão da informação, gestão do conhecimento, dentre outros. Devido à pós-graduação, as autoridades passaram a investir na construção de bibliotecas universitárias, relegando a biblioteca pública a uma posição secundária em termos de prioridade.

No final do século XX, foram identificadas deficiências já comprovadas, como a falta de um público leitor, a invisibilidade das bibliotecas públicas e o distanciamento do livro das comunidades marginalizadas. Depois disso, pesquisas recentes comprovaram que comprar livros no Brasil depende de dois fatores: poder aquisitivo e nível educacional. Esses fatores levam a um afastamento da população marginalizada do livro, que nos países desenvolvidos sempre foi o símbolo mais representativo da cultura.

A maioria dos dirigentes municipais não entende a biblioteca como algo importante, imprescindível ao desenvolvimento da sua comunidade, muito menos fundamental para sua permanência no cargo eletivo que assume. Essa visão, construída ao longo de séculos sem livros, sem bibliotecas de qualidade e sem investimento em infraestrutura informacional,

difícilmente será alterada nas próximas gestões municipais, estaduais e mesmo nacional.

O século XXI e os novos desafios

Nas duas últimas décadas do século XX surgiram acontecimentos que passaram a exigir um novo modelo de biblioteca. A mais contundente delas foi a revolução tecnológica, pois, segundo especialistas, essa revolução possibilita a diminuição das desigualdades com oportunidades iguais para ricos e pobres. No entanto hoje sabemos que tal revolução aprofundou as desigualdades, pois os pobres que enfrentavam dificuldades para ter acesso ao livro passaram a ser chamados de analfabetos digitais e excluídos da Sociedade da Informação. Falta de bibliotecas e deficiências no acesso à internet aprofundaram o problema, sem contar que muitos municípios ainda não contam com luz elétrica.

Ainda que também os pobres, aos poucos e muito devagar, passem a incluir-se no mundo digital, este acesso é da ordem do *tricke down* (a conta-gotas), ou seja, da ordem dos resíduos. A lógica do mercado, por uma parte, barateia o processo produtivo de artefatos digitais, o que certamente facilita a vida dos marginalizados. Mas a mesma lógica reserva implacavelmente as melhores chances para os que já estão inseridos na Sociedade da Informação. Por exemplo, enquanto numa *lan house*, ou biblioteca pública, um adolescente marginalizado pode jogar videogame, o adolescente rico o faz em sua própria máquina em casa, com softwares sempre atualizados e em ambiente seletivo.

O segundo grande acontecimento foi o advento da sociedade da informação substituindo a sociedade pós-industrial. Juntos, sociedade da informação e revolução tecnológica romperam muitos paradigmas, definiram outros, acabaram com muitas profissões e criaram outras, impactando inclusive o perfil das bibliotecas, principalmente das públicas. Informação passou a ser o símbolo de poder e de riqueza. O novo modelo de biblioteca pública deveria conduzir os usuários do impresso ao digital, daí surgem as perguntas: como transformar o usuário dependente

da cópia e da cola para produtor de informação? Mudar o curriculum da biblioteconomia? Acelerar o processo de inovação e modernização nas bibliotecas? Implantar projetos de competência informacional? Dar a palavra para o não público?

A terceira grande mudança foi de que as bibliotecas públicas teriam que enfrentar um mundo globalizado. Sair da comodidade do local para enfrentar uma sociedade globalizada e competitiva não estava nos planos da maioria dos profissionais da ciência da informação. Isso somente seria possível saindo do isolamento e participando ativamente de programas de cooperação através das redes e sistemas de informação, pois o usuário, mesmo estando numa biblioteca pública de um pequeno município, pretende visitar o Museu do Louvre ou ver os grandes pintores no Museu do Prado ou pesquisar as obras raras da Biblioteca Nacional.

A última grande mudança é o que denomino de revolução (ou evolução) das palavras. No século XXI novos termos foram introduzidos nos dicionários gramaticais, palavras que não existiam e que passaram a representar novos desafios para os gestores das bibliotecas públicas. Em 2017 o *Dicionário Oxford* criou a palavra pós-verdade para denotar o processo de contestação da verdade pela mídia e pelas redes sociais pois os relatos sobre os acontecimentos perderam sua referência factual. Trata-se de um ambiente onde os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais para a formação da opinião pública. Esse problema atinge em cheio o acervo das bibliotecas principalmente nas áreas de biografia, história, política etc. Hoje podemos discutir, por exemplo, antigas certezas sobre a guerra do Paraguai e sobre a conduta dos nossos heróis.

Quando falamos no pobre qual é o sentido dessa palavra? Recentemente a Real Academia da Língua Espanhola reconheceu e incluiu a palavra “aporofobia” no idioma. A recomendação foi realizada após anos de pesquisa por Adela Cortina no livro *Aporofobia, el rechazo al pobre*. Segundo ela, no mundo do intercâmbio, os pobres provocam um sentimento de rechaço porque produzem problemas a quem na realidade deseja ajudá-los a prosperar, suscita depreciação se são contemplados desde uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, no melhor

de todos os casos, impaciência para livrar-se deles. Eles são ao mesmo tempo invisíveis e invisibilizados. Nessa questão a biblioteca pública tem que utilizar a informação para a construção da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida, através da geração de emprego e renda. O economista Jeffrey Sachs (2017) distingue três tipos de pobreza: 1. extrema e absoluta, quando as famílias não podem satisfazer as necessidades básicas para a sobrevivência e são incapazes de sair da pobreza sem ajuda externa. Isso só acontece nos países em desenvolvimento; 2. moderada, quando as necessidades básicas estão cobertas, mas de forma precária; 3. relativa, quando a família se situa abaixo da proporção da renda nacional média. Analisando essa situação, chegamos à conclusão de que há necessidade de diminuir as distâncias entre a comunidade marginalizada e a biblioteca pública para possibilitar a ascensão social. Ela deve inclusive priorizar o atendimento aos migrantes haitianos e venezuelanos que chegam ao Brasil com família, sem documentos e sem capacitação profissional.

A palavra do ano de 2018 do *Dicionário Oxford* foi “tóxico”. O vocábulo aparece em duas acepções. Uma, em sentido denotativo, isto é, no sentido de entorpecente (droga). A outra, na acepção conotativa: o poder de deteriorar. Usada como adjetivo, ela transmite a ideia de apodrecimento que se intensifica com o passar do tempo. É o caso do matrimônio tóxico, relação tóxica, amizade tóxica. No Brasil e na América Latina, algumas pesquisas comprovam que os adolescentes marginalizados têm muito mais oportunidade de ingressar no narcotráfico do que participar de programas de capacitação informacional na biblioteca pública. Com isso, milhares de jovens pobres morrem antes de completar a adolescência. Por outro lado, bibliotecas públicas dos Países Baixos já fazem o trabalho com louvor de recuperação desses jovens.

Considerações finais

No século XX, a biblioteca pública foi mais uma instituição voltada para preservar o livro, para organizar o conhecimento sem dispor de mecanismos

para enfrentar os desafios do século XXI. Somente depois da metade do século XX é que se começou a pensar que poderia ser uma instituição importante no processo de ascensão social das camadas menos privilegiadas.

Considerando a forma como o conhecimento está organizado hoje, os desafios mais contundentes para possibilitar a ascensão social são: desinformação, manipulação da informação, *fake news* etc. São realmente grandes ameaças para a biblioteca pública, mas também podem ser vistos como uma grande oportunidade para a instituição obter grande visibilidade e entrar para a agenda do governo. Nesse cenário, cabe a ela determinar o grau de confiança das fontes de informação pois, na maioria das vezes, trata-se de uma batalha ideológica em que a informação falsa ou deturpada atende aos interesses dos grupos que compõem o poder.

Nessa busca pela verdade objetiva, cabe à biblioteca pública papel importante. Em primeiro lugar, a marca da biblioteca pública deve ser a sua neutralidade, juntamente com uma postura imparcial dos profissionais da informação, que serão vitais para viabilizar o livre acesso às coleções e aos produtos e serviços, principalmente na formação de usuários críticos. Afinal, o que representa o usuário crítico numa sociedade da informação/conhecimento? Representa o fim da dependência informacional e da dependência do texto escrito, porque o usuário passa a agregar valor à informação e ao texto escrito.

Entre as ações necessárias para a biblioteca pública combater as *fake news*, a desinformação e a manipulação, devemos destacar:

- 1) Dispor de materiais de formação on-line com exemplos de informação falsa e fontes de informação confiáveis;
- 2) Difundir os serviços de verificação de dados (*fact checkers*) e criar vias de colaboração informacional com a comunidade. Seria oportuna a instalação de um laboratório informacional;
- 3) Criar cursos para detectar notícias falsas;
- 4) 4. Repensar, em todos os níveis, a aquisição de material bibliográfico e eletrônico, dando preferência para as editoras éticas e confiáveis;
- 5) 5. Atualizar o código e as práticas de ética profissional.

Trata-se de um contexto de grandes mudanças e inovações. As estruturas organizacionais das bibliotecas devem ser modificadas e atualizadas tendo em vista os grandes desafios. O bibliotecário tem que ser um grande líder para conscientizar os usuários dos passos que devem ser dados rumo à inclusão na sociedade da informação. Nesse cenário, é possível que a biblioteca pública, devido às crises econômicas que vivemos, não possa continuar atendendo a tudo e a todos. Dar prioridade à geração de emprego e renda e às atividades como o agronegócio, tecnologia, entre outros é necessário para a retomada do processo de visibilidade institucional.

Outra prioridade fundamental para a formação do usuário crítico é a capacitação em competência informacional voltada para combater o fenômeno da informação falsa, ou seja, o usuário com formação para validar a informação. Outra questão é modificar e atualizar velhos conceitos, rompendo paradigmas ultrapassados. Por exemplo, a The Library and Information Association (CILIP), em abril de 2018, modificou sua definição de 2004 sobre a alfabetização informacional (AFIN) para adaptá-la ao fenômeno da informação falsa: a alfabetização informacional é a habilidade de pensar criticamente e de emitir juízos equilibrados sobre qualquer tipo de informação.

A biblioteca pública deve ser a porta de acesso ao conhecimento para a comunidade a que serve. Para tanto tem que oferecer as condições básicas para que seu usuário possa se tornar um leitor crítico, produtor de conhecimento e não apenas copiadador de conteúdos. Deve oferecer meios para manter a educação continuada e o crescimento intelectual, cultural, social e econômico de seus usuários. É necessário formar leitores críticos, que não se limitem a decodificar o alfabeto, mas que sejam capazes de interpretar, ler o mundo e compreender o seu contexto com autonomia, num processo dinâmico em que a linguagem e a realidade se articulem de forma clara.

Portanto, o combate às desigualdades é missão de todas as instituições que trabalham com a educação, a cultura e as questões sociais. A biblioteca pública necessita se reinventar para participar e até liderar esse combate. Nova imagem, novas parcerias, projetos de captação de

recursos e a cooperação internacional são vitais para a formação do usuário crítico, integrado à sua época e ajustado às grandes demandas do novo século.

Referências

- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Círculo Cultural, 1960.
- CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Barcelona: Paidós, 2017.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: José Olympio, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: José Olympio, 1951.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1988.
- SACHS, Jeffery. *El fin de la pobreza y como conseguirlo*. Barcelona: Deusto, 2005.
- SACHS, Jeffery. *La era del desarrollo sostenible*. Barcelona: Deusto, 2015.
- SACHS, Jeffrey. *Building the new American economy: smart, fair, and sustainable*. New York: Columbia University Press, 2017.
- SUAIDEN, Emir José. The social impact of public library. *Library Review*, London, v. 52, n. 8, p. 379-387, 2002.
- SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52-60, 2000.
- SUAIDEN, Emir José. La biblioteca pública y las competencias del siglo XXI. *El Profesional de la Información*, Barcelona, v. 27, n. 5, p. 1699-2407, 2018.
- SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 143-152, 2018.
- SUAIDEN, Emir José; OLIVEIRA, Cecília Leite. *Cultura da informação: os valores na construção do conhecimento*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA E AS DINÂMICAS DO TEMPO

Leonardo da Silva de Assis

Introdução

As bibliotecas estão presentes na história da humanidade desde muito tempo. Registros históricos tratam do acervo da Biblioteca de Alexandria e as suas formas de organização dos materiais. Essa biblioteca tinha como proposta guardar e registrar a produção de sua época com a preocupação de tornar a região da Mesopotâmia um centro do conhecimento. Na Idade Média as bibliotecas passam a ser um núcleo de informações presente nos mosteiros, conventos e castelos. As bibliotecas nesse momento tinham a proposta de guardar pergaminhos e livros, a fim de que a informação estivesse em controle das instituições, principalmente as religiosas. As bibliotecas passam por uma grande transformação na sua forma de trabalho e atuação na sociedade na Idade Moderna com o surgimento do Estado.

O Estado constituído por governo, leis, território, povo e soberania trouxe formas específicas de organização da sociedade. Nesse momento são criados os programas e as instituições para atender a um número maior de pessoas num novo regime de atuação. É quando as bibliotecas públicas como as conhecemos surgem. Elas não são públicas apenas pelo livre acesso das pessoas – temos muitos casos de bibliotecas privadas, como, por exemplo, as comunitárias, que são de acesso público –, mas por atenderem a planos, programas e projetos de uma política de Estado. Outro marco desse momento é a invenção da imprensa. Tal descoberta possibilitou a reprodução e difusão rápida e de baixo custo das informações.

Na Idade Contemporânea o grande volume de informações obrigou os profissionais a criarem formas de tratamento e organização dos documentos. No campo das bibliotecas, em especial as públicas, temos o surgimento dos sistemas de classificação e dos códigos de catalogação. Tais propostas foram absorvidas por grande parte das bibliotecas para

difundir de maneira organizada as informações para um grande número de pessoas. Mas, a partir da Segunda Guerra Mundial, surgem novos processos de informação e comunicação. Os sistemas eletrônicos e, posteriormente, os computadorizados alteram as formas de comunicação e circulação das informações em sociedade. Nesse novo momento, a biblioteca, com destaque para a pública, é colocada em xeque.

Portanto, a biblioteca sempre esteve preocupada em guardar e difundir as informações do seu tempo, num diálogo constante com os avanços da sociedade e suas tecnologias. Nesse momento contemporâneo em que documentos não possuem materialidade palpável, tratamento e organização, questiona-se qual será o papel da biblioteca pública. Para entendermos esse cenário, vamos discutir o conceito de biblioteca pública ao longo do tempo e as novas atuações da biblioteca digital.

A biblioteca pública: forma e conceitos

A biblioteca pública apresenta uma atuação recente na história da humanidade. O seu conceito começa a ser construído a partir da Idade Moderna, com a intervenção dos Estados na vida em sociedade e o florescimento da democracia. A Revolução Francesa e os ideais do Iluminismo contribuíram para a difusão das bibliotecas públicas. Na França, essas bibliotecas surgem para servir aos objetivos do Estado em relação à educação pública. Na Inglaterra, em 1850, foi promulgada uma lei destinando orçamento público para a construção e manutenção de bibliotecas para a população. Conforme Oswaldo de Almeida Jr. (2003, p. 66), essas bibliotecas apresentavam características diferentes das anteriores, sendo “mantidas integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda a sociedade”. Um elemento básico para a constituição de um Estado é a sociedade. Nele se configuram as identidades de uma nação; e, para isso, torna-se fundamental pensar em instituições como, por exemplo, arquivos, museus e bibliotecas que trabalhem com a proposta de universalizar o acesso e o uso das informações e do conhecimento.

Segundo Ângela Salgueiro Pereira:

As Bibliotecas Públicas têm a sua origem no século XIX, século de revoluções e de mudanças político-econômicas, de ascensão do liberalismo e da classe burguesa. Mudanças que vão gerar alterações sociais e culturais decisivas. A educação generalizou-se, o hábito de leitura difundiu-se, o prazer da arte e da música vulgarizou-se. De uma forma progressiva, ao longo deste século, vai-se contrapor à noção do indivíduo como súbdito, a ideia do indivíduo cidadão. Esta nova visão do indivíduo no contexto social e político coloca a tônica na importância da alfabetização, da cultura e da educação que, por sua vez, impulsionarão o desenvolvimento da imprensa e da literatura e o mercado editorial. É, portanto, neste contexto de vulgarização da educação e do acesso à informação que surgem as primeiras bibliotecas ditas públicas. A forma como estas se vão impor institucionalmente em cada realidade sociocultural e política será diferente de país para país, de cultura para cultura. (PEREIRA, 2013, p. 2)

Como apresentado pela autora, as mudanças político-econômicas, a ascensão do sistema liberal junto com a burguesia, a generalização da educação, o hábito da leitura em sociedade, a difusão da arte e da música, enfim, o aumento das preocupações com a educação, bem como com a informação marcam o surgimento das bibliotecas públicas no século XIX. Não podemos esquecer que as bibliotecas públicas que surgem nesse momento visavam atender aos objetivos dos Estados que estavam em formação. Rubens Borba de Moraes apresenta que:

As bibliotecas públicas são velhas como o mundo. Existiram no tempo de Roma, proliferaram na Renascença. Mas foi sobretudo no século XIX que elas se desenvolveram. As ideias democráticas e o choque das ideologias políticas em meados do século passado, não podiam deixar de se refletir nas bibliotecas. (MORAES, 1943, p. 27)

A citação traz importantes características com relação à instalação das bibliotecas públicas e o tempo histórico: a presença de ideias democráticas e o choque das ideologias políticas. Estas foram fundamentais

para a instalação das bibliotecas sob um novo modelo na formação dos Estados, nas diferentes culturas e países.

A partir do século XX as bibliotecas públicas se difundem em todo o mundo. Além disso, a cultura foi colocada junto às preocupações dessa instituição. Rubens Borba de Moraes traz que o modelo de biblioteca pública sofreu grandes contribuições das ideias democráticas norte-americanas. O referido autor apresenta que:

De qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna. A Biblioteca Pública aberta, no sentido que hoje tem, desenvolveu-se com as ideias democráticas norte-americanas. É das contribuições mais relevantes dos Estados Unidos à cultura universal. (MORAES, 1943, p. 89)

A citação deixa claro que o conceito de biblioteca pública aberta ao público consolidou-se a partir do desenvolvimento das ideias democráticas. De fato, acredita-se que a democracia dos Estados Unidos fez emergir com vitalidade esse modelo de biblioteca em sociedade. Emir Suaiden (1980, p. 20) apresenta que as bibliotecas públicas norte-americanas assumiram um papel de grande importância desde 1917. No cenário político-econômico daquele momento, os Estados Unidos era um país fortalecido após a Primeira Guerra Mundial e em pleno desenvolvimento do setor industrial.

No entanto, Emir Suaiden expõe que o momento de grande destaque com relação a esse tipo de biblioteca acontece quando da publicação do *Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas*, em 1949. A seguir, temos um trecho desse documento:

A biblioteca pública é uma mostra de fé que tem a democracia na educação de todos como um processo contínuo ao longo da vida, assim como na atitude de todo o mundo para conhecer as conquistas da humanidade no campo do saber e da cultura. A biblioteca pública é o principal meio de dar a todo mundo livre acesso à soma dos conhecimentos e das ideias do homem às criações de sua imaginação. Sua mis-

são consiste em renovar o espírito do homem, suprindo-o de livros para sua distração e recreio, ajudar o estudante e dar conhecer a última informação técnica, científica e sociológica. A biblioteca pública deve estar fundada em virtude de textos legais, precisos, concebidos de maneira que todos os habitantes de um país possam desfrutar de seus serviços. É indispensável que as bibliotecas procurem uma cooperação entre si para que a totalidade dos recursos nacionais possa ser utilizada plenamente e posta a serviço de qualquer leitor. Há de estar totalmente financiada por orçamento público e não há de exigir aos usuários nenhum pagamento por serviços. Para lograr completamente seus objetivos, a biblioteca pública tem de ser de fácil acesso e suas portas devem estar abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de instrução. (UNESCO, 1949)

Esse documento apresenta algumas características com relação às bibliotecas públicas que servem para conceituá-las. Vemos que as preocupações com relação à democracia aparecem no documento da Unesco ligadas às bibliotecas públicas. Tal colocação concede um espaço e um tempo próprio para esse modelo de biblioteca, como já vimos nos autores que foram apresentados sobre o tema. No trecho é exposto o livre acesso aos “conhecimentos” e às “ideias”, o que garante a esse modelo de biblioteca uma preocupação em não obstruir os usuários do acesso aos saberes produzidos pelo homem. Com relação a sua missão, estão elencados: renovar o espírito do homem, aproveitando os livros para distração e recreio, além das preocupações com os estudantes e com o acesso às produções técnico-científicas. Outra questão fundamental que aparece nessa conceituação de biblioteca pública é a de que deve estar fundada em textos legais, de forma a que todos os cidadãos possam utilizar seus serviços. Além disso, deve ser financiada por orçamento público, sem cobrar de seus usuários pelos serviços realizados. Por fim, que seja aberta a qualquer membro da sociedade.

Vemos que no Manifesto da Unesco há clara preocupação com a educação. Tal proposta foi publicada em um momento no qual os países

estão desenvolvendo sistemas educacionais para diminuir as desigualdades na sociedade. Além disso, vale frisar que esse documento propõe que as bibliotecas públicas deveriam ser constituídas a partir de “textos legislativos precisos”. Com isso, havia a preocupação de que a biblioteca pública fosse entendida como uma instituição pertencente ao Estado.

Em 1972 esse manifesto foi revisado, e as bibliotecas públicas passaram a ser definidas, em síntese, como “instituições democráticas de ensino, de cultura e de informação”. (UNESCO, 1972) Vemos que as preocupações com relação à educação foram mantidas no manifesto, mas ganharam destaque no documento as questões relacionadas à cultura e ao acesso à informação. Dentro desse contexto de revisão do manifesto pela Unesco, Gaston Litton, em 1973, definiu a biblioteca pública como:

A biblioteca pública está a serviço da inteligência e é uma fonte geradora de ideias; nutre o conhecimento e desenvolve entre os membros da comunidade a compreensão e a sólida base de convivência. Está situada de maneira cabal entre as demais instituições e serviços da vida moderna e, a princípio, realiza pesquisas e desenvolve estudos para determinar a melhor maneira de servir à comunidade com seus recursos bibliográficos e audiovisuais. (LITTON, 1973, p. 14, tradução nossa)

Nesse trecho observamos que as bibliotecas públicas se abrem cada vez mais para os serviços prestados à comunidade, constituindo uma “fonte geradora de ideias”. Como anteriormente analisado, a citação destaca que a biblioteca pública está relacionada às demais instituições e serviços da vida moderna. Cabe frisar esse aspecto de serviço que a biblioteca adquire em sociedade. Também, constatamos que os suportes audiovisuais de informação aparecem no trecho apresentado. Tal colocação demonstra que outros materiais ganharam espaço nas bibliotecas públicas, para além do livro impresso, com o desenvolvimento das tecnologias.

Nessa mesma linha de pensamento que apresenta a biblioteca pública como um serviço, Emir Suaiden expõe que:

Na área das bibliotecas públicas, cada vez mais se comprova que esse tipo de prestação de serviços é missão indeclinável do Estado. O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. (SUAIDEN, 1980, p. 2)

No trecho, Emir Suaiden apresenta a biblioteca pública como uma “prestação de serviço” de “missão indeclinável do Estado”. Além disso, ele defende que essa instituição é fundamental para a formação de comunidades autoconscientes. Suaiden está de acordo com as propostas da Unesco e de Litton que definem a biblioteca pública como aquela que interfere na vida da comunidade.

Em 1994, novamente o *Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas* foi revisado, contando agora com a parceria da IFLA. Nesse momento ela passou a ser assim definida: “A biblioteca pública é o centro local da informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento”. (UNESCO, 1994) Dessa forma, vemos que a biblioteca pública ganhou um novo *status* devido às preocupações com as áreas de estudo relacionadas à *informação*, bem como com as mudanças em sociedade com a desmaterialização dos suportes. Além disso, as comunidades nas quais as bibliotecas públicas estão inseridas ganham ainda mais ênfase na nova revisão da Unesco.

Em outro trecho do documento, a biblioteca pública é referida como “porta de acesso local ao conhecimento”. Neusa Dias de Macedo comenta esse trecho:

O Manifesto proclama a biblioteca pública como fator de aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupo sociais por promover acesso ao conhecimento, sendo ainda agente de

paz e bem-estar espiritual para a humanidade. (MACEDO; SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000, p. XV)

A preocupação com o conhecimento, segundo a autora, diz respeito à aprendizagem permanente que favorece a autonomia na tomada de decisões e o desenvolvimento cultural das comunidades. As preocupações em relação à forma de atuação, legislação e orçamento das bibliotecas públicas foram mantidas no manifesto revisado de 1994. Vejamos:

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação. (UNESCO, 1994)

Cabe destacar a inclusão, nessa revisão do manifesto, de que as bibliotecas públicas devem ser componentes essenciais das estratégias políticas para a cultura, do acesso à informação e da educação. Orlanda Jaramillo e Mónica Montoya Rios (2000) discutiram o conceito de biblioteca pública ao longo da história, propondo um novo conceito para o tema, a saber:

A Biblioteca Pública é uma instituição de carácter social (inclui o educativo, informativo e cultural), financiada e regulamentada pelo Estado, cuja finalidade é possibilitar o livre acesso à informação, registrada em um suporte documental, que responda a um critério de seleção e aquisição, para a satisfação de necessidades no plano educativo, informativo, cultural e de uso do tempo livre. Busca-se, com ela, contribuir para o melhoramento da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade (município, vereda ou bairro), para a construção e articulação de relações democráticas, por meio de serviços e programas gratuitos e coordenados por profissionais da área. (JARAMILLO; MONTOYA RIOS, 2000, p. 30, tradução nossa)

A partir daí é possível perceber como as bibliotecas públicas continuam com a proposta de estarem sob a ingerência dos Estados, mas cada vez mais ganham um caráter fundamental para o exercício da cidadania e o melhoramento da qualidade de vida. Partilhamos dessa ideia de que as bibliotecas públicas devem fazer parte das comunidades visando melhorar a qualidade de vida. Acreditamos que essa proposta deve vir sustentada pelo Estado, com o estabelecimento de legislação específica para o setor, com orçamentos próprios para o desenvolvimento das atividades e com a participação de profissionais capacitados para melhor atender aos desejos e necessidades dos públicos.

É interessante observar como a biblioteca pública passa a ser vista como um dispositivo que atua numa esfera de poder entre os Estados e as comunidades. Os professores Edimir Perrotti e Ivete Pieruccini utilizam tal terminologia para tratar das bibliotecas, museus e centros de cultura em seus textos e discussões, quando exploram o tema da infoeducação. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014) Tal percepção do dispositivo tem a sua gênese na obra de Foucault. Para ele um dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244)

Observamos no trecho que um dispositivo é um todo complexo que está presente em diferentes esferas em sociedade. E, ao mesmo tempo em que anuncia discursos e produz sentidos, ele também sofre interferências dos significados ao seu redor – é uma rede. Com isso, um dispositivo cumpre um papel em sociedade, interfere e sofre as interferências do seu contexto. Ou seja, a biblioteca passa a ser vista como um agente que informa, forma e sofre as interferências dos indivíduos que a frequentam. Não é uma instituição passiva, mas, sim, geradora de novos discursos, formas de pensar e ver o mundo.

Em suma, a partir dos documentos apresentados pela Unesco, pelos autores expostos e pelas discussões sobre o tema, propomos uma definição de biblioteca pública que contém as principais características apresentadas. A biblioteca pública é uma instituição gerida pelo Estado que proporciona o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes da humanidade. Fundamenta-se em legislação específica, é financiada por orçamento público, garante igualdade de acesso a qualquer cidadão, sem distinção de nacionalidade, cor, situação social, nível educacional, crenças ou gênero. Visa preceitos democráticos, como o desenvolvimento humano dos que fazem parte da comunidade, por meio de serviços realizados de modo gratuito e coordenados por profissionais da área.

As mudanças na sociedade da informação e comunicação

Ao longo da história a sociedade desenvolveu formas de diminuir as distâncias geográficas e aumentar a velocidade de troca das informações e da comunicação entre os povos. Primeiro, os meios de transporte possibilitaram que pessoas levassem consigo suas histórias e registros entre diferentes povos. Atualmente as informações e a comunicação são transportadas em redes eletrônicas com velocidades cada vez maiores, sugerindo que as barreiras territoriais deixaram de existir. Todas essas mudanças seguiram a lógica da globalização, que, segundo Manuel Castells, integra “o essencial das finanças, da economia, da comunicação, do poder, da ciência e da tecnologia”. (CASTELLS, 2018, p. 129) O autor apresenta que:

Qualquer atividade relevante, em qualquer lugar do mundo, gravita em direção a essas redes nas quais se concentram o poder, a riqueza a cultura e a capacidade comunicativa. (CASTELLS, 2018, p. 129)

Tais redes interconectadas fazem que o cidadão tenha acesso a um sentido comum de universalidade, no qual processos e sistemas de governos adotam formas de atuação padronizadas. No caso das bibliotecas públicas esse cenário não é diferente. Temos uma corrente de novas atuações que buscam interagir de forma global. Isso porque as formas de informação e comunicação se tornam cada vez mais comuns em diferentes locais por meio das redes eletrônicas. O campo de atuação que ganha destaque nesse contexto é o da biblioteca digital.

A biblioteca digital: acervo, preservação e difusão

Uma das principais razões de existir da biblioteca é a formação do seu acervo. Durante anos essa função ficou reservada às técnicas de preservação de materiais como, por exemplo, livros, revistas, discos, entre outros suportes físicos de informação. Paul Conway referenda tal proposta:

Especialistas em preservação de bibliotecas, arquivos e museus compartilham o compromisso de proteger o “material” da cultura em todas as formas e formatos, talvez até incluindo o ambiente construído que abriga a matéria-prima da história (o local) e as evidências que alimentam nossas memórias. (CONWAY, 2010, p. 64, tradução nossa)

Como vimos anteriormente nas modificações realizadas no *Manifesto das bibliotecas públicas* pela Unesco/IFLA (1994), a questão da desmaterialização dos suportes aparece como tema a ser tratado por tais instituições. É interessante notar que essa preocupação aparece no documento na década de 1990, num momento de crescente desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Nesse momento, profissionais da área da biblioteca passaram a discutir em diferentes instituições, principalmente as relacionadas ao universo acadêmico, os assuntos sobre a biblioteca digital. Tal discussão tinha o objetivo de converter de forma veloz o livro e outros materiais impressos do formato analógico para o digital. Além disso, fazer frente ao número crescente de publicações que surgiram nesse novo formato, a

fim de garantir o acesso e a preservação das informações em seus estabelecimentos.

Segundo Michael Lesk (1997, p. 1), uma biblioteca digital “pode ser acessada” e “copiada por todo mundo”. Ou seja, uma biblioteca nesse formato tem a capacidade de atuar muito além dos limites espaciais e territoriais onde está localizada. Nessa perspectiva, a biblioteca digital pode funcionar como um servidor de documentos e informações para que outras bibliotecas e até mesmo usuários possam ter acesso e fazer uso dos diferentes documentos e serviços disponibilizados.

Ramiro Lafuente Lopez apresenta que:

O crescente aumento na publicação e circulação de documentos digitais como texto, imagem e som têm dado lugar a criação de uma categoria denominada biblioteca digital para aludir a ideia da criação e manejo de acervos em formatos digitais. (LAFUENTE LOPEZ, 1999, p. XIX, tradução nossa)

A partir do exposto, vemos que o aumento na produção de documentos em formato digital fez emergir esse tipo de biblioteca. No Brasil, o professor Murilo Bastos Cunha foi um dos pesquisadores pioneiros que consolidou um trabalho sobre a atuação da biblioteca digital. Ele apresenta que esse tipo de biblioteca funciona da seguinte forma:

a) acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede; b) utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas; c) inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação; d) existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo. O percentual de documentos retrospectivos tenderá a aumentar à medida que novos textos forem sendo digitalizados pelos diversos projetos em andamento; e) provisão de acesso em linha [rede] a outras fontes externas de informação (bibliotecas, museus, bancos de dados, instituições públicas e privadas); f) utilização de maneira que a biblioteca local não necessite ser proprietária do documento solicitado pelo usuário; g) utilização de diversos suportes de registro da informação tais como texto,

som, imagem e números; h) existência de unidade de gerenciamento do conhecimento, que inclui sistema inteligente ou especialista para ajudar na recuperação de informação mais relevante. (CUNHA, 2017, p. 258)

Alguns pontos apresentados pelo professor Murilo Bastos Cunha merecem nossa atenção. O primeiro diz respeito ao acesso remoto. A biblioteca digital tem a potencialidade de funcionar de forma dinâmica para atender seus públicos em diferentes localidades e espaços. Não é preciso estar fisicamente na biblioteca para se ter acesso ao livro ou documento. Outro ponto que chama a atenção na citação é a utilização simultânea dos documentos. Esse fator traz uma potencialidade exponencial ao uso do acervo em uma biblioteca, especialmente se aplicado nas bibliotecas públicas pois, dessa forma, não é mais necessário que a biblioteca tenha um espaço físico grande para dispor de um bom acervo. Basta que ela esteja conectada a outros serviços que disponibilizem esses materiais em formato digital para que possa também oferecer esses produtos e serviços. E, finalmente, a existência de uma unidade de gerenciamento do conhecimento que identifique quais são as informações relevantes para o atendimento dos seus objetivos, bem como seus públicos. Tal unidade de gerenciamento seria uma espécie de central de atendimento para canalizar as propostas da instituição e de seus usuários. Christine L. Borgman traz uma relevante exposição sobre a biblioteca digital, sua estrutura e forma de funcionamento. Vejamos:

Bibliotecas digitais são dispositivos eletrônicos de pesquisa, associados a técnicas compatíveis para criação, pesquisa e uso da informação. Neste caso, sendo uma extensão e desdobramento do armazenamento de informações e sistemas de recuperação que manipulam documentos digitais em qualquer meio (texto, imagens, sons) existente, distribuído pela rede de relacionamentos. O conteúdo da biblioteca digital inclui documento, metadados que descrevem os vários aspectos do documento e metadados que remetem os links ou relacionamentos de outros documentos ou metadados, internos ou externos da biblioteca digital. Bibliotecas digitais são construídas - colecionadas e organizadas - para e pela

comunidade de usuários, e sua função 'compatível' fornece suporte de informação necessária e uso da comunidade. Nesse caso elas são uma extensão, realce e integração da variedade de informação institucionalizada como lugares psíquicos onde recursos são selecionados, coletados, organizados, preservados e acessados num suporte para uso da comunidade. Essa informação institucional inclui, entre outros, bibliotecas, museus, arquivos e escolas, mas bibliotecas digitais são também extensão e servem outros tipos de comunidades, incluindo salas de aula, escritórios, laboratórios, casas e espaços públicos. (BORGMAN, 2000 apud TEDD, 2005, p. 19, tradução nossa)

A exposição traz que a biblioteca digital pode conter diferentes tipos de documentos e que as bibliotecas digitais devem incluir os *metadados* que descrevem esses documentos. Cabe destacar que a autora expõe um panorama da biblioteca digital que extrapola o papel local. Ela indica a interação com outras instituições como museus, arquivos, escolas e espaços públicos que serviriam para responder às demandas das comunidades atendidas por esses serviços de informação digital.

Por sua vez, Margarita Pérez Pulido (2005) deixa em aberto a forma de atuação da biblioteca digital:

A biblioteca digital pode basear-se em uma instituição, uma disciplina como matéria, uma profissão ou nação. Não necessita de localização física. Sua existência pode ser efêmera. Está compreendida por quatro níveis estruturais: uma interface ao usuário, redes comunicacionais, fontes de informação e um sistema de serviço de referências. (PÉREZ PULIDO, 2005, p. 81, tradução nossa)

A autora apresenta que a biblioteca digital pode ser uma instituição - ou serviço -, uma disciplina como vemos nas universidades ou uma profissão. Ainda, ressalta que não há necessidade de localização física para a existência de uma biblioteca digital. Além disso, traz que a biblioteca digital precisa de uma interface, que trabalhe em rede com outros serviços de comunicação e que disponha de um serviço de referência.

Tendo em vista a relevância do tema, a Unesco/IFLA aprovou em 2011 o *Manifesto para as bibliotecas digitais*. Alguns trechos desse documento precisam ser analisados:

As bibliotecas são agentes essenciais na promoção da paz e dos valores humanos. As bibliotecas agora operam digitalmente e seus serviços digitais abrem um novo canal para o universo do conhecimento e da informação, conectando culturas através de fronteiras geográficas e sociais.

[...]

Uma biblioteca digital é uma coleção online de objetos digitais, de qualidade garantida, criados ou coletados e gerenciados de acordo com os princípios internacionalmente aceitos para o desenvolvimento de coleções e disponibilizados de forma coerente e sustentável, apoiados por serviços necessários para permitir que os usuários recuperem e explorem os recursos.

[...]

Uma biblioteca digital colaborativa permite que bibliotecas públicas e de pesquisa formem uma rede de informações digitais em resposta às necessidades da Sociedade da Informação. Os sistemas de todos os parceiros em uma biblioteca digital colaborativa devem poder interoperar.

[...]

A biblioteca digital serve como um ambiente para reunir coleções, serviços e pessoas em apoio ao ciclo de vida completo de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informações e conhecimento. (UNESCO; IFLA, 2011, tradução nossa)

O manifesto alerta que as bibliotecas atuam hoje de forma digital. Por isso, ele não distingue tipos de biblioteca, mas engloba todas as instituições nas diferentes esferas da sociedade. Pois esse momento de trabalho das bibliotecas abre novas formas de conectar culturas, sem fronteiras territoriais. Fica claro nesse trecho o caráter cultural que uma biblioteca digital tem. Ou seja, a capacidade de atuação que uma biblioteca digital possui para chegar a diferentes locais e comunidades e para que esses conteúdos sejam compartilhados.

Ainda, o documento explicita um conceito de biblioteca digital. Define que ela é uma coleção *on-line* de objetos digitais, reforçando o papel colaborativo que a biblioteca digital pode desenvolver em parceria com as bibliotecas públicas, de modo a criar uma rede de informações digitais. O destaque desse trecho está voltado para as bibliotecas públicas, já que elas podem desenvolver uma rede de informações com outras bibliotecas para ampliar os seus acervos e serviços.

Por fim, o manifesto cita um “ciclo de vida” que se realiza com a criação, disseminação, uso e preservação da informação e do conhecimento. Cabe realçar o verbo *criar*. As bibliotecas, muitas vezes, são identificadas como responsáveis por preservar e disseminar informações, mas o documento acrescenta que devemos atuar na fase criadora das informações.

Os novos tempos da biblioteca digital

A biblioteca digital é a consequência do desenvolvimento global das tecnologias que atinge nossas vidas de diferentes maneiras. Constatamos que cada vez mais os sistemas eletrônicos e os diversos serviços disponíveis, em especial a internet, caminham no sentido de captar dados e informações pessoais para, posteriormente, entregar uma informação dirigida para o seu público. Yuval Noah Harari (2016) indica que esse processo gera um acúmulo de dados que pode ser utilizado para diferentes fins e que permeia todas as atividades humanas.

As grandes empresas que vendem serviços e produtos na internet exploram ao máximo a coleta de dados dos seus usuários. No universo dos livros, encontramos corporações que, a partir de uma determinada consulta ao catálogo de livros ou em *sites* de busca, oferecem documentos como sugestão de leituras e compras *on-line*. Os sistemas das bibliotecas digitais também atuam dessa forma com, por exemplo, sugestões de leitura e obras.

Tais dados obtidos podem ser utilizados para que os algoritmos dos sistemas possam gerar relatórios sobre hábitos de consumo dos usuários. Mike Ananny (2015) indica que a coleta de dados de usuários nos diferentes serviços ganhou um caráter de “normalidade”. Cada vez mais os siste-

mas sabem das atividades que realizamos em nosso dia a dia, e, com isso, as empresas usam essas informações para a venda de produtos e serviços. No caso das bibliotecas tal questão também pode ser aplicada. Por exemplo, uma biblioteca pública pode a partir das informações pessoais dos seus usuários – e dos mais diferentes gostos – fornecer em seus catálogos obras que sejam de interesse da comunidade onde está inserida.

Com isso, observamos que existe uma confluência entre o interesse da indústria e das bibliotecas em entender o perfil dos seus usuários por meio dos dados que são gerados no uso dos seus serviços. Como bem exposto por José Van Djick (2014), a datificação é um paradigma, um conjunto de informações que podem ser analisadas e que podem influenciar nossas ações e sentimentos. A autora comenta o caso de Edward Snowden e da agência americana N.S.A. sobre o monitoramento de cidadãos baseado em informações *on-line*. Esse cenário pode ser transposto para as bibliotecas digitais. Com sistemas eletrônicos interligados, a consulta de obras e do perfil dos usuários passa a ser cada vez mais possível em uma biblioteca e, até mesmo, por qualquer governo.

Desafios para as bibliotecas públicas brasileiras no ambiente digital

No Brasil, a biblioteca pública é a instituição no campo da cultura mais presente nos municípios. Segundo dados do IBGE, ela pode ser encontrada em 97% das cidades brasileiras. (IBGE, 2015) Em números, há mais de 6 mil bibliotecas públicas, segundo dados publicados em 2015 pela IFLA.¹ Portanto, torna-se fundamental pensar a biblioteca pública com novas frentes de atuação para que ela possa atender aos seus diferentes públicos e, assim, acompanhar as dinâmicas do seu tempo.

No ambiente das bibliotecas públicas brasileiras ainda não temos exemplos relevantes de instituições que disponibilizam bibliotecas digi-

1 Cf. <https://librarymap.ifla.org>.

tais para seu público. Além disso, não temos projetos do Estado em suas políticas culturais que pensem tal proposta de forma integrada. O que encontramos são pequenas ações de bibliotecas públicas que assinam licenças de uso com editoras e consórcios para disponibilizar um catálogo que pode ser acessado durante um período de tempo pela biblioteca e seus usuários.

No entanto, vemos que a preocupação com o tema é candente no país. O Ministério da Cultura (MinC) lançou, em 2018, um edital com o tema “Bibliotecas Digitais”. Este edital tem como objetivo a “seleção de projetos que visem a criação do conceito de Bibliotecas Digitais em Bibliotecas Públicas Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal, no país”. (BRASIL, 2018) Apesar de o objetivo mencionar “conceito”, o edital, em síntese, é uma concessão de recursos para que a biblioteca pública possa adquirir equipamentos, mobiliário e licenças com empresas editoriais para acessar os livros em formato digital. O modelo adotado pelo Edital não foge aos velhos moldes de concessão de livros para as bibliotecas públicas brasileiras – mesmo que elas possam adquirir esses livros dentro a gama de obras oferecidas pelas editoras. Pior, com a finalização dessas licenças de uso as bibliotecas públicas perderiam todo o acervo digital, tornando-se reféns de uma nova indústria do livro.

Na contramão desse modelo, o professor Luis Milanesi propôs no artigo “Biblioteca pública: do século XIX para o XXI”, publicado em 2013, o que poderia vir a ser uma biblioteca pública que atue no universo do digital. O autor apresenta a proposta de uma biblioteca digital brasileira básica que trabalhe de forma integrada com diferentes serviços de informação. Nela estariam contempladas as questões de acervo – estes seriam adquiridos, mantidos e disponibilizados pelos Estados, com a participação ativa da sociedade –, algo presente em seus textos com o uso dos verbos: *informar*, *discutir* e *criar*; (MILANESI, 2003) bem como o trabalho com as informações utilitárias – de interesse público. Estas são geradas e produzidas pelos municípios e poderiam ser parte integrante dessas novas bibliotecas públicas que atuem no formato digital. Dessa forma, constatamos que a proposta de biblioteca pública digital apresentada pelo professor vai além da questão do acervo.

Tal cenário nos põe a pensar como pode funcionar um projeto de biblioteca digital que trabalhe em um sistema integrado de bibliotecas públicas. Como proposta, podemos idealizar que os sistemas estaduais de bibliotecas públicas dos diferentes estados ou até mesmo que o sistema nacional de bibliotecas públicas sejam responsáveis por gerar e administrar bibliotecas públicas digitais nos municípios. Ou seja, a biblioteca pública digital seria um produto do Estado. Outras questões estariam implicadas nessa proposta como, por exemplo, o direito do autor e o mercado editorial, que necessitam de maiores estudos e esclarecimentos jurídicos. No entanto, urge que se desenvolva um projeto de biblioteca digital no cenário das bibliotecas públicas brasileiras, haja vista sua abrangência no campo da cultura nacional e, também, tendo em vista que atualmente as informações são produzidas e consumidas em grande escala nos formatos digitais.

Considerações finais

Vimos conceitos e aplicações do termo biblioteca pública em diferentes momentos em nossa história. Destaca-se a forma dinâmica como autores e instituições buscaram atualizar esse tipo de biblioteca a partir das demandas sociais e das características das diferentes políticas culturais onde estão inseridas.

As tecnologias da informação e da comunicação ganharam uma dimensão global que afeta diretamente a vida das pessoas em seus diferentes aspectos. Nas bibliotecas, o que vem causando impacto nas atividades de trabalho e na interação com o público diz respeito ao formato digital. Discorreremos sobre os conceitos, formas e atuação da biblioteca digital. Elas passaram a ser uma forma de atender as novas demandas dos seus públicos, com a promoção de produtos e serviços que foram potencializados com a desmaterialização dos suportes de informação.

De modo a trazer tal preocupação para as bibliotecas públicas brasileiras, acreditamos que uma biblioteca pública digital deva ser criada, provida e mantida pelo Estado. Tal preocupação se faz necessária para

que aconteça a salvaguarda dos conteúdos digitais, assim como o acesso público e gratuito de materiais já produzidos e outros que virão a ser futuramente.

Assim, vemos que a permanência da biblioteca, em especial a pública, em nossa história está relacionada à sua capacidade de identificar as formas de registro e de assimilação das informações dos seus diferentes públicos ao longo do tempo. Cabe às políticas culturais estarem atentas a essa chave de atuação e criarem formas de acesso e uso das informações nas bibliotecas públicas.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca pública: avaliação de serviços*. Londrina: EDUEL, 2003.
- ANANNY, Mike. Toward an ethics of algorithms: convening, observation, probability, and timeliness. *Science, Technology, & Human Values*, Thousand Oaks, v. 4, n. 1, p. 93-117, 2015.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de Bibliotecas Digitais 2018. *Secretaria Especial da Cultura*, Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/edital-de-bibliotecas-digitais-2018?redirect=http%3A%2F%2F. Acesso em: 9 ago. 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. São Paulo: Zahar, 2018.
- CONWAY, Paul. Preservation in the Age of Google: digitization, digital preservation, and dilemmas. *LibraryQuarterly*, Chicago, v. 80, n. 1, p. 61-79, 2010.
- CUNHA, Murilo Bastos. Desafios na construção de uma biblioteca digital. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 46, n. 3, p. 257-268, 2017.
- FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

IBGE. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura, coordenação de população e indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

JARAMILLO, Orlanda; MONTROYA RÍOS, Mónica. *Revisión conceptual de la biblioteca pública*. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Medellín, v. 23, n. 1-2, p. 13-56, 2000.

LAFUENTE LOPEZ, Ramiro. *Biblioteca digital y ordem documental*. México, DF: Universidade Nacional Autónoma de México, 1999.

LESK, Michael. *Practical digital libraries: books, bytes, and bucks*. San Francisco: Morgan Kaufmann Publishers, 1997.

LITTON, Gaston. *La biblioteca pública*. Ciudad de México: Agencia para el Desarrollo Internacional, 1973.

MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. *Biblioteca Pública / Biblioteca Escolar do país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco*. São Paulo: CRB-8; FEUSP, 2000.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca centro da cultura*. 4. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

MILANESI, Luís. *Biblioteca pública: do século XIX para o XXI*. *Revista USP*, São Paulo, n. 97, p. 59-70, 2013.

MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

PEREIRA, Ângela Salgueiro. *Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução conceitual*. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 21., 2012, Lisboa. *Actas [...]* Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012.

PÉREZ PULIDO, Margarita; MORILLAS, Jose Luis Herrera. *Teoría y nuevos escenarios de la biblioteconomía*. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. *A mediação cultural como categoria autônoma*. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 1 mar. 2018.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. São Paulo: LISA; Brasília, DF: INL, 1980.

TEDD, Lucy A.; LARGE, Andrew. *Digital libraries principles and practice in a global environment*. München: K. G. Saur, 2005.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994*. The Hague: IFLA, 3 nov. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 5 maio 2013.

UNESCO. *Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas*. Paris: Unesco, 1949.

UNESCO. *Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas*. Paris: Unesco, 1972.

UNESCO; IFLA. *Digital library manifest*. Paris: Unesco, 2011. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/digital-libraries/documents/ifla-unesco-digital-libraries-manifesto.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2018.

VAN DJICK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, Chapel Hill, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.671.6043&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

*Hildenise Ferreira Novo
e Marina Brito Rodrigues*

Introdução

As competências em informação apresentam-se como um somatório de conhecimentos, habilidades e atitudes que os profissionais possuem e utilizam para desenvolver o seu trabalho, visando melhorias nos processos de avaliação, acesso e uso das informações. Os bibliotecários, profissionais da informação, tendem a desenvolvê-las em todos os seus processos e métodos de trabalho. Em especial nas bibliotecas públicas, estas competências são mais necessárias ainda, dado o contexto social no qual elas estão inseridas e, conseqüentemente, o público atendido por este equipamento social e cultural.

As bibliotecas públicas são instituições seculares que até hoje resistem pelo reconhecimento social como instrumento de preservação e difusão do conhecimento. Antes vistas como objeto de riqueza entre os povos, as bibliotecas públicas têm como finalidade proporcionar o acesso à informação a todas as pessoas que delas necessitem. Desse modo, configura-se como peça fundamental na sociedade devido à sua representatividade como espaço cultural e social. Nesse contexto, é reconhecido seu valor de promotora do desenvolvimento de ações culturais e fomento ao uso de recursos informacionais e tecnológicos, a exemplo do acesso aos recursos digitais e às redes sociais e, conseqüentemente, à difusão do conhecimento.

Este trabalho pretende discutir a temática das competências em informação e o papel do bibliotecário em bibliotecas públicas, assim como considerações sobre as bibliotecas à luz das competências em informação. A revisão de literatura contribui para a melhor compreensão sobre o trabalho destes profissionais frente às demandas atuais relacionadas ao acesso e uso da informação e às constantes transformações tecnológicas.

Tendo as competências em informação como objeto de análise, esta publicação apresenta uma reflexão sobre o contexto atual da biblioteca pública brasileira, assim como discorre sobre as competências necessárias dos bibliotecários que atuam nestes espaços.

Bibliotecas públicas brasileiras

As bibliotecas públicas são concebidas como espaços de cultura que prestam serviços à comunidade e que preservam o patrimônio da sociedade. Elas se configuram como um dos principais instrumentos de promoção da cultura de uma sociedade diversa.

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo o tipo de conhecimento. [...] a biblioteca pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 18)

Por muito tempo as bibliotecas públicas tiveram caráter educativo, mas atualmente são vistas como instrumento de inclusão social, pois, em tempos de mudanças constantes principalmente na forma de comunicação entre as pessoas, elas abrem as portas à comunidade com atividades além daquelas já ofertadas tradicionalmente, tais como: consulta e empréstimo de material bibliográfico, local de estudo, leitura e pesquisa. É comum encontrar bibliotecas que disponibilizam o acesso à informação através de novos suportes tecnológicos, além de promover atividades culturais, entre outras ações destinadas à população, seguindo o seu caráter de lugar de acesso público à informação.

Para Milanese (1983, p. 58), “a biblioteca pública, como esforço de democratização da leitura, exige, para o seu desenvolvimento, uma consciência da realidade que faz parte e da visão geral que os indivíduos têm

da realidade”. Lessa e Gomes (2017, p. 40) afirmam que “as bibliotecas existem porque existem pessoas, e não somente porque existem livros”. Logo, o acesso à informação nestes espaços deve ser pautado com base nas interações dos indivíduos com o ambiente no qual estão inseridos, nas demandas informacionais e tecnológicas, bem como na produção do conhecimento na contemporaneidade.

No Brasil, as primeiras bibliotecas não eram públicas, mas de ordens religiosas, como as beneditinas, franciscanas e jesuítas. De acordo com Rodrigues (2018, p. 34), “a primeira biblioteca religiosa foi beneditina, criada em 1582, na Bahia”.

A primeira biblioteca pública brasileira é também a primeira da América Latina: a Biblioteca Pública da Bahia. Idealizada pelo *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos*, escrito por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, ela foi inaugurada em 13 de maio de 1811. (LINS, 2016) Em seu histórico de sobrevivência, a Biblioteca Pública da Bahia “resistiu a um bombardeio, a um incêndio e a muitas mudanças de sede”. (LINS, 2016, p. 122) Ainda segundo a autora, a partir de estudos realizados por Suaiden (1979) observa-se que:

as três bibliotecas públicas criadas na sequência foram instaladas também em capitais nordestinas: Biblioteca Pública do Estado do Maranhão (1831), Biblioteca Pública do Estado de Sergipe (1848) e a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco (1852). (LINS, 2016, p. 124)

Conforme levantamento realizado em 2015 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) existem, no país, 6.057 bibliotecas públicas (federais, estaduais, municipais e distritais). As regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número, respectivamente, 1.957 e 1.844 das bibliotecas públicas. Esses números são relativamente pequenos em comparação com a quantidade de habitantes no país, estimada em mais de 200 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De modo geral, o Brasil ainda precisa evoluir em relação ao acesso à leitura e na promoção cultural de bibliotecas voltadas à comunidade. O Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas afirma que

a biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. (UNESCO, 1994, p. 1)

Percebe-se que essas “condições básicas”, em alguns momentos, não correspondem à realidade. As condições de acesso e usabilidade são, muitas vezes, incompatíveis com as demandas do público que frequenta esses espaços. Segundo Rodrigues (2018), não existe, no Brasil, uma política nacional de bibliotecas para estabelecer normas e diretrizes ou fiscalizar a utilização de políticas públicas, visando o fomento e a criação de projetos para estes espaços.

As políticas públicas existentes que são direcionadas ao fomento da leitura e das bibliotecas públicas não são eficazes, pois os investimentos destinados a essas finalidades, geralmente, são insuficientes para contemplar todas as propostas e projetos construídos pelos gestores e seus colaboradores em prol de um melhor acolhimento à comunidade à qual esses espaços deveriam atender.

Além disso, os modelos de busca e os suportes informacionais mudaram. As informações são facilmente encontradas pela internet e podem ser acessadas de qualquer lugar ou em suportes mais atuais, como computadores, *tablets* e celulares. A internet permitiu a expansão das buscas e facilitou o acesso à informação, mesmo que, em alguns casos, essas informações não sejam propriamente as que o indivíduo necessita. Logo, as bibliotecas públicas devem oferecer condições necessárias para que o público tenha acesso às informações tanto impressas quanto digitais, tornando as pessoas capazes de dialogar e interagir de modo igualitário em uma sociedade interconectada.

Diante deste cenário de transformação do acesso à informação, a importância do bibliotecário como agente mediador tanto na facilitação e

construção de mecanismos de difusão e acesso à informação quanto na aprendizagem em bibliotecas públicas de forma direta e indireta, torna-se fundamental. Conforme Gasque (2012, p. 157), “o papel das bibliotecas pode ser enriquecido com a mediação dos bibliotecários nos processos de aprendizagem dos usuários, isto é, mais do que organizar a informação, os bibliotecários devem se preocupar em ajudar os usuários a buscá-la e usá-la”.

Sob este aspecto, a atuação do bibliotecário, profissional da informação, caracteriza-se como essencial para a sobrevivência e manutenção das bibliotecas, especialmente, das bibliotecas públicas, afinal o seu conhecimento e habilidade caracterizam-se como fatores preponderantes no auxílio à seleção das diferentes fontes a serem recomendadas ao usuário que procura informação para atender a sua necessidade social, profissional ou pessoal.

O desenvolvimento de competências em informação e a formação continuada destes profissionais são essenciais para a construção de um novo modelo de biblioteca pública que acompanhe as demandas sociais e as inovações tecnológicas contemporâneas. A análise que segue apresenta as principais definições sobre essas competências e o modo como elas são aplicadas no cotidiano destes profissionais.

Competências em informação

As competências em informação resumem-se em conhecimentos, habilidades e atitudes que a pessoa possui ao buscar, acessar ou utilizar uma informação, independentemente do suporte no qual o conhecimento esteja registrado. Essas competências também dizem respeito ao modo como o indivíduo aprende e interage no ambiente onde está inserido.

Tratar deste tema no Brasil é um desafio, pois os índices de analfabetismo no país ainda são altos e o acesso aos suportes informacionais nem sempre é fácil ou disponível a todos. Daí a necessidade de compreender o que são as competências em informação em bibliotecas públi-

cas, objetivando identificá-las e fomentar atitudes para os profissionais que atuam nestes espaços de informação possam aprimorá-las.

Os estudos sobre as competências em informação têm origem na *information literacy* e tiveram início em meados da década de 1970, quando o bibliotecário Paul Zurkowsky redigiu um documento intitulado “The information service environment relationships and priorities”, apresentando a *information literacy* como um instrumento para a resolução de problemas. (DUDZIAK, 2001) No Brasil, os estudos sobre o tema datam do início dos anos 2000. Nesse primeiro momento eles buscaram analisar não somente os usuários, mas também a formação dos bibliotecários e a utilização de novos suportes informacionais.

É comum na literatura da área encontrar diversas definições sobre o tema. Hatschback e Olinto (2008) afirmam que há vários enfoques para a competência em informação, pois ela aborda “questões como as novas formas de acessar, utilizar, analisar e avaliar a informação, atendendo às exigências atuais do mundo acadêmico e profissional”. Para Dudziak (2003, p. 28),

pode-se defini-la como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

Ainda conforme a autora, a evolução do conceito das competências em informação permite olhá-las sob três concepções ou níveis: “nível da informação: ênfase na tecnologia de informação, nível do conhecimento: ênfase nos processos cognitivos e nível da inteligência: ênfase no aprendizado ao longo da vida”. (DUDZIAK, 2003, p. 30) Quanto ao nível cognitivo, Orelo e Cunha (2013, p. 30) esclarecem que

Esta competência caracteriza-se pelo uso eficiente da informação (identificação das necessidades, localização, recuperação e uso da informação) pelo desenvolvimento cognitivo, isto é, pela compreensão da informação, e pelo aprendizado ao longo da vida.

De modo geral, as competências em informação estão ligadas à forma como as pessoas aprendem e aplicam o conhecimento, afinal em cada indivíduo verifica-se um nível de compreensão. Além disso, a necessidade de ampliação do conhecimento está relacionada à necessidade de a pessoa aplicar o que aprendeu em determinado momento ou tarefa a ser executada.

Os precursores do termo competência em informação no Brasil, segundo Dudziak (2010), foram os bibliotecários na expectativa do desenvolvimento de programas de educação para os usuários de bibliotecas. De acordo com cada nível (informação, conhecimento e inteligência), a biblioteca é vista de modo diferente, mas esses diferentes níveis se associam e produzem resultados a longo prazo.

Belluzzo e Feres (2015, p. 17) apresentam três concepções sobre essas competências, que se resumem em: 1. digital: concepção com ênfase na tecnologia da informação e da comunicação; 2. informação propriamente dita: concepção com ênfase nos processos cognitivos; e 3. social: concepção com ênfase na inclusão social, consistindo em uma visão integrada da aprendizagem ao longo da vida e no exercício de cidadania.

Ter competência em informação significa, em outras palavras, que o profissional já desenvolveu um aprendizado em relação à organização da informação e à forma como encontrá-la e utilizá-la, de tal modo que as pessoas possam aprender com os profissionais da informação. Belluzzo (2003) salienta que cada indivíduo é responsável pela construção de sua própria competência em informação, isto é, a ser capaz de reconhecer as fontes de informação, seus diferentes suportes e formatos, além da capacidade de selecionar, avaliar, interpretar e utilizar a informação que possibilitará a geração de conhecimentos novos. Desse modo, a avaliação é essencial no processo de aprendizagem, permitindo orientar o sujeito na medida em que fornece informações para melhorar sua atuação e aperfeiçoar procedimentos.

Avaliação de competências em informação

Atualmente a informação é um elemento fundamental na formação social do indivíduo. Na concepção de Jesus e Novo (2016), tal importância é percebida nos avanços dos estudos sobre competência em informação pela ciência da informação e comunicação que são alicerçados pelas infraestruturas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e que impulsionam a democratização do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação no âmbito da competência em informação deverá ser uma atividade sistemática e contínua nas bibliotecas, identificando o rendimento dos usuários em nível de satisfação e no que tange ao acesso e uso da informação que atenda às suas necessidades e dos programas destinados a avaliar tal rendimento.

Para conhecer o rendimento dos usuários deve-se primeiramente reconhecer as diferenças na aprendizagem de cada indivíduo, utilizando instrumentos, métodos e técnicas de avaliação que medirão o impacto das informações em sua aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos a fim de avaliar o processo.

Objetiva-se na avaliação de competências em informação a compreensão da satisfação dos usuários visando a melhoria do seu desempenho nos programas e projetos desenvolvidos pela biblioteca e no seu atendimento. Estes objetivos podem se pautar em componentes básicos como: acesso, avaliação e uso, por exemplo.

Quanto ao acesso, o usuário acessa a informação de forma eficaz e eficiente, quando define sua necessidade de busca e localiza através do desenvolvimento de estratégias de busca, encontrando o que necessita.

No que tange à avaliação, esta deverá ocorrer de forma crítica, observando a exatidão e relevância da informação recuperada. Consequentemente, o uso estará vinculado à forma como o usuário aplica a informação de maneira eficaz e criativa, respeitando o uso legal e ético da informação e reconhecendo a propriedade intelectual do produtor do conhecimento.

Seguindo os componentes básicos para a avaliação dos usuários, faz-se necessário a abordagem das competências em informação ne-

cessárias ao atendimento do público a que a biblioteca pública se destina e ao qual estão vinculados os bibliotecários e, principalmente, aos gestores desse equipamento social e cultural.

Competências em informação e bibliotecas públicas

- 1) A excelência na qualidade das atividades desenvolvidas no âmbito das bibliotecas públicas consiste também no trabalho dos profissionais que atuam nestes espaços e, conseqüentemente, nas competências que eles utilizam e desenvolvem. O bibliotecário, profissional da informação e gestor de bibliotecas, tem a oportunidade de trabalhar com as competências em informação em dois sentidos:
- 2) no desenvolvimento das suas competências, a fim de melhorar os aspectos inerentes ao seu trabalho e o ambiente onde está inserido; e
- 3) na mediação e contribuição para o desenvolvimento das competências em informação nos sujeitos que frequentam ou utilizam as bibliotecas públicas.

Percebe-se que a responsabilidade é grande. O desenvolvimento e a aplicação dessas competências devem estar pautados na ética profissional, no entendimento do papel do bibliotecário na sociedade e no comprometimento com a comunidade.

Neste sentido, é possível destacar três aspectos fundamentais para o desenvolvimento das competências em informação nos bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas. Os aspectos são: formação continuada, uso das tecnologias de informação e responsabilidade social.

A *formação continuada* consiste no aperfeiçoamento e continuidade da aprendizagem em todo percurso profissional do sujeito, além do aprimoramento de competências, principalmente das competências em informação desenvolvidas ao longo da vida. O profissional precisa sempre dar um passo à frente e estar preparado para atender as demandas da comunidade.

Belinato, Borges, Silva e Guimarães (2017, p. 2538) afirmam que “a formação continuada é um dos princípios essenciais para o aprimoramen-

to das carreiras profissionais, principalmente para a atualização profissional”. Isso não significa que o profissional, especificamente o bibliotecário, estará sempre na universidade estudando, mas fazendo cursos, se especializando, participando de encontros e eventos da área, dentre outros.

A formação continuada melhora a dinâmica dos processos cognitivos e torna o profissional capaz de identificar, avaliar e transformar o ambiente onde atua. Em bibliotecas públicas, a formação continuada à luz das competências em informação permite ao bibliotecário ter conhecimento sobre a gestão dessas unidades, identificar as necessidades do público e, principalmente, compreender o papel social que tanto o bibliotecário quanto a biblioteca pública possuem em relação à comunidade ao seu redor, contribuindo para a melhoria destes espaços e facilitando o acesso do público à informação.

Saber fazer *uso das tecnologias de informação* é essencial, pois, no cenário atual, o processo de transformação dessas tecnologias é acelerado. E, quanto maior for o conhecimento dos bibliotecários nesse campo, melhores serão os resultados, o domínio e a eficiência no acesso, avaliação e uso dessas tecnologias de informação nas bibliotecas.

Conforme o profissional da informação vai interagindo com a tecnologia, seu conhecimento vai ampliando-se e facilitando seu trabalho com os novos recursos que forem surgindo, o torna o gerenciamento da informação mais eficaz, gerando melhores resultados para quem busca. (ANDRADE; FONSECA, 2016, p. 142)

Além disso, o perfil dos sujeitos que frequentam as bibliotecas mudou ao longo do tempo. Geralmente, são pessoas mais “conectadas” e que costumam buscar a informação em outros suportes, para além dos livros, jornais e revistas em formato físico. Neste caso, o bibliotecário assume o papel de mediador do acesso à informação, promovendo a automatização e a sistematização da biblioteca, possibilitando a capacitação dos colaboradores e do público quanto ao uso adequado dessas ferramentas informacionais e, sobretudo, auxiliando os sujeitos quanto ao uso adequado das informações, sejam elas em suporte físico ou digital.

As competências em informação frente à *responsabilidade social* das bibliotecas públicas e dos bibliotecários na difusão da informação podem ser compreendidas ao analisar o pensamento de Miglioli e Santos (2017, p. 137), quando afirmam que “o acesso à informação é vital para um indivíduo participar plenamente da sociedade, e o oposto também é verdadeiro — a falta de informação contribui para a exclusão social”. Ou seja, assim como a informação e as novas tecnologias informacionais podem ser vistas como ferramentas de inclusão, a ausência delas também pode ser considerada fator de exclusão ou de distanciamento no acesso à informação.

Logo, o bibliotecário tem como compromisso: a compreensão da função social que a biblioteca pública possui na criação de ações culturais que permitam e motivem o público a frequentar estes espaços, bem como saber selecionar e qualificar a informação de que o público necessita. O nível, a quantidade, a qualidade e os recursos de informação podem gerar demandas para além daquelas necessárias aos sujeitos que delas necessitam. Nas palavras de Rodrigues,

O uso das competências em informação para a promoção da responsabilidade social destes espaços torna-se necessário na medida em que os gestores precisam avaliar as informações, estabelecer metas e traçar estratégias de modo a atrair o público e permitir a interação destes com os espaços em questão. (RODRIGUES, 2018, p. 101)

Segundo outro olhar sobre a responsabilidade social à luz das competências em informação em bibliotecas públicas, há a tendência a contemplar grupos específicos que têm contribuído para o aumento da frequência e permanência nas bibliotecas. São os idosos, pessoas com locomoção reduzida, deficientes visuais, deficientes auditivos, dentre outros grupos diversos que utilizam as bibliotecas públicas como ferramenta de acesso à informação.

Nesta perspectiva, ações de acessibilidade em bibliotecas públicas, como mudanças no espaço físico, melhorias na sinalização e compra de equipamentos para leitura em Braille, por exemplo, são mais do que ne-

cessárias, são essenciais para a promoção da cidadania e inclusão social nestes espaços.

Com base nestes aspectos, o estímulo, a avaliação e o desenvolvimento das competências em informação em bibliotecas públicas podem ser vistos como ferramentas para a promoção cultural, aperfeiçoamento do acesso e do uso da informação, e, principalmente, como incentivo ao desenvolvimento social da comunidade.

Considerações finais

Tendo em vista o cenário atual das bibliotecas públicas, a escassez de recursos destinados a projetos que viabilizem melhoria dos espaços físicos, acervos e equipamentos, a ineficiência das políticas públicas para estes espaços e as constantes mudanças tecnológicas, a avaliação e o uso das competências em informação dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas caracterizam-se como fatores essenciais para o trabalho dos bibliotecários e gestores que atuam nesses equipamentos culturais. Afinal, ser competente em informação diz respeito a possuir habilidade, conhecimento e atitude para compreender a necessidade de informação e possibilitar o acesso e uso da informação pelos frequentadores desses espaços.

Profissionais competentes em informação podem mediar o acesso às fontes informacionais, além de promover maior frequência do público às bibliotecas, afinal com os avanços das tecnologias sociais e digitais de informação as pessoas identificam suas necessidades de informação, localizam, avaliam e as utilizam atendendo suas necessidades de cunho cultural, social, educacional e profissional de forma mais rápida. Desse modo, colaborar com a formação da cidadania é tarefa do bibliotecário, mediando e possibilitando uma relação crítica com os conteúdos dos diferentes suportes informacionais e midiáticos.

O bibliotecário, enquanto profissional da informação, necessita desenvolver cada vez mais estas competências a fim de ampliar o seu trabalho e a representatividade social das bibliotecas públicas. A formação continuada permite que estes profissionais tenham acesso às novas

ferramentas de promoção social, já que o uso das tecnologias de informação propicia maior facilidade na recuperação das informações e a responsabilidade social promove o acesso do público às bibliotecas, bem como a conscientização do bibliotecário sobre o papel social que tem na sociedade.

Assim sendo, compreender as competências em informação em bibliotecas públicas sob a perspectiva da formação continuada, do uso das tecnologias de informação e da responsabilidade social corresponde às etapas de promoção do trabalho do bibliotecário nestes espaços informacionais, bem como a aumentar a frequência do público, estimular a leitura, promover a cidadania e trabalhar em função do desenvolvimento social das comunidades por elas atendidas. Afinal, pessoas competentes em informação são as que aprenderam a aprender, porque entendem como a informação encontra-se organizada, sabem como encontrá-la e, principalmente, como utilizá-la.

Referências

ANDRADE, Valéria Beatriz; FONSECA, Antônio Luís. Formação continuada do bibliotecário: a importância da capacitação na área da informática para o profissional da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 124-144, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p124>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BELINATO, Bruna B.; BORGES, Leandro C.; SILVA, Cícera H.; GUIMARÃES, Maria Cristina. A formação continuada do bibliotecário: um prisma multidisciplinar. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 13, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1000/954>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A formação contínua do professor na sociedade do conhecimento. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2003, Araraquara. *Anais [...]*. Araraquara: Unesp, 2003.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões

e interrelações. In: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. *Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação*. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p. 1-35.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2010.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *A information literacy e o papel educacional das bibliotecas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 27 ago. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Biblioteca pública*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília, DF: Editora FCI: UnB, 2012.

HATSCHBACK, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, 2008. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>. Acesso em: 27 ago. 2016.

JESUS, Luís Carlos Batista de; NOVO, Hildenise Ferreira. Avaliação da competência em informação e o processo educacional. In: CONCITEC, 1., 2016, São Cristóvão. *Anais digitais [...]*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016.

LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/30765/17410>. Acesso em: 3 fev. 2019.

LINS, Ivana Aparecida Borges. *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MIGLIOLI, Sarah; SANTOS, Gilmara A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do instituto nacional de educação de surdos. *Revista ACB*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1278>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MILANESI, Luís. *O que é biblioteca*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

ORELO, Eliane Rodrigues Mota; CUNHA, Mírian Figueiredo Vieira da. O bibliotecário e a competência informacional. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 25-32, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12892/9682>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RODRIGUES, Marina B. *Competência em informação – arquivos, bibliotecas e museus: uma análise por indicadores de avaliação*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. *Dados da biblioteca pública*. Brasília, DF: Secretaria Especial da Cultura, 2019. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

SUIAIDEN, Emir José. *Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas*. São Paulo: Lisa; Brasília, DF: INL, 1980.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*. The Hague: IFLA, 3 nov. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

A PESQUISA E A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS

UMA PROPOSTA DE
ABORDAGEM METODOLÓGICA
A PARTIR DO CASO DA
BIBLIOTHECA PUBLICA DA BAHIA
(1811-1818)

Fabiano Cataldo de Azevedo¹
e Frederico Antonio Ferreira

¹ A reflexão para a construção deste advém de uma comunicação que apresentei em novembro de 2014 no I Encontro de Pesquisa em Bibliotecas Públicas, organizado pela UNIRIO. Por outro lado, o foco na Biblioteca Pública da Bahia teve origem no projeto

Entre o aprender a fazer e o aprender a pensar

O renomado pesquisador brasileiro Paulo Freire argumentou em uma de suas obras que “a teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ‘ativismo’”. (FREIRE, 1996, p. 25) A ideia foi expressa originalmente no sentido de demonstrar a necessidade de fundamentação teórica para a ação pedagógica enquanto promotora de uma educação libertadora. Esta premissa colocada para a educação pode muito bem ser apropriada por diversas áreas do conhecimento, como a biblioteconomia, a arquivística e mesmo a ciência da informação.

Sem entrar nas especificidades do modelo pedagógico proposto por Freire, o excerto revela a importância da reflexão sobre o saber fazer, de modo a ampliar a consciência acerca do aprender a conhecer. Em uma sociedade baseada na premissa da separação rígida entre as áreas do conhecimento (MORIN, 1991) ou entre aqueles que pensam e aqueles que executam, (GRAMSCI, 2012) se faz necessário reafirmar, de tempos em tempos, a necessidade de desnaturalizarmos ideias consolidadas e de utilizarmos o senso crítico frente a conceitos automatizados.

de pesquisa Biblioteca Pública da Bahia: a Biblioteca Fénix dos Trópicos, 1811-1818, que desenvolvi, entre 2010 e 2011, como parte do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP), da Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. A chance de rever uma pesquisa feita há dez anos é ímpar. Agradeço ao Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO que me permitiu realizar essa investigação e, claro, à FBN. Agradeço a generosidade e a paciência das Professoras Doutoras Tânia Bessone (UERJ) pelas sugestões de procedimentos metodológicos e Cybelle Moreira de Ipanema (IHGB) a quem eu sempre cerca nos finais de suas palestras para conversar sobre o *Idade D'Ouro do Brasil*. Para essa empreitada, e também devido a sua formação, convidei meu colega Frederico Antonio Ferreira, a quem agradeço conjuntamente às organizadoras desse livro por essa oportunidade e confiança.

Neste espírito, se faz necessária uma maior reflexão acerca dos métodos e processos relacionados à construção da história das bibliotecas, assim como dos arquivos e outras unidades de informações. Discute-se aqui a necessidade de um maior diálogo com a ciência histórica de modo a possibilitar uma reflexão madura e fecunda acerca das teorias e procedimentos que permitam maior senso crítico e maior consciência quanto às formas de construir e conhecer a trajetória de obras e coleções bibliográficas ou arquivísticas.

Bibliotecas, arquivos e centros de documentação são instituições criadas por sociedades determinadas em momentos históricos específicos. Sua concepção, construção, métodos e processos administrativos, assim como sua manutenção e preservação, estão intrinsecamente relacionados ao seu tempo e ambiente político, econômico e social no qual estão inseridos. Desta forma, estudar a trajetória de uma instituição que conserva documentos bibliográficos ou arquivísticos, a formação de seus acervos, sua gestão e, mesmo, as pessoas envolvidas em seu manejo traz à tona uma série de temáticas que estão diretamente relacionados à razão de ser daquela instituição, que em muitos casos a transcende.

Diante disso, mais que relatar as diferentes fases e os distintos períodos pelos quais passou uma instituição de biblioteca ou uma instituição de arquivo, deve-se levar em consideração tanto aspectos estruturais inerentes à sua composição quanto os âmbitos nos quais elas estão socialmente inseridas. Para tanto, se faz necessária uma reflexão sobre as fontes de informação e dados históricos que possam permitir a análise ampliada deste tipo de organização.

Desta forma é preciso analisar, de forma concreta, o fazer historiográfico acerca da trajetória de instituições dedicadas à custódia e ao armazenamento de documentos. Para falar sobre isso, tomou-se como caso os caminhos metodológicos que um dos autores utilizou para a pesquisa sobre primeira biblioteca pública da América Latina, a Livraria Pública da Cidade da Bahia, mais comumente conhecida como Biblioteca Pública da Bahia (BPB).

Este capítulo procura explicitar os métodos e processos historiográficos utilizados na reconstrução da trajetória da BPB. Ao mesmo tem-

po em que buscou recuperar e reconstruir a memória da coleção formadora da primeira biblioteca pública do Brasil, a pesquisa desenvolveu o levantamento histórico de formação do seu acervo, assim como a análise de sua estrutura organizacional.

As histórias das bibliotecas e dos arquivos no Brasil precisam ser mais exploradas por bibliotecários e arquivistas, na mesma proporção que já há alguns anos os historiadores, por exemplo, vêm se dedicando ao tema. Em absoluto, não são perspectivas que se sobrepõem, mas que, ao contrário, se complementam na busca da compreensão desses espaços de produção, circulação e difusão de informação. O conhecimento historiográfico pode oferecer uma visão ampliada das realidades em torno destas instituições, assim como os conhecimentos técnicos dos profissionais da informação podem contribuir através de um ponto de vista mais analítico e funcional acerca dos métodos e processos utilizados.

Para que este texto possa realizar uma contribuição socialmente relevante e tecnicamente responsável, partimos de nossos lugares de fala, como arquivista e bibliotecário de formação e pós-graduados em História, sem pretendemos esgotar um assunto tão vasto quanto a análise de fontes documentais, nem ambicionar oferecer um manual de procedimentos acerca de suas práticas. É necessário refletir sobre as metodologias utilizadas e as perspectivas adotadas pelos pesquisadores ao fazer uso delas. Neste sentido, ainda que o objeto de análise deste texto seja uma biblioteca, parte considerável das reflexões desenvolvidas buscam debater acerca de práticas compartilhadas com outras unidades de informação como arquivos e centros de documentação.

Desta maneira, tendo a BPB como fio condutor, o capítulo está dividido em dois subcapítulos. No primeiro, chama-se a atenção sobre a importância dos conceitos e as mudanças que os significados de termos utilizados em bibliotecas e arquivos podem assumir ao longo do tempo. Mais especificamente, propomos algumas considerações acerca do conceito de *público* no século XIX. Em um segundo momento, busca-se levar a reflexão acerca do uso de documentos de arquivo, governamentais e não governamentais, como fonte histórica na construção da trajetória de uma

coleção bibliográfica, assim como nas práticas administrativas e sobre os sujeitos envolvidos neste processo.

A Biblioteca Pública da Bahia: considerações sobre o conceito de “público”

Com as reformas proclamadas pelo século passado, reconhecida a liberdade do pensamento em suas manifestações, mais vasto campo desdobrou-se perante a inteligência humana, e como todos os outros meios de aperfeiçoamento intelectual, a criação de Bibliothecas Publicas mereceu especial atenção tanto do governo das nações civilizadas, como das sociedades fundadas para promover a prosperidade das letras. Estas ideias de progresso e desenvolvimento intelectual transvoavam o Atlantico e já nos Estados-Unidos, tinham sido erigidas as Bibliothecas de Nova York, Baltimore e Philadelphia, quando na cidade da Bahia se inaugurou a primeira Bibliotheca que abriu as suas portas aos habitantes da America do Sul. (BIBLIOTHECA PUBLICA DA BAHIA, 1878, p. 9, grifo nosso)

Sob o incentivo do coronel Pedro Ferrão Castello Branco, a BPB foi inaugurada em maio de 1811 pelo governador da Capitania da Bahia, Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), o oitavo Conde dos Arcos. Intitulada então como Livraria Pública da Cidade da Bahia,² ela situava-se nas dependências da antiga biblioteca do Colégio da Companhia de Jesus em Salvador, no andar superior da sacristia da catedral da cidade. (SOARES; CARMO; AZIZ; COELHO, 2011)

Diante da necessidade de desnaturalizar conceitos e ideias historicamente consolidados, se faz necessário aqui refletir, ainda que preliminarmente, acerca das ideias de *bem público* e *bem privado* no Brasil da primeira metade do século XIX, e consequentemente, sobre a concepção

2 Sobre o uso de “Livraria Pública da Bahia”, ver Azevedo (2012b).

do que vinha a ser uma *biblioteca pública* no princípio dos oitocentos. Atualmente, a ideia de que algo é um bem público remonta à concepção de pertencimento relacionado ao Estado para o cumprimento de sua função social. (MEIRELLES, 2003) No entanto, tal conceito não é estanque nem perene, ele é historicamente condicionado e localmente adaptado às peculiaridades e necessidades daqueles que o utilizam.

Sobre a importância dos conceitos, o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) argumenta sobre a maleabilidade dos conceitos. Uma palavra se torna um conceito quando seu significado passa também a ser apropriado pelo contexto socioeconômico. Essa apropriação, por sua vez, poderá estar impregnada de metáforas e símbolos.

Bluteau (1728, p. 817-818) com base no latim *Communis* conceitua a palavra “pública” como *Commum*. Já “público” descreve como “os cidadãos, a gente de qualquer lugar. O commum dos homens. O bem publico, o bem do publico [...]” Pinto (1832) conceitua público como “do commum, do conhecido [...]. O povo. A gente de qualquer terra [...]”³

Fazer uma leitura crítica desses significados requer análise do contexto, mas, sobretudo, do que foi a cultura política⁴ da América Portuguesa nas primeiras décadas do século XIX, assim como da própria metrópole, pois elas estavam imersas em um sistema social e político intitulado Antigo Regime. Este se caracterizava, em linhas gerais, pelo fato de que o poder político era centralizado na pessoa do monarca, em uma rígida e hierarquizada divisão social assentada sobre uma economia na qual diversos setores eram controlados por monopólios régios. (TOCQUEVILLE, 1979) No caso específico de Portugal, o Antigo Regime ainda possuía características peculiares como a grande necessidade de apoio das clas-

3 Como pode ser constatado no link nas referências, originalmente o documento não tem número de página ou qualquer outro tipo de indicativo de localização.

4 Compreendemos cultura política como “[...] um conjunto de valores, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado, e inspira projetos políticos direcionados ao futuro”. (SÁ MOTTA, 2014. p. 66)

ses privilegiadas que gravitavam em torno do soberano e dele dependiam. (HESPANHA, 1999)

Neste estado de coisas, a ideia de público estava ligada à concepção de algo que não pertencia a um indivíduo em específico ou ao rei (como no caso da Biblioteca Real). A compreensão de bem público era consideravelmente distinta do conceito pós-Iluminista de posse estatal em nome do interesse coletivo ou do bem de todos os indivíduos. (HESPANHA, 1986) Ao se falar de uma livraria pública, que posteriormente seria intitulada biblioteca pública, postula-se que estava se referindo ao fato de não possuir um dono específico nem ser uma biblioteca real – ela era mantida com as assinaturas de diversos sócios. (SOARES; CARMO; AZIZ; COELHO, 2011)

Tendo essa perspectiva clara sobre a composição da BPB e os métodos e processos utilizados em sua gestão, buscou-se pesquisar uma série de documentos arquivísticos e bibliográficos que permitem entender o contexto de criação da BPB e sua função social. Foram utilizados registros existentes na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) acerca do tema, especialmente na seção de obras raras, seção de manuscritos e seção de periódico. Tal abordagem permite estabelecer uma perspectiva para compreender tanto os elementos formais presentes neste fato histórico quanto os informais ou não oficiais.

Documentos arquivísticos como fontes para a história do livro e da biblioteca

Entre os tipos de documentos que foram utilizados para a pesquisa sobre a BPB, destacamos três impressos produzidos pela tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, e um manuscrito: *Catálogo dos livros que se achão na Bibliotheca publica da cidade da Bahia*, impresso sem data com 54 páginas e com a lista de 745 itens descritos em ordem alfabética, tomando por base os títulos e os autores das obras; um manuscrito, com título próximo, *Catálogo dos livros que se acham na Livraria Publica da*

cidade da Bahia,⁵ com 95 folhas e que descreve um total de 1.235 obras, ele se propõe a apresentar todos os livros pertencentes a BPB; *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos*, impresso de um página e datado de 1818. Por fim, o periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, que circulou na cidade de Salvador entre os anos de 1811 e 1823.

Em linhas gerais, as fontes históricas são todo objeto material ou imaterial deixado pelo ser humano que possa servir de base para a construção do conhecimento histórico. (SILVA; SILVA, 2009) Neste sentido, pinturas, esculturas, construções, fotos, vídeos, histórias, tradições, narrativas e demais registros de transformação humana do ambiente são tidos atualmente como meios, que sob diferentes abordagens, métodos e técnicas permitem estudar o homem e sua cultura no tempo. (BLOCH, 2001)

Entre todas as possibilidades de fontes históricas disponíveis, uma das mais intensivamente utilizadas é aquela relacionada a documentos escritos. Considerando como documento toda e qualquer informação ou dado registrado materialmente em um suporte, (ARQUIVO NACIONAL, 2005) seu processo de pesquisa envolve prospecção, coleta, análise e interpretação. Por sua antiguidade e pelas diferentes formas de abordagem, a noção de documento foi alvo de intensos debates e revisões nos últimos séculos.

O lugar ocupado pelo documento textual no decorrer dos últimos séculos oscilou entre concepções que entendiam os documentos como testemunhas fidedignas e privilegiadas da história, (COULANGES, 1901 apud LE GOFF, 1990) passando por pontos de vista que a relativizavam como versões tendenciosas sobre fatos passados, (CERTEAU, 1982; FOUCAULT, 2004) ao entendimento deles como um elemento a mais entre diversos outros que deve ser criticamente entendido. (LE GOFF, 1990) Portanto, a pesquisa histórica em documentos foi percebida de diferentes maneiras e ocupou níveis de relevância distintos dentro da historiografia.

5 A metodologia para o estudo dos catálogos impressos e manuscritos, bem como os desafios para a leitura dos títulos, já foram exaustivamente debatidos anteriormente. (AZEVEDO, 2012b, 2015)

Para se alcançar um dimensionamento adequado, coerente e crítico acerca das fontes documentais, se faz necessário um conjunto de metodologias e procedimentos que o tornem possível. Entendendo as bibliotecas como constructos sociais, a pesquisa de documentos históricos relacionados a essas instituições é uma ferramenta que possibilita a problematização deste tipo de organização como prática social, permitindo perceber rupturas e permanências ao desnaturalizar ideias pré-concebidas, práticas instituídas e tradições consolidadas. (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009)

Em muitas ocasiões, pesquisadores dedicados ao estudo histórico de instituições de custódia de acervos bibliográficos e arquivísticos, quando buscam trazer à luz a trajetória destas organizações, deparam-se com o delicado e sutil limite entre a apologia da memória institucional e o questionamento radical de toda a sua trajetória. Neste sentido, é condição *sine qua non* entender que os registros documentais confeccionados com regras de produção, tramitação, recepção e arquivamento próprios - e que chegaram até nós - trazem discursos que expressam uma relação de poder e que pretendem difundir imagens, pontos de vista, projeções elaboradas por seus redatores e/ou pela instituição que os mantém. (CASTRO, 2008)

Um documento não pode ser, portanto, analisado de maneira isolada. Por estar inerentemente relacionado a um contexto social específico, ele traz em seu bojo um conjunto de orientações políticas, econômicas e culturais que legitimam alguns indivíduos ou grupos sociais e que, por outro lado, silenciam outros. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009) Por isso, se faz necessária uma reflexão acerca dos aspectos interdisciplinares que envolvem a existência de uma unidade de informação e a busca por compreendê-la em seu contexto. A interdisciplinaridade aparece aqui como um modo de aplicar diferentes pontos de vista sobre as fontes utilizadas e a problemática tratada nelas.

Diante do estabelecimento de marcos temporais e geográficos, da definição do objeto pretendido, dos objetivos estabelecidos e dos problemas encontrados, o estudioso coteja as fontes documentais e bibliográ-

ficas pretendidas, definindo assim um corpo documental que lê, maneja, recorta e organiza intelectualmente. (CERTEAU, 1984)

Tais ações devem possibilitar um estranhamento entre aquele que pesquisa e o objeto pesquisado, de modo a permitir a desnaturalização e o despojamento de ideias pré-concebidas, concepções estabelecidas e mitos tomados como verdades absolutas. Assim, tornamo-nos abertos à multiplicidade de possibilidades que a trajetória de uma unidade de informação pode oferecer ao pesquisador, e aos modos de ela ser e estar em seu tempo e espaço próprios.

A história possível por trás dos catálogos de uma biblioteca

Entre os historiadores, já há algum tempo os catálogos impressos de bibliotecas institucionais ou particulares têm sido utilizados como fonte para, entre outros vieses, compreender as dinâmicas desses lugares e a formação das coleções. Todavia, entre bibliotecários ainda são pouco utilizados com essa finalidade de compreender métodos e processos de organização dos livros próprios da época em que uma dada coleção foi criada.

Catálogos são registros que têm a função de servir como instrumentos de pesquisa e recuperação da informação, reunindo descrições pormenorizadas de documentos que se organizam por critérios como: tema, cronologia, por nomes ou lugares; (ARQUIVO NACIONAL, 2005) este conjunto de características faz deles uma fonte histórica importante, um documento secundário. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008) Levando em consideração a importância dos instrumentos tanto para as bibliotecas e arquivos em seu cotidiano quanto para a compreensão da trajetória desta instituição em seu tempo e ambiente próprios, buscou-se analisar e interpretar tais elementos sob uma perspectiva ampla.

Se, por um lado, os catálogos de biblioteca (isto sem citar as possibilidades dos catálogos de fichas) tornam-se fontes de informação não só

sobre as coleções existentes, (CAIN, 1936) por outro, ajudam no entendimento do modo como os agentes envolvidos na aquisição, organização e difusão pensavam o acervo e as formas de uso que se pretendia fazer deles. (AMADO, 1997; DOMINGOS, 1998)

Como exemplo de pesquisa, os catálogos podem ser estudados em conjunto com o objetivo de compreender a história da formação de determinada biblioteca, como também podem ser objeto de pesquisa *per se* em investigações sobre a história das práticas de organização do conhecimento. O que levaria, num sentido ampliado, para a própria história da biblioteconomia e dos bibliotecários.

Ainda sob essa perspectiva, existe um grande número de análises que podem ser feitas pelos pesquisadores que se valem de instrumentos de busca e recuperação da informação como fontes históricas. Dentro dos ditames para se compreender a produção intelectual dos envolvidos na elaboração, construção e manutenção de unidades de informação dentro de seu contexto histórico e cultural, se faz necessário rigor metodológico e, mesmo, mais uma vez, uma abordagem interdisciplinar. A comparação pura e simples de métodos de organização contemporâneos com aqueles utilizados no processo de organização de bibliotecas históricas aproxima o estudioso do risco do anacronismo.

Para posicionarmos adequadamente as bibliotecas em seu lugar e tempo próprios, instrumentos constitutivos destas instituições, quando existentes, podem oferecer importantes dados e informações sobre as intenções e justificativas expressas por aqueles envolvidos em sua realização. Se entendermos os documentos oficiais escritos de forma crítica, eles podem ajudar o pesquisador a entender o contexto de criação da instituição e problematizá-lo. Portanto, é possível realizar um estudo fundamentado e relevante acerca da organização e representação do conhecimento registrado em documentos bibliográficos, sem necessariamente fazer-se uma análise extemporânea destes.

Os catálogos permitem observar uma série de informações importantes e socialmente pertinentes, como as concepções gerais acerca do universo, do mundo, da natureza e do homem próprias de sua época. Desta forma, se faz necessária também uma análise mais cuidadosa e

contextualizada quanto aos manuais existentes para a realização de tal atividade.

Seja para estudar uma coleção ou um catálogo, uma das vias possíveis é se cercar de referências que iluminam o contexto de determinado período estudado. Um exemplo é o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* (1865), mas sobretudo o *Table méthodique*, ambos de Jaques-Charles Brunet.

Valendo-se dos princípios de organização do conhecimento postulados no século XVII pelo filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), Jaques-Charles Brunet (1780-1867), bibliófilo e escritor francês, notabilizou-se por publicar em 1810 uma longa listagem de livros raros que seriam importantes de se possuir em uma biblioteca, o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. Tal compêndio foi um guia importante para livreiros, colecionadores e bibliófilos, sendo utilizado por mais de um século na Europa. (BARBOSA, 1969)

Para além do valor de posse dos livros como objetos denotativos de erudição, se fizeram necessárias a sistematização de métodos de busca e a recuperação da informação. Brunet, em 1865, editou novamente seu *Manuel* com um anexo contendo regras de organização dos livros em cinco grandes classes - teologia, jurisprudência, história, filosofia e literatura - o *Table méthodique*. (BARBOSA, 1969). Embora houvesse outros repertórios bibliográficos publicados entre os séculos XVI e XVIII, acredita-se que Brunet tenha sido o mais utilizado durante o século XIX. Mesmo duramente criticado por teóricos como Namur (1834), o sistema composto por Brunet influenciou, em grande medida, os avanços posteriores das formas de organização e representação do conhecimento, como as propostas por Harris em 1870 e por Dewey em 1876. (ALMEIDA; CRIPPA, 2009)

Para realizar um estudo fundamentado acerca da organização e representação do conhecimento registrado nos instrumentos de busca da BPB, foram analisados dois conjuntos específicos de obras existentes.⁶ Valendo-se dos critérios utilizados por Brunet, Silva (1974) cotejou os li-

6 No caso da BPB, Brunet é, inclusive, citado como método de organização, no Biblioteca Publica da Bahia (1878).

vros de história no catálogo impresso; posteriormente Azevedo (2015) fez o mesmo com os livros de medicina.

Nesse sentido, se Azevedo (2015), que é bibliotecário, consultasse para tal procedimento o Código de Classificação de Dewey ou o Código de Classificação Universal muito provavelmente chegaria a um resultado errado devido à exclusão de livros que hoje não seriam classificados no rol de livros de medicina. Para estudar bibliotecas como o Real Gabinete Português de Leitura, Bessone (1999), Schapochnik (1999) e, depois, Azevedo (2008a) tiveram no *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* a via metodológica para seus trabalhos.

Isto posto, é possível perceber que ao desenvolver uma pesquisa sobre a coleção de uma biblioteca histórica, se a abordagem utiliza catálogos anteriores ao nosso tempo, é adequado se cercar de instrumentos coetâneos à temporalidade estudada.

Na pesquisa sobre a BPB, o *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos* (1818) funcionou como um documento administrativo que se somou aos dados advindos do catálogo impresso para estruturar a forma como o acervo havia sido construído.

De modo a adequá-lo ao seu tempo, procurou-se analisar este registro escrito tendo por base fontes bibliográficas que permitissem interpretar o processo de gestão e organização de bibliotecas, assim como a formação e desenvolvimento de coleções próprios do século XIX. Em especial, destaca-se uma série de obras que permitem perceber elementos tidos como importantes na formação e administração de coleções nos oitocentos. Entre elas destacamos:

- 1) CONSTANTIN, L. A. *Bibliothconomia: o nueno manual completo de 16el bibliotecas*. Traducido del frances por D. Dionisio Hidalgo. Madrid, 1865.
- 2) COUSIN, Jules. *De l'organisation 16e d'administration 16el bibliothèques publiques 16e privées: Manuel théorique & pratique 16e bibliothécaire*. Paris: A. Durant et Pedone-Lauriel, 1882.
- 3) PEIGNOT, Gabriel. *Manuel 16e bibliophile, ou traité 16e choix 16el livres...* Dijon: chez Victor Lagier Libraire, 1828.
- 4) PETZOLDT, Guilio. *Manuale*. Milano: Vecchiarelli, 1894.

- 5) NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque...* Paris: F. Targa, 1627.
- 6) SPOFFORD, A. R. Binding and preservation of books. In: DEPARTMENT OF THE INTERIOR. BUREAU OF EDUCATION. *Public Libraries in the United States of America: their history, condition and management.* Washington, DC: Government Printing Office, 1876. 2. v.

Alguns desses livros possuem relevância e constituem parte de um conjunto de referências para a história da biblioteconomia e dos bibliotecários, pois foram parte da bibliográfica básica da formação bibliotecônica desde a École Nationale des Chartre ainda no século XIX até a Biblioteca Nacional no início do XX.

No caso do Brasil, para estudos sobre a história das bibliotecas criadas pelo menos até o final do século XIX, esses livros auxiliam na compreensão da lógica da formação e desenvolvimento de uma coleção, na organização de uma biblioteca da estrutura física até a constituição do corpo funcional. Há algo que sutilmente podemos depreender desse tipo de pesquisa, a saber, a história das práticas biblioteconômicas e, junto com ela, a origem de determinados procedimentos que por anos foram (e que às vezes ainda são) utilizados nas nossas bibliotecas contemporâneas.

Foi a partir desse método que Azevedo (2008a, 2008b) conseguiu identificar os parâmetros para a formação da coleção do Real Gabinete Português de Leitura, do mesmo modo que mapeou os meandros da formação da BPB entre 1811 e 1818. (AZEVEDO, 2012a, 2012b) No entanto, há que lembrar que não se pode descuidar da crítica aos documentos e aos conceitos, pois as armadilhas são muitas.

As análises feitas até aqui de documentos escritos oficiais permitem vislumbrar aspectos importantes do processo que levou tanto à construção quanto à formação e organização da BPB, assim como ao papel social que seus criadores pretendiam que ela desempenhasse. Contudo, os ideais estabelecidos e as intenções declaradas trazem, muitas vezes, tacitamente propósitos silenciados que podem ser bastante dis-

tintos daquilo que foi efetivamente desempenhado e do modo como era socialmente percebido.

Fontes como o plano de criação ou os catálogos são importantes por constituírem um *corpus* documental fundante sobre a BPB; todavia, não ajudam a estabelecer um cenário mais concreto do contexto social da formação desta biblioteca para mostrar os demais atores envolvidos neste processo.

Assim como em outras instituições, unidades de informação são constituídas *por* pessoas e *para* pessoas. É uma exigência aos pesquisadores voltados a essa temática que se distanciem da supervalorização institucional, da visão hiperbólica acerca de seus próceres ou dos eventos épicos a eles relacionados. Ou seja, se faz necessário pensar em métodos de pesquisa que estejam atentos aos dados considerados marginais, residuais, aos vestígios que as fontes deixam transparecer. (Ginzburg, 1990)

Justamente no processo de construção teórica e prospecção de diferentes fontes é que essa confluência interdisciplinar se mostra fundamental, pois é no âmbito do paradigma indiciário da pesquisa histórica que normalmente o trabalho com distintas fontes se torna um diferencial importante. A prática interpretativa é, antes de mais nada, a prática de indagar as fontes. Isso requer do pesquisador a adoção de uma perspectiva que dê voz aos diferentes atores envolvidos, a fim de perceber as múltiplas causas e distintos efeitos deles contidos.

No intuito de dar voz a outros atores sociais e de deixar transparecer a percepção não oficial acerca da BPB, elegeu-se os artigos jornalísticos presentes no periódico *Idade d'Ouro do Brazil*, que circulou na cidade de Salvador entre os anos de 1811 e 1823. Sob os auspícios do governador-geral da Bahia, o Conde dos Arcos, o noticioso caracterizava-se por defender o absolutismo monárquico português e por trazer, ocasionalmente, matérias de cunho científico e tecnológico. (OLIVEIRA, 1999) Tido como um jornal de linha editorial conservadora, ele foi importante neste processo por trazer matérias relativas à BPB.

Esse perfil oficial e próximo ao governo torna este periódico muito próximo a outros do mesmo período no Rio de Janeiro, como a *Gazeta*

do Rio de Janeiro. Fundado em 1808, o periódico circulou até 1822 e era publicado duas vezes por semana pela Imprensa Régia – também recém-instalada. Redigido por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e editado pelo frei Tibúrcio José da Rocha, também tinha forte cunho governamental e veiculava principalmente notícias vindas das Europa acerca dos processos de emancipação das colônias espanholas na América. (MEIRELLES, 2008) O fato de que tanto o *Idade d'Ouro do Brasil* como o *Gazeta do Rio de Janeiro* serem jornais patrocinados pelo governo português fez com que a interpretação os considerasse como periódicos “áulicos”.

Sob esta perspectiva, se faz importante também considerar a forma como o pesquisador escolhe expor e comunicar-se com o leitor, pois “a maioria das sequências históricas pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes”. (WHITE, 1994, p. 102) Esta comunicação não é simplesmente um ato de retórica, mas diz respeito ao problema da sua recepção e assimilação. (LEVI, 1992) Desta forma, as escolhas realizadas pelo pesquisador no decorrer do processo de investigação e aquelas voltadas à sua forma de apresentação estão intrinsecamente relacionados e são igualmente importantes.

Considerações finais

Como dito anteriormente, não é ambição deste trabalho esgotar a temática acerca de fontes e métodos de análise para o estudo de bibliotecas e coleções históricas. A investigação sobre a história das bibliotecas possui, com certeza, outras possibilidades, como é o caso das marcas de proveniência. Como condução para este capítulo, foi utilizada uma pesquisa desenvolvida há mais de dez anos em que se procurou apresentar o percurso metodológico percorrido. Por isso, em alguns momentos este texto se aproxima de um relato de experiência.

O fato de que grande parte dos profissionais envolvidos com a pesquisa e gestão de bibliotecas históricas ou que contenham obras de valor histórico não sejam necessariamente historiadores não impede que estes se valham do instrumental historiográfico para melhor conhecer e

difundir a riqueza de seus acervos e coleções. É possível considerar que o amadurecimento que materializou a necessidade de produzirmos um trabalho dessa natureza foi possível pela formação na pós-graduação, pela prática de orientação e pela avaliação de trabalhos acerca do tema. Tal cenário pode revelar-se estimulante a outros profissionais da área, oferecendo questões metodológicas semelhantes. É importante lembrarmos, mais uma vez, que este é um texto inicial cujo objetivo é apenas apresentar uma possibilidade de ação em meio a um conjunto de outras possíveis.

A pesquisa retrospectiva de bibliotecas ainda é um eixo pouco explorado pelos profissionais da área no Brasil. A história dos livros e das bibliotecas tem sido uma senda frequentemente trilhada por historiadores. Muito facilmente, aqueles que se dedicam a esta área tendem, por outro lado, a procurar entender o contexto de criação de uma unidade de informação sob a perspectiva das novas tecnologias ou sob o ponto de vista das epistemologias contemporâneas. Diante disto, muitas vezes há o risco de análises sem fundamentação teórica adequada, sem estruturação técnica coerente e, conseqüentemente, sem a relevância social que justifique tal esforço. Assim, o conhecimento adequado do passado acerca das bibliotecas, arquivos ou centros de documentação antigos pode permitir àqueles envolvidos uma compreensão apropriada do estado de coisas atual em que está inserido e, a partir daí, estabelecer critérios e estipular perspectivas para o futuro.

Essa é uma das razões para reforçar que os atores diretamente ligados a elas podem direcionar cada vez mais suas pesquisas para a história das bibliotecas. Não se trata em absoluto que, em relação a outros profissionais, nosso olhar é mais preciso ou de direito - como lamentavelmente ainda há quem pense -, mas apenas uma visão complementar e sob outros vieses.

Frequentemente, a investigação sobre a história das bibliotecas traz consigo a história da biblioteconomia e dos bibliotecários, com suas práticas e formação. Por isso, é muito importante que a disciplina História das Bibliotecas não seja tão negligenciada como tem sido no Brasil, uma vez que deveria estar na parte propedêutica do curso de biblioteconomia.

Esse cuidado com a difusão do conhecimento construído acerca de bibliotecas e arquivos históricos é uma contribuição importante para transcender a separação naturalizada entre aqueles envolvidos com a gestão de acervos e coleções e aqueles dedicados à reflexão e análise destes. A disponibilização de pesquisas e reflexões sobre estas coleções permitem uma concepção crítica das práticas cotidianas, ao mesmo tempo em que leva ao pensamento contextualizado das teorias dentro de seu espaço, tempo e recursos próprios. Logo, se faz necessária uma mudança de mentalidade que entenda a teoria para além do verbalismo, assim como a prática para além do ativismo. (FREIRE, 1996)

Com certeza nós, bibliotecários, arquivistas e cientistas da informação, temos clareza da resposta à questão “para que serve a biblioteca pública?”. No entanto, muitos ainda não têm essa clareza. Publicações como esta, que reúne trabalhos com diferentes abordagens, são formas pedagógicas de levar a outros públicos as múltiplas funções da biblioteca pública. Nesse processo, a pesquisa sobre a história desse e de outros tipos de biblioteca, assim como das demais unidades de informação, é relevante e fundamental pois contribui para alicerçar os pilares do nosso passado e, com isso, até mesmo reforça os laços identitários que por vezes se perdem ao longo do caminho.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 203-225.

ALMEIDA, Marco Antonio; CRIPPA, Giulia. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, 2009.

AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da biblioteca-livraria à biblioteca-catálogo na Espanha dos Austrias. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 9, p. 23-44, 1997.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 20-31, 2008a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2017.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A importância dos instrumentos auxiliares de seleção: considerações da literatura do século XIX e usos no Real Gabinete Português de Leitura. *DataGramaZero*, João Pessoa, v. 9, n. 4, 2008b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6329>. Acesso em: 20 mar. 2017.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012a. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1390>. Acesso em: 20 jan. 2017.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A Livraria Pública da Bahia: consumo e circulação de livros na Salvador no século XIX. *Livro: Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, São Paulo, n. 2, p. 295-315, 2012b.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. A circulação de livros de medicina na Livraria Pública da Bahia, 1811-1818. *Circumscribere*, São Paulo, n. 15, p. 19-34, 2015. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/circumhc/article/viewFile/23629/16928>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BARBOSA, Alice Príncipe. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BIBLIOTHECA PUBLICA DA BAHIA. *Catalogo Geral das Obras de Sciencias e Litteratura que contem a Bibliotheca Publica da Provincia da Bahia organizado pelo seo bibliothecario Antonio Ferrão Muniz*. Bahia: Typographia Constitucional, 1878. v. 1.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino [...]*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. 8. v. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018. Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 6 ago. 2018.

BRUNET, Jaques-Charles. *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*. Paris: Firmin Didot Frères, 1865. v. 6. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2093541/f22.image>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CAIN, Julien. Préface. In: LEDOS, Eugène-Gabriel. *Histoire des catalogues des livres imprimés de la Bibliothèque Nationale*. Paris: Éditions des Bibliothèques Nationales, 1936. p. X-XX. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1516265j.image>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DOMINGOS, Manuela. *Livraria de Dom José da Silva Peçanha: do colecionador à Biblioteca Pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HESPANHA, Antonio Manuel. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, Lisboa, n. 8, p. 35-60, 1986.

HESPANHA, Antonio Manuel. O debate acerca do “Estado Moderno”. In: TENGARRINHA, Jose (org.). *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 133-145.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAMSCI, Antonio. Homens ou máquinas? In: MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2012. p. 669-671.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 509–524.
- LEMONS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia e Sociedade*, Recife, v. 21, n. 3, p. 353–357, 2009.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 133–162.
- LINS, Ivana Aparecida Borges. *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Oficial, mas nem tanto. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 28, 2008.
- MILANESI, Luís. *Biblioteca*. Cotia: Ateliê, 2002.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- NAMUR, Jean Pie. *Manuel du Bibliothécaire: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*. Bruxelles: Chez J. B. Tircher, 1834.
- OLIVEIRA, José Carlos de. As ciências no paço de d. João. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1999.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9–10.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/>

acervo_digital/div_obrasraras/or1409900/or1409900.html#page/1/mode/1up.
Acesso em: 17 maio 2017.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808–1821). *Revista de História*, São Paulo, v. 48, n. 97, 1974.

SOARES, Francisco Sérgio Mota; CARMO, Laura Berenice Trindade; AZIZ, Carmem Lúcia Cabral; COELHO, Sizaltina dos Santos. *A Biblioteca Pública da Bahia: dois séculos de história*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

TOLLENARE, Louis François. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1979.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

RELAÇÕES ENTRE A BIBLIOTECA PÚBLICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

CENAS DO PASSADO E DO
PRESENTE, PERSPECTIVAS
PARA O FUTURO

Ivana Lins

A biblioteca pública no Brasil

O país que detém índices preocupantes no campo da educação e da cultura, por razões ligadas ao seu processo histórico de desenvolvimento, ao mesmo tempo foi o precursor na criação e manutenção da primeira biblioteca pública da América Latina, a Biblioteca Pública da Bahia, criada em 13 de maio de 1811, um marco importante para o acesso à informação de caráter público.

Registra-se que esse processo de criação da biblioteca não partiu do Estado, mas sim de um cidadão baiano, que apresentou um documento ao então governador da Capitania da Bahia, o oitavo Conde dos Arcos, d. Marcos de Noronha e Brito. Nesse documento havia uma série de justificativas para a criação daquela biblioteca, entre elas a preocupação por ofertar os tesouros do saber:

[...] Conhece nosso Augusto Soberano que o maior bem que póde fazer aos seus Vassallos, aquele que nunca se tem recebido das Mãos Benéficas do Principes Justos, e Virtuosos He facilitar-lhes, e promover todos os meios da pública, e particular instrucção [...]. Padece o Brazil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idas com os Escritores da Europa, e para se nos patentearem os thesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quaes nem se poderá conservar as idéas adquiridas, e muito menos promovelas a beneficio da sociedade. (SOARES et al., 2011, p. 17)

Assim, no início do século XIX a sociedade brasileira reivindica a instalação de um espaço público voltado para preservação da produção intelectual da pessoa humana. Um serviço que permitiria ao público o acesso democrático a esses conteúdos. Sabe-se que, naquela ocasião, ainda era muito reduzido o número de pessoas alfabetizadas no país, sendo que

o universo de leitores que frequentavam a biblioteca baiana era formado por homens com certo poder aquisitivo que buscavam na biblioteca os assuntos técnicos, públicos e jornais. As mulheres leitoras dessa época liam no ambiente familiar os romances e manuais práticos.

Na Biblioteca Pública da Bahia, não há registro do momento em que as mulheres passaram a frequentá-la, porém tem-se o registro de quando elas começaram a integrar o corpo funcional da instituição.

[...] O número de funcionários não cresce na mesma proporção: para atender ao numeroso público, eles são apenas catorze em 1922, passando a dezenove em 1927, quando são admitidas entre as auxiliares, Ligia Moraes Barbosa Gomes e Laudelina Santos Figueredi, as primeiras mulheres do seu quadro funcional. (SOARES et al., 2011, p. 101)

Foram 116 anos de serviços prestados à comunidade sem que as mulheres atuassem no lugar. Esse dado, embora possa estar relacionado às questões de gênero (que não é o objeto deste trabalho), expõe também o atraso verificado no país em promover mecanismos de alfabetização em massa, o que possivelmente também colaborou para a ausência das crianças e mulheres na biblioteca.

Já na segunda metade do século XIX, é patente que seu público é formado sobretudo por estudantes, principalmente os da Faculdade de Medicina, que vão à procura de livros específicos da sua área, como por exemplo *Anatomia do homem*, de Bourgerie, e os da Faculdade de Direito, que buscavam livros de jurisprudência, principalmente de Direito Civil e Criminal, enquanto os demais consultam sobretudo os de Literatura Brasileira. (SOARES et al., 2011, p. 105)

A Biblioteca Pública da Bahia (BPB) atendia a um público de estudantes integrantes da elite local. A grande massa da população se manteve distante dos ambientes públicos de leitura por longos anos, visto que só muito lentamente o processo de alfabetização se introduziu no país. Registra-se que até o ano de 1882 80% da população brasileira era analfabeta. Somente a partir dos primeiros anos da república é que

as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento social e político do país, de acordo com os ideais do regime republicano. A partir dos anos de 1930, com o processo de unificação, em nível federal, de iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional. (MORTATTI, 2010, p. 330)

Em tese, a leitura e a escrita devem ser extensivas a todos, mas ainda sobrevêm como um obstáculo histórico, não transposto totalmente no Brasil contemporâneo. Destaca-se que, em um cenário muito mais adverso, no ano de 1919 foi entregue à população baiana a sede própria da Biblioteca Pública da Bahia.

Em 1920, em exposição apresentada na passagem do cargo de governador para José Joaquim Seabra, Moniz de Aragão ressalta como a maior obra do seu governo a construção da sede própria da Biblioteca Pública e enaltece a importância das bibliotecas públicas por considerá-las *instrumentos valiosos da instrução popular e portanto factores poderosos de evolução científica moral e social de qualquer povo enviado ao diretor da biblioteca*. (SOARES et al., 2011, p. 96, grifo do autor)

Assim, tem-se que no século XX foram construídos dois prédios para sediar a BP na Bahia, embora em muitas cidades do país essas bibliotecas funcionem em construções improvisadas.

Essas duas construções, a primeira inaugurada no ano de 1919 (e já demolida) e a segunda e atual sede inaugurada no dia 5 de novembro de 1970, sinalizam que governantes baianos se preocuparam em criar, construir e entregar à comunidade um prédio para funcionar a BP, mas

que outros recursos tão necessários para o seu funcionamento não receberam o mesmo empenho.

A princípio, o governador, radiante preside o ato, depois de receber inúmeros elogios pela nova realização. A situação se modifica, porém, quando o diretor começa seu vibrante discurso: afirma que os bons governos dependem da inteligência, do preparo e da capacidade de seus dirigentes [...] alega que os políticos não entendem o papel da Biblioteca e do bibliotecário que a deve dirigir [...]. Por fim, faz um apelo ao governador: *que votasse um crédito de 15:000\$00rs. Para aquisição de livros para a Biblioteca.* (SOARES et al., 2011, p. 95, grifo do autor)

Observa-se que algumas queixas feitas pelo diretor da BPB no ano de 1919 ainda permanecem como reivindicações atuais feitas por gestores de muitas bibliotecas públicas brasileiras no presente e estão relacionadas à falta de recursos.

O processo de construção de uma biblioteca deve prescindir dos conceitos e práticas biblioteconômicos visando o seu pleno funcionamento. O prédio, por mais confortável que se apresente, sempre dependerá de recursos financeiros para atualizar processos e serviços.

O projeto de bibliotecas públicas deve atender satisfatoriamente não apenas ao público e à conservação do acervo, mas ainda às políticas públicas, aos serviços de gestão da informação, a usos de interesse social e mais atualmente à manutenção e divulgação de novas mídias, que se encontram em constante processo de inovação. (SOUSA, 2012, p. 22)

Na história da BPB registram-se muitas dificuldades para a criação e manutenção de uma política de crescimento e atualização do acervo, de manutenção física do prédio e da contratação de pessoal, conforme narrado por Soares et al. (2011) no livro *A biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história*. Tais fatos, por certo, se repetiram em outras cidades do país e estão relacionados com a falta de um projeto brasileiro para as BP.

No Brasil, os primeiros estados a criarem bibliotecas públicas em suas capitais estão localizados na região Nordeste, conforme nos apresenta Suaiden (1980). Após a fundação da biblioteca baiana, tem-se ainda no século XIX a criação da Biblioteca Pública do estado do Maranhão no ano de 1831; a Biblioteca Pública do estado de Sergipe em 1848; e a Biblioteca Pública do estado de Pernambuco em 1852. As demais bibliotecas instaladas nos estados brasileiros tiveram sua fundação já no século XX; e importantes capitais do país só inauguraram bibliotecas públicas estaduais muito recentemente.

Embora próximas geográfica e culturalmente, as bibliotecas criadas no Nordeste brasileiro quase nunca desenvolveram projetos de modo coletivo, demonstrando a falta de articulação entre elas e a pouca conexão entre os profissionais da área da biblioteconomia que gerenciam esses espaços. É válido lembrar que as políticas públicas são construídas a partir das demandas sociais e que a limitada interlocução entre os profissionais visando à troca de experiências impacta diretamente o modo como as políticas são elaboradas.

Mas é fato que as bibliotecas públicas do país se mantiveram isoladas ou distanciadas umas das outras, principalmente, por não serem capazes de romper as barreiras das estruturas burocráticas do Estado e por não construírem canais para a troca de conhecimentos entre si. De modo geral, o poder público tem-se mantido presente, promovendo a abertura de novas BP, porém, poucas são as condições oferecidas para que elas se desenvolvam e desempenhem a sua missão.

As políticas públicas voltadas para as BP não se limitam à construção dos prédios, aliás, construir prédios sem dotá-los do sentido e missão da biblioteca pode se tornar um problema e não uma solução para a comunidade.

As ações para que os serviços atendam a todos indistintamente é importante. Nesse sentido, vale lembrar que os anos 1930 apresentaram iniciativas originais no campo educacional e cultural do país.

É nesse contexto que o escritor modernista Mário de Andrade, ao assumir o Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo, depois denominado Departamento de Cultura (DC), entre 1935 e

1938, apresentou propostas avançadas no campo da cultura que alcançaram as BP. Mário de Andrade desenvolveu dois projetos: Sociedade de Etnologia e Folclore (SEF) e Missão de Pesquisas Folclóricas (MPF), concebidos com o objetivo de resguardar a cultura brasileira.

São projetos de nítido cunho político e que persistem na atualidade, como as bibliotecas infantis, que pretendiam estimular o hábito da leitura em crianças. A biblioteca circulante (ônibus-biblioteca) tinha como objetivo levar livros a populações sem acesso a esse material, em lugares remotos da cidade [...]. Também pretendia oferecer através das bibliotecas populares, em bairro de baixa renda, livros, cursos e palestras. Esse projeto não chegou a ser implementado. Entretanto, ressalta-se o caráter político da tentativa de ampliar a oferta de cultura e erudição das populações menos abastadas. (SANTOS, 2012, p. 174)

O setor das bibliotecas do DC foi assumido pelo bibliotecário e bibliófilo Rubem Borba de Moraes, que propôs e realizou projetos envolvendo bibliotecas infantis, circulantes e populares. Havia a pretensão de que as experiências empreendidas alcançassem o interior do estado de São Paulo e que fossem para além dessas fronteiras, atingindo outros estados brasileiros, “primeiramente São Paulo e depois todo o Brasil seria transformado pela cultura”. (RAFFAINE, 2001, p. 35)

A experiência inovadora paulistana liderada por Mário de Andrade e Rubem Borba de Moraes durou três anos e foi interrompida por mudanças no comando do governo local, mas as bibliotecas infantis e a biblioteca circulante são modelos que foram colocados em prática naquela época e que persistem até o presente. Mas essas ações não se transformaram em políticas públicas, o que é grave considerando-se que a leitura é um importante meio de transformação do sujeito, devendo ser cultivada desde a infância.

Pode-se considerar que a iniciativa do DC reverberou nos modelos de bibliotecas e serviços bibliotecários na cidade de Salvador. Primeiro, a criação de uma biblioteca infantil, inaugurada no ano de 1950, denominada de Biblioteca Infantil Monteiro Lobato e que concretizou um grande sonho

da bibliotecária e professora Denise Tavares, uma mulher preocupada em atrair as crianças para o mundo leitura. A segunda iniciativa foi a implantação da Biblioteca Ambulante, um serviço de extensão da BPB, que, ao ser criada no ano de 1974, contava com quatro veículos e que no ano de 1977 teve sua frota ampliada para dez carros que atendiam bairros mais distantes do centro da cidade e com grandes carências de serviços públicos, dentre eles um carro-biblioteca. Este projeto rendeu um prêmio da Unesco à coordenadora de Bibliotecas da Bahia (hoje denominado Sistema de Bibliotecas do Estado da Bahia), para a bibliotecária e professora do curso de biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Kátia de Carvalho. A láurea permitiu que a coordenadora de Bibliotecas da Bahia realizasse um curso fora do país, além de destinar para a biblioteca baiana equipamentos com tecnologias de ponta da época.

Em um país com extensas dimensões territoriais e com uma pluralidade cultural tão significativa, é possível encontrar modelos variados de bibliotecas públicas em funcionamento, a exemplo das bibliotecas da floresta que são bibliotecas especializadas em assuntos e autores da Amazônia e do Acre, e que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável, “reunindo e colocando à disposição dos pesquisadores e da sociedade as informações e as experiências do governo e dos movimentos socioambientais”. (BIBLIOTECA DA FLORESTA, 2019)

Mas pergunta-se: os povos do agreste nordestino possuem um modelo de biblioteca que os represente? E os pampas, o cerrado, os quilombolas e os povos indígenas? É possível que existam iniciativas isoladas em que as BP reforcem as questões identitárias locais, porém essas iniciativas inovadoras, se existem, não chegam até a academia para contribuir com a formação de novos saberes.

Assim sendo, é necessária a construção de um modelo de BP que atenda à diversidade cultural brasileira, que acompanhe os avanços do seu tempo e que dialogue com a comunidade onde está inserida. O Manifesto da Unesco de 1994 destaca como a primeira missão de uma BP “criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância” (UNESCO, 1994).

Nesse sentido, as BP deveriam compor os programas educacionais e culturais do país, integrando objetivos e metas que demonstrem a sua aderência à leitura e à escrita da população. Um grande passo para que esse distanciamento seja minimizado integra o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), um programa instituído no ano de 2006 que foi discutido e elaborado principalmente por representantes do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, dentre outros setores da sociedade. O PNLL se estrutura em quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e comunicação; e desenvolvimento da economia do livro.

Depois de treze anos de sua estruturação, finalmente o governo federal instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita por meio da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, conhecida como Lei Castilho.¹ Essa lei, em seu art. 1º, determina que: “fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil”. E no seu parágrafo único define de quem será a responsabilidade por implementá-la:

A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas. (BRASIL, 2018)

Fazer com que a Lei Castilho se torne efetivamente em uma política pública dependerá do poder público (ministérios, estados e municípios), mas também da participação ativa da sociedade civil, fiscalizando e cobrando a sua aplicação. Nesse sentido, destaca-se que bibliotecárias(os) devem se manter atentas(os) para a fazerem cumprir as metas propostas para a biblioteca, o livro, a leitura e a escrita, e para que sejam efetivamente mecanismos para a conquista da cidadania.

1 A Lei Castilho tem sido chamada dessa forma em homenagem ao seu maior idealizador: José Castilho Marques Neto, que foi secretário-executivo do PNLL e que ajudou a escrever o projeto de lei.

Bibliotecas públicas e as políticas públicas

No ano de 1937 o governo de Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde. O INL passa a estimular a expansão das BP pelo país, dotando-as de publicações que o próprio instituto edita, conforme definido pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que estabelece os movimentos para institucionalizar uma política no campo da produção e circulação do livro, integrando-o a uma biblioteca pública. De acordo com o artigo 6º do referido Decreto-Lei:

As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a ele filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo. (BRASIL, 1937)

Por décadas, as ações do Estado se limitaram basicamente a implantar e distribuir livros para as BP. Na década de 1970, a partir da criação do Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – órgão ligado ao INL – é que os primeiros passos são dados para que haja uma articulação entre as bibliotecas do país, porque também nesse momento nasce no âmbito das capitais brasileiras o modelo do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), responsável por nortear ações das BP nos estados brasileiros, principalmente, com a destinação de recursos financeiros e de pessoal a serem custeados por cada governante local.

Segundo Soares et al. (2011, p. 143), na Bahia no ano de 1970 é “sancionado o Decreto nº 22.103 que cria o Sistema de Bibliotecas do Estado da Bahia”. Com esse dispositivo legal tem-se a troca do nome da entidade Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) para Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB), devido às novas competências que a BPEB passou a assumir: “executar o programa da rede de bibliotecas, dentro do planejamento da Divisão de Bibliotecas”.

O decreto que regulamenta o Sistema de Bibliotecas Públicas é revogado pelo Decreto nº 23.944, de 1974 [...]. Nesse mesmo ano, com a aprovação do Regimento, através do Decreto nº 24.198, de 12 de agosto, a Divisão de Bibliotecas passa a denominar-se Coordenação de Bibliotecas, e a Biblioteca Central do Estado da Bahia deixa de ser o órgão executor do sistema, vindo sua estrutura reduzida. (SOARES et al., 2011, p. 144)

Contudo, a discussão em torno da construção de um sistema de bibliotecas para o país começa a ganhar destaque no ano de 1976, quando na cidade de Salvador acontece o primeiro Encontro Nacional de Cultura. Saliente-se que os marcos políticos são elementos determinantes no processo cultural de qualquer lugar e que o referido encontro pode ser considerado um importante marco para o campo da cultura brasileira.

O primeiro Encontro Nacional de Cultural conseguiu reunir intelectuais de variados segmentos da cultura para a realização dos debates.

O evento realizado entre os dias 03 a 06 de julho de 1976, contou com a presença de importantes articuladores do meio cultural brasileiro, tais como: o ministro Ney Braga, o governador da Bahia Roberto Santos, o presidente do Conselho Federal de Cultura Raimundo Muniz de Aragão, o historiador Pedro Calmon, o jurista Afonso Arinos e a presença dos escritores Adonias Filho, Herberto Sales e Deolindo Couto e o crítico de arte Clarival do Prado Valadares entre outros. (LINS, 2016, p. 109)

De acordo com Lins (2016), o encontro teve sua agenda organizada em torno de catorze temas, entre eles: a legislação e a cultura; a defesa do patrimônio cultural; sistema nacional de bibliotecas; sistema nacional de museus históricos; e a integração regional da cultura.

Para Calabre (2005, p. 9), o

Encontro Nacional de Cultura reunindo os Conselhos e Secretarias de cultura de todo o país, participava também o conjunto dos órgãos da área de cultura governamental tais como a TVE, FUNARTE, o Arquivo Nacional, o MOBREAL, entre outros

-, além do Itamaraty e da UNESCO. O objetivo do Encontro era plantar as bases para a implementação de uma política integrada de cultura entre os diversos níveis de governo.

No tocante às questões referentes ao livro, leitura e biblioteca, os avanços significativos ocorreram somente no ano de 1992, quando surgem novas estruturas administrativas no âmbito do governo federal que vão contribuir para a criação de políticas públicas voltadas para as BP brasileiras. A criação da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler) foram fundamentais para que alguns saltos fossem dados nas BP. Em seguida, tem-se a concepção da Secretaria Nacional do Livro e Leitura (SLL), no ano de 1999. Trata-se de uma unidade vinculada ao então recém-criado Ministério da Cultura (MinC), que, por sua vez, tornou possível a elaboração do Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB), o que aconteceu no ano de 2002.

Esse cadastro permitiu mapear a “realidade das bibliotecas brasileiras; cadastrar todas as categorias de bibliotecas; emitir certificado para as bibliotecas cadastradas e criar o catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas, com consulta *online*.” (PAIVA, 2008, p. 87)

No ano de 1993 o programa Uma Biblioteca em Cada Município surge com o objetivo de implantar bibliotecas pelo país. Do mesmo modo que a iniciativa do INL, o programa trazia elementos novos: o compromisso de distribuir estantes e livros, e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas. Um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizadora e tecnocrática. (MACHADO, 2010, p. 100)

O Programa Sociedade da Informação (Socinfo) também propôs uma série de ações governamentais e da sociedade civil, visando introduzir o país no universo das tecnologias digitais. Certamente muitas ações propostas se efetivaram; mas outras, não. No campo das BP, o Socinfo considerou as bibliotecas como pontos focais naturais para a difusão, captação e processamento de conteúdos de interesse público. Dentre as inúmeras ações previstas estava a conexão de todas as bibliotecas

públicas do país, conforme Brasil (2000). Essa meta continua difícil de ser atingida.

Acrescenta-se que, para viabilizar tais metas, criou-se no âmbito do Ministério das Comunicações o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST) com o “objetivo de gerar recursos para cobrir os custos da infraestrutura necessária para a universalização dos serviços de telecomunicações, essenciais para que se pudessem cumprir metas como a de conexão das bibliotecas públicas, porém tais recursos ainda não foram liberados”. (MACHADO, 2010, p. 101)

Do mesmo modo, o Ministério da Reforma Agrária, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, cria o projeto Arca das Letras, no ano de 2003. Trata-se de um projeto com o objetivo de implantar bibliotecas rurais em comunidades que sobrevivem da economia agrícola, de quilombolas e indígenas, por exemplo. Contudo, o Arca das Letras, segundo Machado (2010), não se articula com as bibliotecas públicas.

Enquanto os programas e projetos nacionais forem feitos de boas ideias, excelentes práticas e poucos recursos, não é possível dizer que as BP possuem políticas públicas que as amparem.

Algumas considerações

Desde 1811 até o final da segunda década do século XX é possível levantar as principais iniciativas do país em relação às suas BP. O INL, a criação do MinC (recentemente extinto), a criação do SNBP e o PNLL.

Quanto ao futuro das BP é necessário lembrar-se do empenho do SNBP no ano de 2009, quando realizou o censo sobre as bibliotecas públicas municipais brasileiras. Nele foi apontado que em 21% dos municípios brasileiros não havia bibliotecas, um quadro que pouco se alterou de lá para cá. A isso se soma a ausência de leis que garantam que as bibliotecas, uma vez instaladas, nunca mais tenham suas atividades encerradas.

Também é sabido que os gestores públicos não são punidos ou responsabilizados judicialmente, caso decidam fechar uma BP em sua cidade.

Embora, na maioria dos casos, as BP estejam instaladas em espaços improvisados, sem a presença da(o) bibliotecária(o) para a gestão das atividades e com uma série de deficiências que impactam a oferta de serviços de qualidade (internet, climatização e acessibilidade), elas sobrevivem.

É possível identificar um argumento forte para que as BP, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, ganhem força neste momento e se tornem imprescindíveis no futuro. Dada a escassez de cinemas, museus e livrarias nas cidades, a biblioteca pública desponta como o único equipamento sociocultural do lugar. Desse modo, exibir filmes, promover exposições e realizar lançamentos de livros dos artistas locais configuram meios para construir e reelaborar as identidades locais e para promover diálogos entre biblioteca e a comunidade.

Frente a todas as questões tratadas neste capítulo, o fundamental é observar que:

O poder legislativo, que é responsável pela votação do orçamento dos governos, mantém-se omissivo frente às necessidades das bibliotecas públicas, que deveriam estar presentes em todos os 417 municípios do estado, e tais políticos deveriam impedir que elas padeçam do imenso abandono de recursos que impedem a renovação do acervo. (NOVO; LINS, 2013, p. 395)

Portanto, o caminho para criar um quadro promissor para o futuro das BP seja na Bahia ou em outros estados brasileiros passa necessariamente pela política, pelos representantes democraticamente eleitos e, principalmente, pela pressão da sociedade civil. É assim que são elaboradas as políticas públicas.

Passado, presente e futuro não caminham isolados e nem por meio de cortes feitos em linhas do tempo. Um período interfere no outro, seja para sua compreensão, ressignificação ou para propor novas estratégias de ação. Não é possível que a biblioteca pública contribua para a construção da verdade se ela estiver silenciada.

Referências

- BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 27 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/delo93.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Sociedade da Informação no Brasil*: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13696-12-julho-2018-786975-publicacaooriginal-156036-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: ENECULT, 1., 2005, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2005.
- LINS, Ivana Aparecida Borges. *Biblioteca pública, convergências e divergências*: Chile, Colômbia e Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciências da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *InCID*: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: www.revistas.usp.br/incid/article/download/42307/45978/. Acesso em: 10 mar. 2019.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 329-341, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- NOVO, Hildenise Ferreira; LINS, Ivana Aparecida Borges. Políticas públicas voltadas para bibliotecas na era pós-custodial. In: MIRANDA, Zeny Duarte de (org.). *Arquivos, bibliotecas e museus*: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: Edufba, 2013. p. 375-416.
- PAIVA, Marília de Abreu Martins de. *Bibliotecas públicas*: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Escola de Comunicação e Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BIBLIOTECA DA FLORESTA. Portal. *Biblioteca da Floresta*, Manaus, 2019.

Disponível em: <http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/wps/portal/biblioteca-floresta/biblioteca>. Acesso em: 15 mar. 2019.

RAFFAINE, Patrícia. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2001.

SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. *Viagens de Mário de Andrade pelo Brasil: construção cultural do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, Francisco Sérgio Mota *et al.* *A biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

SOUSA, Marcela Noronha Pinto de Oliveira e. *Padrões em projetos arquitetônicos de bibliotecas públicas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/258773>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas*. São Paulo: Lisa, 1980.

UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Haia: Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, 1994.

SOBRE OS AUTORES

Ana Virginia Pinheiro

Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional-FBN (1982-2020) e professora adjunta da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO (desde 1987). Foi chefe da Divisão e Curadora de Obras Raras na Biblioteca Nacional brasileira (2004-2020). Leciona as disciplinas História do Livro e das Bibliotecas I e II, no Bacharelado; e Tópicos Especiais/Biblioteconomia de Livros Raros, no Mestrado Profissional da UNIRIO. É especialista em Administração de Projetos Culturais (FGV/EIAP); em Análise e Descrição da Informação (UNIRIO); e mestre em Administração Pública (FGV/EBAPE). É membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares da Raridade Bibliográfica (GEIRD/Bahia); do Grupo de Pesquisa em Crítica Textual da Biblioteca Nacional e de grupos de pesquisa na UNIRIO. Publica, desenvolve e compartilha estudos sobre Formação e Gestão de Coleções Bibliográficas Especiais, Raridade Bibliográfica (desenvolveu um modelo para o estabelecimento de critérios de raridade em bibliotecas brasileiras, premiado pelo Instituto Nacional do Livro) e Biblioteconomia de Livros Raros, com ênfase na catalogação e na avaliação intelectual e patrimonial de livros e bibliotecas. Integra o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco (MoWBrasil), representando a Biblioteca Nacional.

Alberto Calil Elias Junior

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (1993), mestrado (2004) e doutorado (2009) em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado I do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de Biblioteconomia em suas relações com as práticas socioculturais, abordando principalmente os seguintes temas: fontes de informação, mediação, letramento informacional e midiático e biblioteconomia pública. Líder do Grupo de Pesquisa Biblioteca Pública no Brasil: reflexão e prática. Desenvolve pesquisas sobre bibliotecas públicas e sobre mediações sociotécnicas nos ambientes informacionais. Atualmente, é membro do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. Leciona disciplinas no curso de graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO/RJ.

Cecília Leite Oliveira

Atual diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Possui graduação em Letras com Licenciatura Plena pela Universidade de Brasília (1977), Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1996) e Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2003). Realizou Instância Formativa no Ministério da Educação, Cultura e Esporte da Espanha no Programa Puntos de Información Cultural (PIC). Em 2002, na pesquisa de doutorado desenvolveu uma metodologia de inclusão digital para a inclusão social (Escola Digital Integrada - EDI) foi o primeiro trabalho acadêmico da Universidade de Brasília que se transformou na Lei nº 3275 do governo do Distrito Federal, tornando obrigatória a sua utilização no ensino público. Essa metodologia é reconhecida internacionalmente e premiada. Pesquisadora da Embrapa Informação Tecnológica de carreira, cedida ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) para atuar

como Coordenadora Geral de Pesquisa e Desenvolvimento Novos Produtos (CGPD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (Ibict). Tem experiência na área de Ciência da Informação, do uso das novas tecnologias (TIC) para solução informacional nos diversos campos de atuação da ciência da informação, principalmente nos seguintes temas: ciência da informação, inclusão digital, gestão da informação, inclusão social, gestão do conhecimento e inovação

Emir José Suaiden

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Nível 1B. Aposentou-se como Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília em 2017.

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1971), Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (1980), Doutorado em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madri (1989) e Pós-doutorado pela Universidad Carlos III de Madri (2002). Tem experiência na área de ciência da informação, principalmente nos seguintes temas: biblioteca pública, informação e sociedade, gestão da informação, gestão do conhecimento e inclusão digital para a inclusão social. Na década de 1970, foi diretor-adjunto do Instituto Nacional do Livro, onde colaborou com a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no sistema de coedição de livros e na propagação de uma política de leitura. Essas mesmas atividades foram implementadas posteriormente quando Emir José Suaiden assumiu a Presidência do Comitê Executivo do Centro de Estudos para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC/Unesco). No período de 2003-2005, assumiu a Presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, onde desenvolveu atividades de fomento à pesquisa. De 2011 a 2013 foi membro do Conselho Técnico Consultivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Em 2002 desenvolveu uma metodologia de inclusão digital para a inclusão social que se transformou na Lei nº 3275 do governo do

Distrito Federal, tornando obrigatória a sua utilização no ensino público. Essa metodologia é reconhecida internacionalmente e premiada. São numerosas as citações nas bases de periódicos indexados do Portal Capes e em bases abertas como o Live Search. De 2005 a 2013, dirigiu o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Em setembro de 2013, foi nomeado Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, onde permaneceu até o final de 2016. Em 2011, foi incluído no Who's Who in the World 2011, a Who's who in America Publication, Marquis Who's Who. New Jersey, January 2011, p. 2537, disponível em <http://www.marquiswhoswho.com>. De 2013 até 2015, foi nomeado pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação membro do Conselho Técnico Científico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (DOU 236). Em janeiro de 2014, foi nomeado membro da Câmara de Assessoramento Técnico-Científico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Atualmente é Pesquisador Colaborador da Coordenação de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia (Coepe) do IBICT.

Fabiano Cataldo de Azevedo

Doutor em História (UERJ), Mestre em Memória Social (Unirio) e Bacharel em Biblioteconomia (UNIRIO). Professor Adjunto do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É líder do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental. Professor efetivo do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST), onde leciona a disciplina Formação e Gestão de Coleções Especiais. Participa como convidado do Consortium of European Research Libraries (CERL), na qualidade de consultor para a América do Sul. É membro do conselho editorial da Memória e Arte. De julho de 2009 a janeiro de 2021, atuou como docente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); integrou o comitê executivo do Rare Books and Special Collection Section da IFLA (2014-2019); foi membro do Cultural Heritage Programme Advisory Committe (2016-2019). Já publicou livros e capítulos

los de livros; organizou três dossiês temáticos de periódicos, sobre História das Bibliotecas, Patrimônio Bibliográfico e Documental e Conservação Preventiva em Bibliotecas. Por duas vezes, foi contemplado com a bolsa do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Biblioteca Nacional. Dedicou-se a pesquisas sobre Coleções Especiais; Patrimônio Bibliográfico e Documental; Conservação Preventiva em Bibliotecas; História do Livro Impresso e das Bibliotecas entre os séculos XVI e XIX; Bibliografia Material.

Fabício José Nascimento da Silveira

Graduado em Biblioteconomia (2004), Mestre e Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2007 e 2014). É professor adjunto I do curso de graduação em Biblioteconomia da ECI/UFMG. Foi professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO (2013-2014), Coordenador e Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) e Coordenador Adjunto do GT10: Informação e Memória da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Tem experiência nas áreas de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: biblioteca pública e identidade; história do livro e das bibliotecas; bibliotecas públicas como lugares de práticas culturais (memória, cultura, educação e leitura); memória e patrimônio cultural; acervos públicos de informação e a constituição dos discursos identitários nacional; e diretrizes para a formação do bibliotecário no Brasil e nos países em desenvolvimento.

Fabício Reiner de Andrade

Mestre em Filosofia com especialização em Culturas e Identidades Brasileiras (2016) e Bacharel em História (2005), ambos pela Universidade de São Paulo. Ao longo de sua trajetória profissional, desenvolveu diversos

projetos técnicos e curatoriais tanto em entidades públicas, como o Senado Federal e a Biblioteca Mário de Andrade, quanto em entidades privadas. Junto ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, participou de projetos institucionais e acadêmicos, atuando em pesquisas com ênfase em História da Arte. Como Supervisor de Planejamento da Biblioteca Mario de Andrade, foi responsável pela implantação de um núcleo de artes visuais e pela realização da BMA 24horas, projeto que tinha por princípio a automatização de processos funcionais e a ampliação do atendimento ao público.

Frederico Antônio Ferreira

Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Doutor e mestre em História pelo PPHR/UFRRJ e graduado em Arquivologia pela UnB. Suas pesquisas abordam temas como História da Política Externa, Memória e Patrimônio Documental. Enquanto historiador, tem como área de interesse a política externa brasileira durante o 2º Reinado, especialmente àquela voltada para África no período. Faz parte do Laboratório de Economia e História (LEHI/UFRRJ). Na área de Memória e Patrimônio Documental, desenvolve atividades no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro e se dedica a atividades relacionadas à pesquisa sobre o valor social de documentos históricos e sua utilização. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental, vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Hildenise Ferreira Novo

Doutora em Difusão do Conhecimento pela UFBA. Mestre em Ciência da Informação pelo convênio Universidade Federal Fluminense (UFF)/Ibict. Especialização em didática para o ensino superior. Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela UFF. Experiência em gestão de

unidades de informação: arquivos e bibliotecas. Professora adjunta do Departamento de Documentação e Informação (ICI/UFBA) e, atualmente é Diretora do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, com ênfase em representação e organização da informação e do conhecimento. Atua principalmente nos seguintes temas: ensino da representação descritiva (catalogação); ensino de representação temática; descrição arquivística; metodologia da pesquisa; indexação; taxonomia; gestão da informação; e formação e desenvolvimento de coleções. Docente dos Cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação e Biblioteconomia na Modalidade a Distância. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação (UFBA). Membro do grupo de pesquisa Estudos Ônticos e Ontológicos em Contextos Informacionais (EOOCI): representação, recuperação e métricas. Líder do grupo de pesquisa Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: Acesso e Uso da Informação na Sociedade (DIFUSAS).

Leonardo da Silva de Assis

Bacharel em Biblioteconomia e História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre pelo Programa em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Doutorando do Programa em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da USP. Diplomado em Gestión de Bibliotecas Públicas, Universidad Alberto Hurtado, UAH, Chile. Atua como pesquisador e colaborador no Laboratório de Cultura, Informação e Sociedade (LACIS) da ECA-USP. Trabalhou como gestor de informação da Associação Cultural Fórum Permanente (2008-2014), foi bibliotecário da ONG Mais Diferenças na execução do Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, do Ministério da Cultura (2014-2016) e realizou diferentes trabalhos editoriais com instituições como, Projeto Guri, PUC-SP e Associação Brasileira de Arte Contemporânea (Abact). Pesquisador dos temas: biblioteca pública, política cultural e informação pública.

Magnólia Felix de Araújo

Tem graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Atualmente é Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa “Biblioteca Pública no Brasil: reflexão e prática”, do Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).


Marina Brito Rodrigues

Mestre em Ciência da Informação (UFBA/2018), Bacharel em Arquivologia (UFBA/2018), Especialista em Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Humano (FVC/2012), Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (UFBA/2009). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: Acesso e Uso da Informação na Sociedade” (DIFUSAS). Tem experiência em ciência da informação, atuando principalmente com administração de unidades de informação, fontes de informação, editoração, normalização de documentos e disseminação seletiva de informação.

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Possui Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, pela ECA-USP. Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação do CECA/Universidade Estadual de Londrina. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp de Marília. Professor colaborador no Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Autor de livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais. É mantenedor do site Infohome (www.ofaj.com.br).

	COLOFÃO
FORMATO	15 x 21 mm
TIPOLOGIA	Switzer
PAPEL	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO	EDUFBA
CAPA E ACABAMENTO	GRÁFICA 3
TIRAGEM	300 exemplares



Bruna Lessa é professora adjunta no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI). Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA) e bibliotecária. Especialista em Educação a Distância. Participou do Programa Mais Cultura no estado da Bahia na Formação de Agentes de Leitura e da capacitação de auxiliares de bibliotecas e organização de bibliotecas públicas municipais da Bahia. Também foi assessora da direção da Biblioteca Pública do estado da Bahia (2013-2016). Seus interesses de pesquisa e trabalhos estão vinculados aos temas: fontes de informação, comunicação científica, análise de redes sociais, métricas alternativas de impacto científico, organização do conhecimento, biblioteca pública, formação de leitores e mediadores de leitura, uso de tecnologias para leitura e mediação da informação.

Ivana Lins é professora adjunta no ICI/UFBA. Doutora em Ciência da Informação, especialista em Leitura, Teoria e Prática e bibliotecária. Exerceu o cargo de diretora da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (2008-2010, 2013-2016) e diretora da biblioteca da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Jequié (1994-2003). Tem experiência na área de ciência da informação, com ênfase em processos de disseminação da informação, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, arquivologia, arquivos – acessibilidade, biblioteca pública – Bahia, biblioteca pública – acessibilidade, bibliotecas públicas – políticas públicas. Coordenadora-geral do Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA desde novembro de 2019.

O livro *Para que serve a biblioteca pública? Novas configurações para o século XXI*, composto por onze textos de autores que versam sobre o papel e a importância da biblioteca pública brasileira, é um convite para uma leitura prazerosa e enriquecedora, levando o leitor a refletir sobre os diferentes aspectos que perpassam esse espaço democrático de saberes constituídos no decorrer da história, capazes de mudar realidades sociais díspares, a partir das múltiplas ações ali desenvolvidas.

Os conteúdos levam-nos a pensar a biblioteca pública enquanto instituição imprescindível para o acesso à informação, que propicia a transformação social e educacional, devendo, pois, figurar como prioridade na agenda política pública de Estado. Nesse espírito, é possível vislumbrar a biblioteca pública exercendo plenamente as funções inerentes à educação, à cultura, ao lazer e à igualdade social, sendo essencialmente um lugar do conhecimento. Esse é o desafio!

MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia

ISBN 978-65-5630-212-6

